



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CÂMPUS DE TRÊS LAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**A QUESTÃO AGRÁRIA E AS FORMAS DE RESISTÊNCIA CAMPONESA NOS
MUNICÍPIOS DE ANDRADINA/SP E CASTILHO/SP**

DÓRI EDSON LOPES

TRES LAGOAS/MS

2012

DÓRI EDSON LOPES

**A QUESTÃO AGRÁRIA E AS FORMAS DE RESISTÊNCIA CAMPONESA NOS
MUNICÍPIOS DE ANDRADINA/SP E CASTILHO/SP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação – Mestrado em Geografia/CPTL/UFMS – Área de Concentração Análise Geoambiental e Produção do Território, como exigência final para obtenção do Título de Mestre em Geografia, sob orientação da Prof^a) Dr^a) Rosemeire Aparecida de Almeida.

TRES LAGOAS/MS

2012

TERMO DE APROVAÇÃO

DÓRI EDSON LOPES

A QUESTÃO AGRÁRIA E AS FORMAS DE RESISTÊNCIA CAMPONESA NOS MUNICÍPIOS DE ANDRADINA/SP E CASTILHO/SP

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosemeire Aparecida de Almeida.

Departamento de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas-MS

Prof.^o Dr. Edgar Aparecido Costa

Departamento de Geografia da Universidade Federal de Mato grosso do Sul, Campus de Corumbá-MS

Prof.^o Dr. João Edmilson Fabrini

Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, Campus de Marechal Candido Rondon-PR

Três Lagoas – MS

29 de maio 2012

Dedicatória

Quero dedicar este trabalho a todos aqueles que lutam pelo
desenvolvimento humano.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer aos meus pais, Joaquim e Idalina por terem proporcionado ao longo de minha vida as condições para que eu pudesse chegar a este ponto. Agradeço também pela compreensão e confiança que tiveram em mim quando precisei sacrificar dias de meu trabalho para priorizar este curso de Mestrado.

Agradecimento especial à professora Rose, minha orientadora, sempre prestativa, exemplo de dedicação profissional, de militância e principalmente de caráter, virtudes que quero levar como modelo em minha vida. Suas aulas na graduação e no mestrado contribuíram decisivamente em minha formação intelectual.

De forma geral a todos os professores com quem tive aulas na graduação e na pós-graduação.

Às pessoas que conheci durante este curso em especial à Waldélia, ao Vinicius, Fábio, Eduardo, Dayse, Maria Rosangela, Sirlene, Leandro, Edson, Rodrigo, Laís, Patrícia e à Glaucia com quem fiz amizade nesta jornada. A estes se somam o pessoal do grupo de estudos: Mariele, Vítor, Tiago, Talita, Iris, Silas, Mariana, ao guerreiro Mie, dentre outros.

Um agradecimento mais que especial a todos da Coapar, do MST e do PT, principalmente ao Uederson que se mostrou bastante prestativo, o Lourival com valiosas informações, o Pedro Boaventura, o Chico, a Juliana, o Valdeci, o Cafu, dentre outros. Ao Miltinho, velho amigo que sempre me ajudou nestas pesquisas.

Aos camponeses que sempre me receberam em suas casas dispostos a ajudar. Ao pessoal do INCRA, do IBGE, da cozinha piloto de Andradina e de Castilho.

À professora Valéria e ao professor Edgar pela contribuição dada quando de minha qualificação.

Um muito obrigado ao meu grande amigo Eduardo Mendes e ao Michel, que juntamente com a professora Rose me impediram de desistir antes mesmo de tentar.

Ao André Amorim, amigo desde os tempos de graduação e com quem sempre tenho diálogos teóricos bastante pertinentes.

E, por último, mas não menos importante quero agradecer ao programa de pós-graduação por ter permitido que eu desenvolvesse esta pesquisa, pelo conhecimento adquirido e por visualizar a mim um novo horizonte. Acredito que foi uma oportunidade que só pude realizar por se tratar de uma universidade pública e que por este motivo me faz crer cada vez mais na importância de se lutar por sua qualidade.

EPIÍGRAFE

“A história de todas as sociedades que existiram até hoje tem sido a história da luta de classes” (Karl Marx)

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a questão agrária em Andradina-SP e Castilho-SP, municípios limítrofes. E, particularmente, as formas de resistência desenvolvidas por camponeses da região frente aos desafios impostos pelo sistema capitalista de produção. A pesquisa se faz por meio de ampla consulta bibliográfica cuja meta é estudar o processo histórico que envolve a questão agrária nestes municípios, bem como analisar as condições determinantes que levaram ao processo de territorialização do capital e ao domínio da classe burguesa na distribuição das terras desta região. Em síntese, este foi um processo contraditório que por si só fez com que surgisse outro movimento que levou à territorialização da luta pela terra, empreendida pela organização de trabalhadores sem terra e camponeses em sua maioria arrendatários. Esta conjuntura levou esta região do Estado de São Paulo a ter certo destaque com relação aos conflitos por terra e resultou na criação de vários projetos de assentamentos de Reforma Agrária. Mas, a conquista de território por parte destes sujeitos não significa o fim dos conflitos de interesses no campo, tendo em vista que as bases da sociedade que envolve suas relações de produção ainda não foram alteradas. Este fato determina que mesmo de posse de importantes parcelas territoriais a classe dos antes trabalhadores sem terra e agora camponeses tenha que continuar o enfrentamento da ordem burguesa.

Portanto, a realidade que se apresenta no campo da região noroeste paulista é a da luta de classe expressa historicamente na desigual estrutura fundiária, na especulação imobiliária, na exploração do trabalho e na luta pela terra e para nela permanecer.

PALAVRAS-CHAVE: Renda da Terra – Luta de classes – Reforma Agrária – Resistência.

ABSTRACT

This work aims to analyze the agrarian question in Andradina-SP and Castilho-SP, adjacent municipalities. And particularly, the forms of resistance developed by farmers in the region face the challenges imposed by the capitalist system of production. The research is done through extensive bibliographic whose aims is to study the historical process that involves the land question in these municipalities, as well as analyze the conditions that led to the decisive process of territorial capital and the area of the bourgeois class in the distribution of this land region. In summary, this was a contradictory process in which alone made another movement arose which led to the territorialization of the struggle for land, undertaken by the organization of landless laborers and peasants mostly tenants. This situation led the region of the state of São Paulo to have some prominence in relation to conflicts over land and resulted in the creation of several projects of agrarian reform. But the conquest of territory by these subjects does not mean the end of conflicts of interest in the field, in order that the foundations of society that involves its relations of production remain unchanged. This fact determines that even in possession of important parcels of land before the class and landless peasants now have to continue coping with the bourgeois order. Therefore, the reality that presents itself in the field of northwestern São Paulo is the class struggle, expressed in historically unequal agrarian structure in real estate speculation, exploitation of labor and the struggle for land and to remain there.

KEYWORDS: Income Earth - Class Struggle - Agrarian Reform - Resistance.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização dos municípios em estudo no Estado de São Paulo	40
Figura 2 – Foto de placa de venda de terras da firma de Moura Andrade	46
Figura 3 – Usina Ledex de beneficiar algodão, na década de 1960/70 e o abandono dos dias atuais	51
Figura 4 – Antiga Máquina de beneficiar arroz Santo Antonio	52
Figura 5 – Imagem de satélite da Usina Virálcool e do Assentamento Pendengo em Castilho-SP	61
Figura 6 – Construção de casa no assentamento Pendengo em Castilho-SP	69
Figura 7 – Manifestação em frente à prefeitura municipal de Castilho-SP e do INCRA em Andradina-SP	70
Figura 8 – Quermesse no assentamento Josué de Castro (Timborezinho) em Andradina-SP	70
Figura 9 – Sede da Coapar, em Andradina-SP	74
Figura 10 – Tanque de resfriamento da Coapar localizado no assentamento Cafeeira em Castilho-SP	76
Figura 11 – Loja de produtos agropecuários da Coapar em Castilho-SP	78
Figura 12 – Barracão do Produtor localizado em Castilho-SP	80
Figura 13 – Produtos encontrados na Feira da Reforma Agrária de Andradina-/SP	86
Figura 14 – Feira da Reforma Agrária em Castilho-SP	86
Figura 15 – Faixa e placa que lembram o orgulho e a defesa da identidade/condição de assentado	88
Figura 16 – Leite processado por meio de convênio firmado com a Coapar	94
Figura 17 – Plantação de hortaliças	96
Figura 18 – Plantação de hortaliças e de mandioca	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População nos Censos Demográficos por situação do domicílio	50
Tabela 2 - Estrutura fundiária da Microrregião de Andradina-SP	58
Tabela 3 – Comparação de pessoal ocupado nos estabelecimentos rurais da microrregião de Andradina-SP	62
Tabela 4 – Comparação de quantidade de leite produzida por estabelecimentos na Microrregião de Andradina-SP	62
Tabela 5 – Estabelecimentos em porcentagem de produtores de leite na microrregião de Andradina-SP em 2006	72
Tabela 6 – Quantidade de Produtos adquiridos por meio do PAA nos municípios de Castilho e Andradina em 2011	95
Tabela 7 - Produtos e preços do PAA/Conab em Castilho e Andradina – Novembro de 2011	97

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Comparação da área colhida de mandioca na Microrregião de Andradina-SP entre os censos de 1995/96 e 2006	63
Gráfico 2 – Produção de ovos de galinha por estabelecimento na Microrregião de Andradina-SP em mil dúzias. Censo agropecuário de 2006	64
Gráfico 3 – Produção de Horticultura na Microrregião de Andradina-SP em hectares de área colhida. Censo agropecuário de 2006	64
Gráfico 4 – Produção de Abacaxi na Microrregião de Andradina-SP (por mil frutos). Censo Agropecuário de 2006	65
Gráfico 5 – Produção de Feijão de Cor na Microrregião de Andradina-SP, em toneladas. Censo Agropecuário de 2006.	65

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
2 – SOBRE O CONCEITO DE TERRITÓRIO	13
2.1 – As diferentes abordagens de território	15
2.2 – O território como produto concreto da luta de classes	18
3 – TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL E MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PELO CAPITAL	24
3.1 – Renda da terra absoluta	26
3.2 – Renda da Terra Diferencial	29
3.3 – Renda de Monopólio	30
3.4 – A Territorialização do Capital	30
3.5 – A Monopolização do Território pelo Capital	33
4 – A FORMAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO EM ANDRADINA-SP E CASTILHO-SP	37
4.1 – O Tempo da Fronteira	40
4.2 – Frente de Expansão e Frente Pioneira na construção territorial de Andradina-SP e Castilho-SP	43
5 – EXPROPRIAÇÃO E LUTA PELA TERRA EM ANDRADINA-SP E CASTILHO-SP	50
5.1 – Espacialização e Territorialização da luta pela terra na região de Andradina-SP	52
5.2 – Censo agropecuário na microrregião de Andradina-SP: a territorialização do capital e a territorialização da luta pela terra em números	56
6 – FORMAS DE RESISTÊNCIA CAMPONESA EM ANDRADINA-SP E CASTILHO-SP	67
6.1 – As experiências com a COAPAR	73
6.2 – As experiências com as feiras	83
6.3 – Avaliações da aplicação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e da Lei Federal 11.947 em Castilho-SP e em Andradina-SP	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS	104
ANEXOS	109

1 – INTRODUÇÃO

O campo nos municípios de Andradina-SP e Castilho-SP apresenta a característica de ter em sua estruturação a luta de classes. Onde, de um lado, se tem a classe dos proprietários de grandes extensões de terra, representados por capitalistas industriais e pela oligarquia fundiária que no Brasil foram historicamente beneficiados por programas governamentais que culminaram em uma estrutura fundiária das mais concentradas do mundo. E, por outro lado encontra-se a classe dos mais pobres, formada por camponeses e trabalhadores sem terra, que por conta destes mesmos projetos de governo tiveram de enfrentar todo um processo de expropriação de suas terras e exploração do trabalho conforme os interesses da classe dominante.

No entanto, o desenvolvimento das contradições contidas no processo de divisão do território desta região produziu por si as condições para que trabalhadores e camponeses se organizassem para lutar e resistir, fazendo da região noroeste do Estado de São Paulo um dos principais focos de reivindicações por Reforma Agrária no Brasil.

Após longo processo reivindicatório, trabalhadores sem terra conquistaram considerada fração territorial na região, mas a realidade dessa conquista mostrou que suas lutas vão além da terra porque envolvem também a resistência para nela permanecer.

Portanto, é neste contexto que se apresenta este trabalho tendo como objetivo a análise histórica das condições que levaram esta região a se destacar no cenário dos conflitos agrários no Estado de São Paulo e no Brasil.

Em um segundo momento, o objetivo é estudar também como vem se desenvolvendo as estratégias de resistência pelos agora camponeses assentados frente aos desafios lançados pela sociedade capitalista.

Assim, a pesquisa se faz em duas vertentes, a da territorialização e monopolização do território pelo capital, expressões conceituais que, respectivamente, definem a ocupação do capital no campo, e como a burguesia procura monopolizar as relações de produção e comercialização camponesa de forma a sujeitar a renda criada por esta classe. Além disso, é abordado o aspecto da territorialização da luta pela terra na região em questão.

Salienta-se que o estudo desta realidade é feito tendo como pressuposto um referencial teórico representado por autores que discutem o campo brasileiro na perspectiva da luta pela terra e pela transformação social.

Neste sentido, foi necessário um recorte conceitual onde se optou por autores que tratam da questão agrária numa visão contemporânea. Acredita-se que este caminho não

ignora a contribuição teórica de clássicos do tema como Kautsky, Lênin, Chayanov, Caio Prado Jr., Alberto Passos Guimarães, dentre outros, uma vez que os teóricos contemporâneos utilizados na pesquisa apresentam, em sua maioria, teses fundamentadas nestes clássicos.

Lembra-se ainda que o entendimento que se faz da questão agrária neste trabalho é a de que esta é caracterizada primordialmente pelo capitalismo rentista no Brasil ou pela dinâmica da ordem burguesa de uma agricultura do tipo capitalista como nas agroindústrias, sendo esta uma condição que denota a aliança entre proprietários de extensas áreas agrícolas e capital industrial, como nas monoculturas de cana-de-açúcar, eucalipto, soja, dentre outras.

A princípio este estudo tinha como foco principal a análise da questão agrária e da resistência camponesa no município de Castilho-SP, mas na medida em que a pesquisa foi se desenvolvendo optou-se metodologicamente pelo recorte espacial envolvendo também Andradina-SP, tendo em vista que os processos analisados de luta pela terra e para nela permanecer se apresentam interagindo nestes dois municípios que são limítrofes.

Utilizam-se ainda neste trabalho alguns dados dos dois últimos Censos Agropecuários disponibilizados na página eletrônica do IBGE, cujo objetivo é analisar a posse e o uso da terra, para isso, tendo em foco os referidos processos históricos de formação da estrutura fundiária local e de luta pela terra. No entanto, esclarece-se que no caso dos números referentes aos projetos de Reforma Agrária na região é feita uma análise presumida, tendo em vista que não há dados estatísticos sobre os assentamentos em separado. Esclarecemos que essa dedução do comportamento dos assentamentos via análise dos dados do censo agropecuário foi realizada tendo como parâmetro a classe de área que se aproxima do tamanho dos lotes de Reforma Agrária. Logo, um dos apontamentos oriundos desta análise é que há um número significativo de assentamentos na microrregião de Andradina. Por sua vez, os dados do censo evidenciam um crescimento mais vigoroso nos extratos de área de até 20 hectares - tamanho que se aproxima do critério estabelecido pelo INCRA para formação dos lotes dos assentamentos que é em média de 15 hectares.

Portanto, este trabalho não tem o objetivo de esgotar o assunto, mas a expectativa de contribuir na elucidação da problemática apresentada ao mesmo tempo em que estimula a abertura de novas frentes de pesquisa sobre o tema.

2 – SOBRE O CONCEITO DE TERRITÓRIO

A proposta deste capítulo é analisar brevemente a conceitualização de território para por meio dele ressaltar a dimensão territorial como foco primordial da luta de classes no campo, principalmente nos municípios de Castilho-SP e Andradina-SP. Porém, não se trata de “geografizar”, por meio deste conceito, as discussões da questão agrária no sentido do isolamento científico, pois o tema perpassa por dimensões políticas, econômicas, filosóficas, dentre outras, o que exige quase sempre uma análise interdisciplinar.

Primeiramente é importante resgatar que na Geografia o conceito de território é entendido como um elemento inerente ao espaço geográfico, porém, território e espaço são conceitos diferentes.

Esta distinção de conceitos pode ser verificada em alguns autores, entre eles, Raffestin (1993, p. 143, grifo nosso), para quem: “espaço e território não são termos equivalentes.”

E ainda:

“É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível.” (RAFFESTIN, 1993, p.143).

Para Souza (2003, p.96, grifo nosso):

(...) sempre que houver homens em interação com um espaço, primeiramente transformando a natureza (espaço natural) através do trabalho, e depois criando continuamente valor ao modificar e trabalhar o espaço social, **estar-se-á também diante de um território.**

Porém, cabe lembrar também que Souza (2003, p. 97) considera o território como um espaço social, mas nem todo espaço social é um território, como no caso de uma cidade abandonada, ruínas de uma antiga civilização “outrora fervilhante de vida”, agora coberta de selva, mas que, hipoteticamente, não voltou à condição de objeto natural, contudo “ao mesmo tempo “morreu” em termos de dinâmica social”.

Em síntese, o conceito de Espaço é entendido como algo mais amplo que abriga outros conceitos como região, lugar e território, este último entendido como uma determinada faixa do espaço onde se dão as relações sociais de poder, trabalho, produção e criação de valor.

Portanto, as formas de abordagens de espaço e território são diferentes umas das outras, mas não devem ser compreendidas como excludentes, e sim como conceitos que se completam.

Mas, como definir o território em si?

Como mostra Souza (2003, p.78, grifo do autor): “O *território*, objeto deste ensaio, é fundamentalmente um *espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder*”.

Ou ainda, conforme a afirmação de Andrade (1995, p.19): “Assim, deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder”.

A compreensão de território formado fundamentalmente a partir de relações de poder, não é nova e nem exclusiva da ciência geográfica.

Segundo Saquet (2010, 28), já no século XVI, Machiavelli, em uma de suas obras mais lidas, “O Príncipe”, rompia com as análises metafísicas de seu tempo que explicavam o domínio de territórios a partir de fenômenos divinos. Evidenciava então que são as relações de poder socialmente instituídas que determinam a “ocupação, apropriação e administração de áreas, tributos, costumes, leis, línguas”.

Para Machiavelli, o território é uma área controlada e fortificada que deve ser defendida e mantida sob domínio. O poder é exercido, na apropriação e dominação. Faz, sucintamente, uma descrição relacional a serviço dos príncipes, dos dominadores de sua época, pois mostra como deveriam operar as forças históricas para serem eficientes. (SAQUET, 2010, p.28)

No entanto, dizer apenas que a constituição de territórios se dá por meio de relações de poder parece não completar a análise, pois, o que motivaria as disputas territoriais por meio de relações de poder, ou o que fundamentaria o poder em si?

Para Raffestin (1993, p.58, grifo nosso) a “**possibilidade de poder**, e não o poder, se constrói sobre a apropriação do trabalho na sua qualidade de energia informada”.

Desse modo, entende-se que a fundamentação ou motivação para o poder, em geral, está na busca da apropriação dos valores criados pelo trabalho social. A busca pelo domínio dos frutos do trabalho por uma parte privilegiada da sociedade é o que condiciona ou determina o exercício de poder, do qual sob o modo capitalista de produção, se expressa na posse da propriedade privada dos meios de vida.

2.1 As diferentes abordagens de território

Conforme Saquet (2010, p.13), “o território é um destes conceitos complexos, substantivados por vários elementos, no nível do pensamento e em unidade com o mundo da vida”.

A formação territorial é primordialmente o resultado de um processo social de relações de poder que definem e delimitam um determinado espaço geográfico. Contudo, tais relações de poder se apresentam sob múltiplas escalas temporais e espaciais, além de possuírem distintos aspectos, o que abre caminho para diferentes formas de abordar um determinado espaço territorial.

Neste sentido, é interessante levar em conta que historicamente o termo território deu ao senso comum a idéia de domínio do Estado de uma determinada porção da superfície terrestre. Como lembra Souza (2003, p.81), a palavra território “normalmente evoca o ‘território nacional’ e faz pensar no Estado”.

O juízo que se faz popularmente do conceito de território como algo intimamente vinculado ao Estado pode ser considerado uma simplificação do termo, mas, de certa forma, foi alimentado por muito tempo pelo próprio pensamento intelectual.

Para Souza (2003, p.83), a Geografia, uma disciplina científica que se arroga ao privilégio de estudar o espaço social, quase sempre esteve dominada “por uma orientação em direção ao Estado enquanto o poder por excelência”, tendo inclusive sido uma ciência que historicamente esteve “comprometida com a elaboração de discursos legitimadores do Estado em geral ou até dos interesses imperiais de um determinado Estado”.

Exemplo disto está em Ratzel, um clássico autor da Geografia que por meio de suas teses defendia ideologicamente e politicamente a expansão territorial de determinado país por meio de ações imperialistas, como mostra Moraes (2006, p.19).

Quanto maior o vínculo com o solo, tanto maior seria para a sociedade a necessidade de manter sua posse. É por esta razão que a sociedade cria o Estado, nas palavras de Ratzel: “Quando a sociedade se organiza para defender o território, transforma-se em Estado” (...) Para Ratzel, o território representa as condições de trabalho e existência de uma sociedade. A perda de território seria a maior prova de decadência de uma sociedade. Por outro lado, o progresso implicaria a necessidade de aumentar o território, logo, de conquistar novas áreas.

Dessa forma, pelo pensamento de Ratzel se tenta justificar a dominação de uma nação por outra como uma necessidade que o progresso e o desenvolvimento de um povo impõem sobre outro considerado como atrasado.

No entanto, como demonstra Souza (2003, p.81, grifo do autor) a concepção de território “*não precisa e nem deve* ser reduzida a essa escala ou à associação com a figura do Estado”, por isso considera que é preciso desmistificar este dogma, já que territórios são construídos e desconstruídos nas mais diversas escalas.

Deste modo, Souza (2003) vai mostrar que na interação do homem com o espaço de sobrevivência criam-se territorialidades específicas, cujas características dependem de um conjunto de condições econômicas, políticas, culturais, dentre outras. Características estas que em uma análise ratzeliana de território não é possível observar, a exemplo da luta de classes e de identidade territorial que podem ser verificadas na construção e desconstrução de territórios.

Logo, é possível abordar ou interpretar um determinado território em dimensões diversas e em diferentes escalas como, por exemplo, a tomada de um bairro por traficantes, o domínio de ruas por prostitutas, a utilização para trabalho de praças e calçadas por cambistas, as ocupações irregulares de morros e terrenos baldios com fins de moradia, ou ainda a conquista de importantes espaços territoriais efetivados por movimentos sociais de luta pela terra no campo e na cidade, casos que evidenciam o enfrentamento e a contestação do poder do Estado e da própria lei de propriedade privada.

Em todos estes casos é evidente que os aspectos materiais e econômicos são fundamentais no entendimento de constituição destas territorialidades.

Todavia, é possível analisar características territoriais de uma determinada localidade de um ponto de vista ligado a condições abstratas como as tradições de um povo, os sentimentos e a história de vida construída em um local.

Araújo e Haesbaert (2007) vão compreender a luta de povos da Amazônia pela permanência em suas terras como um acontecimento que vai além do aspecto econômico, ou de sobrevivência. Vêm nos movimentos de resistência dos ribeirinhos, dos sem terras, dos seringueiros, quilombolas, quebradeiras de coco, dentre outros; a defesa de um território de identidade, uma relação simbólica cultural criada ao longo de anos de relação destes povos com o meio em que vivem.

Assim, esses movimentos apontam para o caráter emancipatório das lutas pautadas numa politização da própria cultura e de modos de vida

“tradicionais”, numa politização dos “costumes em comum”. (...) Essas populações mobilizam estrategicamente e performaticamente esses novos discursos identitários na busca de reconhecimento de sua cultura, memória, e territorialidade que historicamente foram marginalizadas. (ARAÚJO; HAESBAERT, 2007 p.103).

Para Haesbaert (2005) o território é um espaço essencialmente formado a partir de relações de poder, mas não apenas de dominação do tradicional poder político, ou seja, no sentido concreto. É também um espaço de dominação de um poder simbólico possuidor de um sentimento de posse em um espaço que é vivido e carregado de valor de uso.

O mesmo autor considera ainda que no processo de dominação, o território deve ser trabalhado “na multiplicidade de suas manifestações – que é também e, sobretudo multiplicidade de poderes” (p.6776), dos quais estão incorporados diferentes agentes e sujeitos da sociedade, assim, o território pode ser distinguido de acordo com os sujeitos que o constrói.

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar”. (SACK¹, 1986 apud HAESBAERT, 2005, p.6776).

Em síntese, o território é, um conceito que vai além dos aspectos institucionais, ou seja, de poder de Estado, cuja análise pode ser feita sob diferentes pontos de vista como mostra Saquet (2010, p.19):

É neste contexto que faço uma reflexão sobre as diferentes abordagens do conceito de território, considerando a territorialidade e evidenciando as dimensões sociais fundamentais de sua compreensão e constituição no *real*, ou seja, a economia (E), a política (P), a cultura (C) e as relações do homem vivendo em sociedade com sua natureza exterior (N). (grifo do autor)

¹ SACK, R. 1986. Human Territoriality : its theory and history. Cambridge : Cambridge University Press.

2.2 O território como produto concreto da luta de classes

O território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc) onde o Estado desempenha a função de regulação. É pois, **produto concreto da luta de classes** travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra. (OLIVEIRA, 1995, p. 26-27, grifo nosso).

A citação de Oliveira nos remete a compreensão estrutural e, portanto, de totalidade onde o território é a expressão concreta da realidade de uma sociedade contraditória e dividida em classes, ou seja, é a síntese da luta de classes, da qual se desenvolve como resultado da própria dinâmica do sistema capitalista de produção em sua totalidade.

Portanto, ao contrário dos autores trabalhados no item anterior, Oliveira privilegia a dimensão da produção econômica da sociedade como foco primordial da análise territorial.

Por sua vez, é nesta perspectiva apresentada por Oliveira, de um território em disputa, que se propõem analisar a situação conflituosa existente no campo brasileiro, especialmente nos municípios de Andradina-SP e Castilho-SP, e que tem como elemento determinante desta conjuntura a luta por terra, ou seja, um embate entre a territorialização de trabalhadores e camponeses de um lado, e em outro, a territorialização do capital.

Conforme Almeida (2003, p.323), “podemos verificar que no Brasil coexistem, em conflito aberto, regimes de propriedades diferentes, um capitalista e outro familiar.”

Para Souza S. (2009, p.8), ao pensar território e luta de classes no campo deve-se considerar o antagonismo verificado nos interesses que as distintas classes sociais têm para com a terra. “(...) daí a perspectiva de se resgatar que um processo de territorialização camponesa cujos princípios se diferenciam do processo de territorialização de uma grande empresa capitalista não devem ser analisados da mesma forma.”

Por isso:

De acordo com Martins (1994²) a luta camponesa pela “terra de trabalho” difere da luta do capital pela “terra de negócio” – que busca se apropriar de todos os espaços. É nesse conflito entre “terra de trabalho” x “terra de negócio” que podemos entender a “territorialidade camponesa” x a “territorialidade do capital”. (SOUZA S. 2009, p.9).

² MARTINS, José de S. **O poder do atraso**. Ensaios de Sociologia da História Lenta. São Paulo: HUCITEC, 1994.

Neste sentido, ao enfatizar as contradições entre classes no campo cabe pensar em que se difere o território camponês do capitalista.

Trabalhando com o conceito de economia moral, Almeida (2003, p.318-319) diferencia a lógica camponesa da capitalista destacando, por exemplo, a presença de uma economia alternativa na unidade camponesa que se assenta na forma simples de circulação da mercadoria, expressa “na fórmula M-D-M, ou seja, mercadoria é convertida em dinheiro para comprar mercadoria, ao contrário da produção capitalista, em que dinheiro é convertido em mercadoria para novamente constituir dinheiro, agora ampliado, acrescido de mais-valia que se expressa na fórmula D-M-D’.”

Contudo, lembra que é possível haver sobra de dinheiro na unidade camponesa quando é normalmente revertida em bem estar da família, mas é uma situação rara, pois o que se tem é a transferência do excedente, ou seja, a extração de parte da renda camponesa ao capitalista, algo que tem causado o empobrecimento da unidade familiar camponesa.

Na citação que segue, a autora diferencia propriedade capitalista da terra e propriedade camponesa da terra da seguinte forma:

Por conseguinte, é a extração direta da mais valia que determina, e não a apropriação da renda, muito menos o mercado, se ele, o camponês, é ou não um capitalista. Logo, é apenas na medida em que há a presença de assalariados permanentes no lote que estamos diante da possibilidade do camponês estar mudando de classe. (ALMEIDA, 2003, p.319).

Assim, é olhando para a questão do trabalho que se verifica qual o caráter de uso de determinado território, sendo que, no caso do campesinato a terra que esta classe ocupada é utilizada como fonte de trabalho e sobrevivência da família camponesa.

Já a terra ocupada pela classe capitalista tem caráter de negócio, ou seja, serve como forma de extorquir da sociedade a renda da terra e o lucro. Neste caso, não é terra onde seus proprietários trabalham para tirar sua sobrevivência, mas sim, é um espaço utilizado para a exploração do trabalho alheio, podendo ser por meio do trabalho assalariado ou, até mesmo, pela exploração não assalariada como no caso da peonagem, dos meeiros, dentre outros.

Deste modo:

A propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho de outrem; é propriedade direta de instrumentos de trabalho por parte de quem trabalha. Não é propriedade capitalista; é propriedade do trabalhador. [...]. Quando o capital se apropria da terra, essa se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho. São regimes

distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro. [...]. (MARTINS, 1991, p. 54, 55 e 56, grifo do autor *apud* ALMEIDA, 2003, p. 323).

Portanto, o estudo e análise da estrutura fundiária, bem como os aspectos territoriais do campo brasileiro passam necessariamente por uma perspectiva de luta de classes, ou seja, é um território em disputa que tem no direito sem limites à propriedade privada da terra o elemento determinante da acumulação e da exploração de renda e que, historicamente, tem tornado a terra fator de ascensão social e fonte de capital primário situação que relega aos sem terra a condição de expropriados e explorados.

Analisar o território na ótica da luta de classes, como explicitamente fazem Oliveira (1995), Moraes; Costa (1988) e Calabi; Indovina (1973), requer um caminhar na direção da concepção marxista da sociedade. Nesta concepção é o uso social de um espaço que o torna um território, sendo este um elemento entendido como o resultado do trabalho humano dentro de uma perspectiva de processo histórico.

O que faz com que uma *região da terra* seja um território de caça é o fato das tribos caçarem nela. Tendo sido construída a cidade de Roma, e suas terras circunvizinhas cultivadas por seus cidadãos, as condições da comunidade diferiram das que haviam vigorado anteriormente. (MARX, (1975³ *apud* MORAES; COSTA, 1988, p. 121).

Em Moraes; Costa (1988, p.121), vê-se que na análise de Marx, o território é visto mais do que uma potencialidade de riqueza natural. É, principalmente, uma síntese do trabalho humano, sendo que o trabalho social no conjunto do processo de produção cria valor ao território.

“Da dialética entre o valor contido (valor do espaço) e do valor criado (valor no espaço), alcança-se plenamente a concretude na compreensão do território.” (MORAES; COSTA, 1988, p. 121).

O uso do território e sua consequente valorização, dentro do sistema capitalista de produção, se caracterizam, segundo Calabi e Indovina (1973, p.2), por três aspectos fundamentais: processo de produção; circulação e valorização do capital e reprodução da força de trabalho.

O primeiro tipo de uso do território é o produtivo, já que o processo de produção ocorre no espaço. Para Calabi e Indovina (1973, p.3), o território entra no processo como fator de localização produtiva e como “capital constante”, fornecendo matéria-prima, no caso da

³ MARX, Karl. Formações econômicas pré-capitalistas. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1975, p.87.

agricultura, e também sendo espaço de produção industrial – geralmente localizado nas cidades.

Dessa forma, o capital influencia a construção territorial a partir do momento em que decide onde e quando se dará o primeiro círculo no processo de produção e reprodução capitalista, ou seja, a escolha da localização.

Busca-se nesta escolha condições que possibilitem baixar o custo de produção ao mesmo tempo em que garantam aumento de lucro e de maior extração de mais-valia. Para isso, se analisam, dentre outras coisas, o grau de sindicalização dos trabalhadores de uma determinada região, a concentração de mão de obra, a possibilidade de extrair renda fundiária, o acesso a portos e estradas.

Todavia, a exploração de trabalho e extração de mais-valia no processo produtivo de mercadorias, só se realizam depois que se conclui o ciclo $D - M - D'$ (dinheiro – mercadoria – dinheiro acrescido de mais-valia), fase na qual a mercadoria produzida entra no consumo produtivo e individual. Ou seja, o uso do território neste momento passa a ser o da circulação da mercadoria e a consequente reprodução do capital.

Deste modo, Calabi e Indovina (1973, p.5) revelam a incorporação do território a este processo do capital, tendo como um dos pressupostos em suas escolhas a capacidade de consumo histórica e socialmente determinada de uma dada localidade. “É neste ponto que se evidencia o que é definido como ‘efeito cidade’ com suas estruturas comerciais, financeiras, administrativas, jurídicas e de serviços em geral. Acrescenta-se, ainda, a oferta de infraestrutura logística, ou seja, acesso a redes de comunicação e escoamento da produção.

Para o capital, a organização do território de acordo com sua lógica torna interessante até mesmo para a reprodução da força de trabalho, pois:

A maneira pela qual ocorre a reprodução da força de trabalho está ligada estreitamente aos modos escolhidos pelo capital para realizar a mais-valia. Em sua reprodução, a força de trabalho consome “mercadorias” e com isto permite a realização do valor produzido. É neste ponto que o circuito do capital se fecha: o capital realizou completamente o seu processo. A estrutura territorial não pode permanecer excluída e neutra em relação a tal processo. (CALABI; INDOVINA, 1973, p.6)

Neste sentido, a aglomeração da força de trabalho em um mesmo ponto contribui para o encurtamento das distâncias entre produção e consumo, acelerando, dessa forma, os processos. Isto explica, em partes, a implantação produtiva em pontos urbanos e o êxodo rural.

Por isso, Calabi e Indovina (1973, p.6, grifo do autor), consideram que a cidade “é um produto total”, pois congrega estas características. No entanto, a cidade irá apresentar um valor de uso dependente de “necessidades historicamente determinadas”, e diante de tal, será “um produto de troca, ou seja, ela própria é mercadoria.”

Por conseguinte, isto mostra também o caráter contraditório na lógica do capital, no qual, ao gerar aglomeração no espaço tende a provocar um aumento no custo de vida dos trabalhadores, expresso no preço de transportes e de moradia; o que contraria os interesses do próprio sistema capitalista, já que na reprodução da força de trabalho será necessário aumento de salários.

Outra faceta contraditória deste processo, em que reside um dos principais fatores determinantes da luta de classes na sociedade, é a questão da criação de valores ao território no processo produtivo.

Como se viu, o desenvolvimento das forças produtivas e a produção de bens de consumo tendem a se incorporar concretamente ao território em forma de valor de uso, ou seja, um valor consumido em casas, estradas, hospitais, indústrias, escolas, dentre outros. Subentende-se que, tendo valor de uso, passa a ter também um valor de troca, que no capitalismo se converte em troca monetária realizada no mercado. Conforme Marx (1977, p. 31) “(...) qualquer mercadoria se apresenta sob o duplo aspecto de *valor de uso* e de *valor de troca*.”

E ainda:

A troca real das mercadorias, isto é, a troca social de substância, processa-se por uma metamorfose em que se manifesta a dupla natureza da mercadoria como valor de uso e como valor de troca, mas em que, ao mesmo tempo, a sua própria metamorfose se cristaliza em formas determinadas da moeda. (MARX, 1977, p. 89).

No entanto, estando a sociedade regulada pela propriedade privada, pelo acúmulo das riquezas e pelo monopólio dos meios de produção nas mãos de poucos, conclui-se que o acesso, por meio do dinheiro, aos valores criados pelo trabalho é limitado. Ou seja, a maioria da população formada pelos trabalhadores não tem acesso aos valores criados pelo seu trabalho porque não dispõem de dinheiro para comprá-los.

Assim: “Dado que o produto social não se distribui de modo uniforme, mas de acordo com as relações sociais capitalistas, o uso condicionado pela troca é discriminado do mesmo modo como o é a distribuição de produto.” (CALABI; INDOVINA, 1973, p.6).

Desta relação surgem os conflitos entre capital e trabalho, cujo âmago, em um processo de lutas, possibilita à classe trabalhadora reivindicar, entre outras coisas:

“configurações do território, ligadas ao seu valor de uso em lugar de seu valor de troca (...) coloca a “superação” da organização capitalista da sociedade”. (CALABI; INDOVINA, 1973, p.3).

Portanto, o modo capitalista de produção se caracteriza por sua lógica contraditória e desigual de funcionamento, onde de um lado cria riquezas, e de outro, gera misérias. Cria valor de uso, mas limita o seu consumo ao reduzi-lo à condição de mercadoria.

Nessa lógica de apropriação capitalista do território, cabe ainda ressaltar outro dado contraditório na forma como age o capital. Ou seja, assim como produz e se reproduz por meio de relações especificamente capitalistas, ou seja, por meio da relação capital-trabalho assalariado, reproduz igualmente, conforme seus interesses, relações de produção não capitalistas. Como por exemplo: “as relações camponesas de produção, a peonagem, etc.” (OLIVEIRA, 1995, p. 26).

Logo, é sob este ponto de vista contraditório de reprodução do capital que se deve compreender a construção territorial na sociedade atual: um conflito permanente que a sociedade capitalista trava pela produção de sua existência tendo como base o território.

3 – TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL E MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PELO CAPITAL

Os conceitos de territorialização do capital e monopolização do território pelo capital são usados na Geografia para explicar a realidade agrária no Brasil a partir de uma análise que tem como foco principal entender o desenvolvimento capitalista no campo e a permanência contraditória do campesinato. Estes conceitos têm como matriz as obras de Ariovaldo Umbelino de Oliveira e de grande parte de seus orientandos.

Para Stédile (1997, 23-24) no Brasil existem três tipos de grandes propriedades. As de família tradicional, chamadas oligarquias rurais que acumularam terras na época da colonização do país através de doações do Estado e grilagens de terras, um segundo tipo de grandes propriedades formadas por grupos econômicos “que resolveram aplicar seus capitais na agricultura”, tendo inclusive recebido descontos de 50% no Imposto de Renda como forma de incentivo do Estado. E tem também aquelas propriedades formadas por empresas multinacionais “que resolveram investir no Brasil e comprar terras.”

Conforme Paulino (2006, p.27), as relações econômico-institucionais no Brasil “encontram sustentação em formas rentistas, as quais denunciam a natureza contraditória do desenvolvimento capitalista.”

Pois:

Enquanto para o modelo europeu no centro do desenvolvimento capitalista está o capital, no modelo brasileiro, profundamente marcado pela tradição da dependência colonial, a terra é essencial para o desenvolvimento capitalista porque propicia uma acumulação de capital com base no tributo e na especulação, isto é, com base na renda da terra. (MARTINS 1994 apud PAULINO 2006, p. 27).

Assim, ao contrário do que ocorreu em muitos países, aqui a Reforma Agrária ocorre a reboque da luta pela terra, ou seja, acontece como resultado do conflito e não como planejamento do Estado, situação que produz uma alta concentração de terras. Conforme mostra o Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE (Censo Agropecuário de 2006), as consideradas grandes propriedades⁴, ou seja, aquelas que possuem de mil hectares para mais representam 0,91% do total de estabelecimentos, mas ocupam uma área de 44,42%. Enquanto

⁴ A classificação de tipo de propriedade conforme seu tamanho, usada neste trabalho, segue o que estabelece a Lei nº 8.629, da qual classifica como pequena propriedade as que possuem de 1 a 4 módulos fiscais; médias propriedades de 4 a 15 módulos fiscais e grandes propriedades aquelas que possuírem de 15 e mais módulos fiscais. Sendo assim, aplicando a Lei temos uma média nacional da qual classifica pequena propriedade de 0 a 200 hectares de terras; médias propriedades de 200 a 1.000 hectares e grandes propriedades de 1.000 para mais.

que as pequenas unidades, com área de 100 hectares para menos representam 85,96% de todos os estabelecimentos rurais do Brasil, mas ocupam apenas 21,43% das terras no país.

Segundo Rodrigues (2011, p. 10), o coeficiente de Gini, índice utilizado em pesquisas científicas para medir a desigualdade de acesso a terra, mostra que no Brasil a concentração de terras vem só aumentando, sendo que, em 1950 este índice que vai de zero a um (quanto mais próximo de um mais concentrado) marcava 0,840 de concentração e em 2006 passou a marcar 0,854.

E ainda:

“Dos 217,4 milhões de hectares registrados pelo INCRA como grandes propriedades, 136,8 milhões são identificados como improdutivos. Não cumprem, portanto, a função social preconizada pela Constituição Federal de 1988.” (Idem, p.10).

Os números de improdutividade da terra que podem ser ainda maiores se levar em consideração o fato de a legislação que mede o índice de produtividade ser da década de 1970, ou seja, algo um tanto ultrapassado.

Ainda conforme Rodrigues (2011, p.13), dois bancos, o do Brasil e o Bradesco, figuram como alguns dos maiores latifundiários do país, mesmo sendo duas empresas que não tem tradição alguma em atividades agrícolas.

Isto mostra que no Brasil a terra tem um caráter especulativo, servindo como reserva de valor, ou seja, uma espécie de aplicação a juros e não, necessariamente, um instrumento de produção e de trabalho.

Neste sentido, compreende-se que o estudo desta conjuntura passa necessariamente pela análise da renda da terra, pois é elemento determinante no modo como se deu a ocupação e constituição da estrutura fundiária brasileira.

Sendo que: “A renda da terra é uma categoria especial na Economia Política, porque ela é um lucro extraordinário, suplementar, permanente, que ocorre tanto no campo como na cidade.” (OLIVEIRA, 2007, p. 43).

A renda da terra pode se apresentar no capitalismo como sendo renda da terra absoluta que é a primeira forma e resulta do fato de que alguém detém sob a forma de propriedade privada parte deste bem finito que é a terra. Há também a diferencial I e II que resulta da concorrência, e, por fim, a renda pode se apresentar como sendo de monopólio quando há um produto fabricado sob condições específicas e inigualáveis.

3.1 Renda da terra absoluta

Para entender a essência da renda da terra absoluta deve-se inicialmente ter em mente que seu principal pilar de existência está na propriedade privada da terra. Logo, Marx (2003, p.96), analisa a questão da seguinte forma: “O direito do proprietário agrário tem a sua origem no roubo. Os senhores de terras, como todos os outros homens, gostam de colher onde não plantaram e exigem mesmo uma renda pelo produto natural da terra”.

A concepção marxista parte do princípio de que o direito de explorar a renda da terra está diretamente vinculado à existência legalizada da propriedade privada de um elemento natural que foi criado a partir de processos milenares de intemperismo climático o que dá a terra a classificação de um produto único, peculiar. Logo, não se pode avaliá-la a partir das concepções de valor encontradas nas mercadorias criadas pelo trabalho humano.

Segundo Oliveira (2007, p.57) “no modo capitalista de produção a terra, embora não tenha valor (pois não é produto do trabalho humano) tem um preço”. Dessa forma, trata-se da indevida apropriação e coisificação de um elemento que está fora dos padrões de mercantilização da sociedade.

As discussões em torno da questão da renda da terra remetem ao questionamento do fundamento básico da sociedade burguesa, qual seja, o direito inalienável de propriedade privada, pois é este direito, amparado juridicamente pelo Estado burguês que permite ao proprietário de terra, principalmente ao grande, a condição de cobrar da sociedade como um todo um preço para o uso do solo conforme as necessidades sociais que se apresentam, ou seja, uma cobrança baseada no monopólio de um instrumento de produção, como mostra Marx (2003, p.97, grifo do autor): “Consequentemente, a *renda da terra* considerada como o preço que se paga pelo uso da terra, é naturalmente um preço de *monopólio*”.

O contexto a que Marx se refere é com relação à grande propriedade que tem na terra um negócio e ao por em prática a exploração da renda da terra coloca em evidencia o antagonismo de interesses entre latifundiários de um lado e no oposto, trabalhadores e camponeses explorados.

O proprietário de terras, na determinação dos termos do arrendamento, procura, se possível, nada mais deixar ao arrendatário do que o suficiente para repor o capital, que fornece as sementes, paga o trabalho, compra e mantém o gado e outros instrumentos. (...) tudo o que excede esta porção, quer no que diz respeito ao produto, quer ao seu preço, o proprietário procura reservá-lo para si mesmo como renda da terra. (MARX, 2003, p.98).

Nesta relação, todo investimento em infraestrutura como construção de cercas e limpeza do solo tornam-se capital que, ao final do período de arrendamento, é transferido ao proprietário da terra que passa a usufruir como sendo seu patrimônio. Destaca-se que esta prática foi bastante corriqueira na ocupação do território na região dos limítrofes municípios de Andradina-SP e Castilho-SP

A exploração da renda da terra não condiz nem com a própria lógica do sistema capitalista de produção que a tem como um obstáculo a ser superado no processo de reprodução do capital. A licença a ser paga para a utilização da terra como os arrendamentos ou a compra de áreas, é considerada uma irracionalidade, pois na medida em que o capitalista imobiliza improdutivamente uma parte de seu capital para remover o obstáculo que representa a propriedade fundiária, terá ainda que empregar outra parte de capital em implementos agrícolas, trabalho assalariado, etc., caso queira produzir algo nesta área.

Todavia, Martins (1983) explica como o capitalismo removeu o obstáculo que representava a renda da terra. Para entender é preciso indagar: De onde vêm, afinal, os recursos que pagam a renda da terra?

Primeiramente, deve-se deixar claro que antes da forma propriamente capitalista de extração da renda, existiu uma forma pré-capitalista da renda da terra. Ou seja, esta era excedente gerado durante o processo de produção, seja por meio de renda trabalho, renda em produtos, ou pela conversão destas em dinheiro. Como a renda pré-capitalista não fazia parte do processo de reprodução ampliada do capital, era somente excedente consumido pelo proprietário da terra.

Já sob a forma de pagamento capitalista da renda da terra, tem que se considerar a existência da mais-valia na sociedade, que nada mais é que a diferença entre o valor criado pelo trabalhador no processo de produção e o valor pago em salário a este mesmo trabalhador.

Logo, a renda fundiária vai surgir no momento de distribuição de parte da mesma mais-valia extraída diretamente no processo de exploração do trabalho assalariado, na distribuição ela toma caráter de mais valia social. Ou seja, o tributo (renda) pago pelo capitalista ao proprietário agrário para ter acesso a terra é parte do valor criado pelo trabalho social.

Ora, o trabalhador produziu mais-valia, incrementou a riqueza, para o capitalista. Quando este paga a renda ao proprietário, não está *produzindo* nada; está distribuindo uma parte da mais-valia que extraíra dos seus trabalhadores. Por isso, a renda capitalista da terra não nasce na *produção*,

mas sim na *distribuição* da mais-valia. (MARTINS, 1983, p.163, grifo do autor).

No entanto, na complexidade desta relação, deve-se esclarecer que o tributo que representa a renda da terra não é algo a ser pago com desconto em salários, pois desse modo, colocaria em risco a reprodução da força de trabalho; e por outro lado, não é um tributo pago diretamente pelo capitalista, pois a redução dos lucros criaria riscos ao seu negócio.

Na observação de Martins (1983, p.164-165), “a renda da terra não é paga por ninguém em particular, porque ela é paga pelo conjunto da sociedade. (...) pelo fato de que uma classe, a dos proprietários, tem o monopólio da terra.”

E ainda, segundo Oliveira (2007, p.44), a renda capitalista da terra “é sempre sobra acima do lucro, (do lucro médio) (...) Ela é, dessa forma, sobra acima da fração do valor das mercadorias, que nada mais é do que mais-valia, ou seja, trabalho excedente”.

Trata-se, portanto, da renda da terra em sua forma absoluta que tem como característica o monopólio contido na posse privada do solo, do qual coloca em evidência o antagonismo presente nos interesses da classe dos que são proprietários de terra contra o restante da sociedade, pois, aquela cobra desta um tributo pelo uso deste meio de produção.

Deste modo: “Das três classes produtivas, a dos proprietários agrários, é aquela a quem o rendimento não custa nem trabalho nem cuidado, mas lhes vem, digamos, de si mesmo e independentemente de qualquer planejamento próprio.” (MARX, 2003, p.97).

A renda da terra pode assumir ainda um caráter especulativo onde propriedade privada é uma espécie de reserva de valor, em que o comprador pode esperar valorização para revendê-la em momento oportuno.

O capital aplicado dessa forma, não é capital produtivo. É, na verdade, como mostra Martins (1983, p.167), uma renda capitalizada, podendo ser revertida em dinheiro novamente a qualquer momento que se decida pela venda da terra.

Desse modo, mesmo que coisa alguma seja produzida em uma determinada propriedade, ela ainda pode ser valorizada, como no caso da abertura de uma estrada, a criação de uma indústria, o aumento da população e de seu poder aquisitivo, dentre outros. Tudo isso pode proporcionar na sociedade uma maior necessidade de uso de um território particular, monopolizado.

A renda da terra aumenta com a população. Já soubemos por Say que a renda se eleva com a construção de estradas de ferro, etc., e com a melhora, segurança e multiplicação dos meios de comunicação. “... toda melhora na

situação da sociedade tem a tendência, direta ou indireta, de aumentar a renda, de elevar a fortuna real dos proprietários.” (MARX, 2003, p.101).

Logo, a compra de terras pelo capital, muitas vezes está estritamente vinculada com a taxa de juros corrente, conforme nos mostra Marx: “Deve-se observar que o preço usual de mercado das terras está sujeito sempre à taxa corrente de juro [...] se a renda de terra ficasse abaixo do juro com uma grande diferença, ninguém compraria terras.” (MARX, 2003, p.105).

Conforme Oliveira (2007, p.57), o fim do pagamento da renda passa necessariamente pela extinção da propriedade privada capitalista da terra e a socialização do uso deste importante meio de sobrevivência da humanidade.

“Só a extinção da propriedade privada do solo pode pôr fim a este tipo de renda da terra, caso contrário, a sociedade inteira terá que pagar sempre, aos proprietários de terras, este verdadeiro tributo, para que as terras sejam colocadas para produzir.”

3.2 Renda da Terra Diferencial

Em toda circunstância onde exista propriedade privada da terra estará presente a renda da terra absoluta, no entanto, existem situações onde esta pode vir acompanhada de outro tipo de renda que é ligada a elementos específicos de localização, circunstâncias naturais de fertilidade e, até mesmo, de investimento de capital produtivo e benfeitorias.

Estes fatores são responsáveis pela renda diferencial I e II, mas que só pode ser realizada a partir do momento que a terra é utilizada produtivamente sendo medida por comparação entre produtores, ou seja, em uma relação de concorrência. A renda, segundo Martins (1983), é uma relação social entre aqueles que podem cobrar e os que estão dispostos a pagar, portanto não posso entender a renda se fico olhando apenas para o aluguel. Neste caso, ele é apenas o aspecto visível de um processo social mais amplo.

Em síntese, a renda diferencial I é definida segundo as características naturais de solo em uma dada área. Em uma comparação entre dois proprietários, cujo capital aplicado na terra é similar, terá mais renda aquele que tiver em sua propriedade um solo mais fértil, por exemplo.

A renda diferencial II é definida da seguinte forma: se em duas propriedades, cujos solos são de iguais qualidades, o maior ou menor ganho de renda é determinado pelo volume de capital aplicado no melhoramento da terra e nas técnicas de produção.

Desse modo:

“A renda diferencial I é aquela que independe do capital aplicado na produção específica, enquanto que a renda diferencial II decorre diretamente do investimento em capitais para melhorar a fertilidade natural da terra.” (OLIVEIRA, 2007, p. 44).

O estudo deste item torna-se importante, pois é a renda da terra diferencial, somada a renda da terra absoluta, o elemento condicionante que motiva a territorialização do capital no campo brasileiro. Exemplo são os casos da aquisição de terras por grandes empresas do ramo agroindustrial como o sucroalcooleiro, de celulose e papel, de soja, dentre outros.

3.3 Renda de Monopólio

Além das duas formas de renda da terra apresentadas há também a chamada renda de monopólio que ocorre em situações excepcionais, ou seja, ela depende de condições inerentes que uma porção do planeta foi dotada, ou seja, de características especiais e únicas.

Por outro lado, como se trata de uma relação social para que haja apropriação desta renda é preciso que tenhamos pessoas dispostas a pagar o preço de monopólio. Um exemplo bastante divulgado é o vinho do porto, especula-se que sua condição inigualável é resultado de condições edafo climáticas específicas que dão características únicas a uva.

Segundo Oliveira (2007, p.58):

Ao contrário, pois, da renda da terra absoluta que de certo modo acaba por ser regulada no mercado em função das pressões sociais, a renda da terra de monopólio não está praticamente sujeita a estas pressões, pois, não depende do consumo necessário da população. Ou seja, ela não é o produto alimentar básico, apenas depende do desejo e da capacidade de compra daqueles que a querem consumir.

Portanto, a renda de monopólio é também um lucro suplementar fornecido àquele que possui a parcela do planeta com características especiais da natureza.

3.4 A Territorialização do Capital

O processo de avanço do capital no campo brasileiro apresenta características diferentes da indústria, a principal é a forma especulativa/rentista de acumulação. Sendo que na forma tipicamente capitalista de produção assalariada, como nas agroindústrias há também a presença da renda, porém nesta forma temos a apropriação da renda e do lucro.

A característica rentista aparece quando se observa que no campo brasileiro mais da metade das grandes propriedades as quais dominam 44,42% das terras agricultáveis do país são improdutivas, ou ainda quando se verifica que empresas que não tem ligação com atividades agrícolas adquirem terras. Portanto, se está frente à constituição de áreas meramente de caráter especulativo, onde se investe em terras como em uma aplicação a juros. Observa-se, dessa forma, a exploração da renda da terra em sua forma absoluta.

Por outro lado, o avanço das relações capitalistas de produção no campo brasileiro tem sido feito também através de um processo de industrialização como mostra Oliveira (1995, p.28), do qual considera que este processo “abriu a possibilidade histórica aos proprietários de terra ou aos capitalistas/proprietários de terra para a apropriação da renda capitalista da terra quer na sua forma diferencial e/ou absoluta.”

Logo, o capitalista que também é proprietário de terra, “embolsa simultaneamente o lucro da atividade industrial e da agrícola (cultura da cana, por exemplo) e a renda da terra gerada por esta atividade agrícola.” (OLIVEIRA, 2005, p.106).

Nestes espaços de ação da agroindústria o capital avança constituindo uma reprodução capitalista do território por meio de compra e arrendamento de terras, e tem como principal característica relações de produção que são tipicamente capitalistas, ou seja, assalariadas com exploração de mais-valia.

Portanto, no território de atuação da agroindústria se observa a apropriação da renda da terra em sua forma diferencial, ou seja, concorrencial entre capitais empregados produtivamente. Contudo, isto não elimina a exploração da renda da terra em sua forma absoluta, pois, esta também está presente por se tratar de uma propriedade privada.

Em ambos os casos se está frente àquilo que Oliveira (1995, p.28, grifo do autor) classifica como: “processo de **territorialização do capital**, sobretudo dos monopólios”, que no Brasil, em particular, se dá mediante a aliança entre a classe dos industriais e a dos proprietários de terra.

Para Paulino; Almeida (2010, p.44), “deste processo resulta um território em conflito/disputa, uma vez que a territorialização é sempre processo de conquista de frações do território capitalista, logo expropriação do camponês.”

Contudo, cabem outras considerações quanto ao processo de avanço das relações capitalistas no campo brasileiro, uma vez que mesmo nos locais onde se desenvolve a industrialização agrícola, com um volume considerado de incorporação de novas tecnologias que reduzem o tempo de produção, em geral a atividade agrícola é dependente do tempo da natureza, algo que oferece riscos aos investimentos de capital.

Dessa forma, a dinâmica capitalista de retorno rápido não encontra na agricultura as mesmas condições ideais de sua realização como, por exemplo, em uma indústria urbana.

Pois, analisando a complexidade da lógica capitalista tem-se como fundamento de seu desenvolvimento que o processo de produção de mercadorias seja ágil, já que no curso de sua criação estas adquirem um valor de troca (um preço) que, dentre outras coisas, é determinado pelo tempo de trabalho empreendido em sua fabricação.

Conforme Marx (2006, p.104):

A quantidade de trabalho necessária para produzir uma mercadoria varia constantemente ao variarem as forças produtivas do trabalho aplicado. Quanto maiores são as forças produtivas do trabalho, mais produtos serão produzidos num dado tempo de trabalho; e quanto menores são, menos se produz na mesma unidade de tempo. Por exemplo, ao crescer a população, se fosse necessário cultivar terras menos férteis, teríamos de investir uma quantidade maior de trabalho para obter a mesma produção, o que causaria uma alta do valor dos produtos agrícolas. Por outro lado, se um só tecelão, com os modernos meios de produção, ao fim do dia, converte em fio mil vezes mais algodão que antes fiava no mesmo espaço de tempo com auxílio da roca, é evidente que, agora, cada libra de algodão absorverá mil vezes menos trabalho de fiação que antes e, por consequência, o valor que o processo de fiação incorpora em cada libra de algodão será mil vezes menor.

A fim de sintetizar afirma-se que tempo de trabalho empreendido no processo de produção é item decisivo na definição de valores dos produtos fabricados na etapa concorrencial de produção capitalista. Deste modo: “Os valores das mercadorias estão na razão direta do tempo de trabalho incorporado em sua produção e na razão inversa das forças produtivas do trabalho empregado.” (MARX, 2006, p.105).

Por conseguinte, é o controle e desenvolvimento da produção pelo ser humano que tende a determinar a capacidade do capital em explorar mais-valia. Por isso, no capitalismo, tempo de trabalho e tempo de produção devem coincidir ao máximo.

Assim sendo, é a partir da teoria de criação de valor por meio do trabalho que se entende por qual motivo alguns setores da produção agrícola repelem investimento capitalista. Isto se dá porque no campo dificilmente coincide os dois elementos chaves de lucratividade do capital, tempo de trabalho e tempo de produção.

O tempo de trabalho é sempre tempo de produção, o que é o mesmo que dizer que é um tempo durante o qual o capital é firmemente mantido na esfera da produção. Mas o contrário não é verdadeiro, ou seja, nem todo o tempo em que o capital é mantido no processo de produção é necessariamente tempo de trabalho. O tempo de produção consiste em duas

partes, um período, durante o qual a mercadoria ‘inacabada’ deve aguardar a influência de processos naturais, sem se submeter simultaneamente ao processo de trabalho. (MARX⁵, 1974 apud PAULINO; ALMEIDA, 2010, p.30).

É por isso que a burguesia prefere aplicar seu capital produtivamente em setores da agricultura com renda alta, como mostra Martins: “O capital tem se apropriado diretamente de grandes propriedades ou promovido a sua formação em setores econômicos do campo em que a renda da terra é alta, como no caso da cana, da soja, da pecuária de corte”. (1983, p.175).

No entanto: “Onde a renda é baixa, como no caso dos setores de alimentos de consumo interno generalizado, (...) o capital não se torna proprietário da terra, mas cria as condições para extrair o excedente econômico.” (MARTINS, 1983, p.175).

Portanto, onde a renda é baixa, o capital não necessariamente se territorializa, mas monopoliza o território. “(...) isso se dá quando o capitalista não é o dono da terra, mas cria as condições para sujeitar a renda da terra, onde aparentemente ela não existe, ou seja, na agricultura camponesa” (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p.44).

3.5 A Monopolização do Território pelo Capital

Para melhor compreender o processo de monopolização do território pelo capital leva-se em conta que o desenvolvimento do capitalismo não é algo homogêneo/linear, ou seja, em alguns espaços se desenvolve por meio da evolução de base tecnológica com exploração de mão-de-obra assalariada. Mas, em outros espaços avança se apoiando em formas não tipicamente capitalistas de produção, como o trabalho escravo, a exploração do trabalho camponês, a peonagem, dentre outros.

Neste sentido, estas diferenças trazem em si o metabolismo próprio do capitalismo que se desenvolve por meio da reprodução ampliada do capital ao mesmo tempo em que procura promover formas de produção de capital.

Vejamos a explicação deste processo:

A reprodução do capital é produto de relações capitalistas de produção, baseadas por excelência no trabalho assalariado, logo, na extração direta de mais-valia. Por outro lado, como evidencia Martins (1981⁶), a produção do

⁵ MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 03 – O Processo Global de Produção Capitalista. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. v. VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

⁶ MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

capital nunca é capitalista, ou melhor, produto de relações tipicamente capitalistas. (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p.28).

Portanto, é um desenvolvimento desigual e é nesta perspectiva contraditória que se tem a possibilidade de reprodução de formas de trabalho no campo que não são tipicamente capitalistas, como o campesinato. Contudo, como lembra Paulino; Almeida (2010, p.29), “trata-se de uma contradição e não de uma articulação de modos de produção”.

Esta situação se expressa no caso em que o campesinato conserva a propriedade da terra; entretanto, parte da renda criada em sua propriedade é apropriada pelo capital através de mecanismos que buscam subordinar os processos de produção e de comercialização camponesa.

Na prática, estes mecanismos se traduzem nos conhecidos contratos de “parceria”, como no exemplo dos produtores de bicho-da-seda, dos produtores de fumo e do leite, os quais são obrigados a entregar sua produção como matéria prima para a indústria a preços desvalorizados.

Conforme mostra Oliveira (1996, p.51), na propriedade camponesa, uma parte da produção agrícola entra “fundamentalmente no consumo do produtor” como meio de subsistência, sendo que a outra parte de sua produção, “o excedente, é comercializado sob a forma de mercadoria”.

É, portanto, no momento em que a produção camponesa entra no processo de circulação da mercadoria que o capital procura se apropriar de parte do valor criado pelo trabalho familiar camponês impondo preços comumente desvalorizados e desta forma, sujeitando parte da renda⁷ criada nesta unidade.

Desse modo:

Na medida em que o produtor preserva a propriedade da terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando unicamente o seu trabalho e o da sua família, ao mesmo tempo que cresce a sua dependência em relação ao capital, o que temos não é a sujeição formal *do trabalho* ao capital. O que essa relação nos indica é outra coisa, bem distinta: estamos diante da *sujeição da renda da terra ao capital*. (MARTINS, 1983, p.175).

A referida sujeição (transferência de renda do produtor para a indústria) está presente claramente em grande parte das relações sociais de produção e comercialização no

⁷ Destaca-se que a renda representa um tributo pago pela sociedade como um todo, no entanto, conforme Paulino e Almeida (2010) a renda camponesa se diferencia da capitalista pelo seu destino. Ou seja, neste caso o centro da análise está no uso que se dá à renda para que possa caracterizá-la como camponesa, e não na sua produção que é sinônimo de exploração da mais-valia social.

campo tanto das pequenas unidades de produção quanto das grandes unidades, contudo, para as primeiras é motivo de empobrecimento de muitas famílias.

Assinala Paulino (2006, p.110), que: “A metamorfose da renda da terra em taxa de lucro (mais-valia, portanto) para a indústria, deriva exclusivamente da quantia de trabalho não pago contido nas matérias-primas a serem processadas.”

Alguns dos desfechos desta relação entre camponeses e capitalistas, ou entre agricultura e indústria podem ser verificados da seguinte forma:

_ Ao cair o preço das matérias-primas, uma parte da renda presente na produção camponesa vai para os industriais que a metamorfoseiam em capital, produzindo e aumentando assim a sua taxa de lucro (mais-valia). Nessas ocasiões, freqüentemente, o campesinato empobrece.

_ Diante do aumento dos preços das matérias-primas, a taxa de lucro dos industriais pode ser mantida com o aumento proporcional do preço do produto final. Neste caso, o campesinato fica com uma parte da riqueza social produzida no interior da sociedade capitalista e, eventualmente, poderá até enriquecer.

_ Os camponeses podem receber pelas matérias-primas o equivalente ao valor do trabalho contido nestas, ou seja, eles ficam com toda a renda produzida diretamente. Isto lhes permite produzir, via de regra, como camponeses remediados, enquanto os capitalistas mantêm a taxa de lucro oriunda da atividade industrial.

_ Cai o preço do produto final e, para permanecer no ramo, os capitalistas manterão sua taxa de lucro pagando menos pela produção camponesa. Ao entregar barato o produto de seu trabalho, seja vendendo diretamente aos consumidores, seja repassando-o aos capitalistas, o campesinato estará doando à sociedade como um todo uma parte do seu trabalho, transferido sob a forma de renda da terra. Nessa situação, a tendência de diminuição dos salários se impõe, porquanto os trabalhadores gastarão menos para suprir suas necessidades. (PAULINO, 2006, p.111).

Além do observado neste caso, há de se destacar também a sujeição da renda da terra camponesa ao capital durante o processo de produção familiar no campo. Neste ponto o capital pode se apropriar de parte da renda camponesa encarecendo implementos agrícolas, insumos e sementes; podendo ainda realizar este processo por meio de endividamento do produtor junto ao capital financeiro, uma vez que os bancos procuram estabelecer linhas de crédito ao produtor cujos juros sugam parte da renda camponesa.

O que o capital faz é monopolizar as relações de comercialização impondo, inclusive, regras a produção e obrigando o agricultor familiar camponês a veicular seu produto aos moldes do mercado capitalista.

Assim: “(...) esse processo contraditório revela que o capital monopoliza o território sem territorializar-se. Trata-se, pois, do processo de **monopolização do território pelo capital** monopolista.” (OLIVEIRA, 2005, p.106, grifo nosso).

Portanto, o processo de territorialização do capital, ou seja, aquisição de terras pelo burguês costuma promover o êxodo rural varrendo do campo os trabalhadores e concentrando-os nas cidades. Já o processo de monopolização do território pelo capital abre espaço para que a produção do trabalhador camponês se desenvolva o que permite que o campo continue povoado, contudo, sob o domínio dos interesses do capital. Lembrando que, geralmente, onde ocorre territorialização há monopolização do território como garantia à assegurar o dispêndio de grandes quantias de dinheiro na compra de terras mesmo quando o dinheiro é público como no caso dos financiamentos do BNDES ao setor sucroalcooleiro e de celulose.

Por fim, estes dois processos marcam, em grande medida, a realidade do campo brasileiro e explica a situação agrária nos municípios de Castilho-SP e Andradina-SP.

4 – A FORMAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO EM ANDRADINA-SP E CASTILHO-SP

Historicamente o processo de constituição territorial dos vizinhos municípios paulistas de Andradina e Castilho tem como base a formação de grandes propriedades agrícolas bem como a exploração da renda da terra e do trabalho camponês por parte de latifundiários.

Para melhor entender como se deu a ocupação e formação do território destes municípios, considera-se pertinente levar em conta que isto é algo inteiramente vinculado a políticas agrícolas desenvolvidas no contexto nacional e que priorizaram a constituição de grandes propriedades.

Cabe inicialmente, a referência de que no Brasil a questão agrária tem suas origens quando o país ainda era colônia de Portugal, sendo que uma das consequências deste fato foi a adoção das chamadas sesmarias, um tipo de regime de concessões de terras cujo critério de distribuição levava em conta fatores raciais e sociais.

Entende-se neste período que: “A terra era vista como parte do patrimônio do rei, como domínio da Coroa, e sua aquisição decorria de uma doação pessoal, seguindo os méritos dos pretendentes e os serviços por ele prestados à Coroa” (BECKER; EGLER, 1994, p.41).

Conforme Martins (1983, p.31-32), só era merecedor de uma sesmaria aquele cujo sangue estivesse limpo, ou seja, “quem fosse bastardo, mestiço de branco e índio, estava excluído de uma herança” de terras.

Contudo, a exigência da Coroa era a de que, no período em que perdurasse a concessão, a terra fosse utilizada produtivamente.

O emprego útil da terra era a base da legitimação. Por esse motivo, terras abandonadas, como ocorreu com frequência onde os terrenos se tornaram “cansados”, ainda que já concedidos em sesmarias, podiam cair em comisso, revertendo à Coroa, possibilitando a sua entrega a um novo sesmeiro. (MARTINS, 1983, p.33).

Assinala Martins, (1983, p. 37) que neste período, a renda não estava necessariamente na posse da terra, mas sim, na exploração do trabalho escravo; ou seja, uma das fontes de riqueza do fazendeiro estava em sua capacidade de adquirir e manter escravos em sua propriedade, sendo o negro a personificação de renda acumulada.

O tráfico negreiro e o trabalho escravo eram exatamente os fatores que retiravam da colônia qualquer caráter feudal. Permitiam que, ao invés da

metrópole tirar renda da terra através de uma elite territorial, de um monopólio de classe ou de um monopólio estritamente estamental sobre o solo, tirasse renda na circulação, fazendo o escravo produzir renda capitalista antes de produzir mercadorias. (MARTINS, 1983, p.37)

Logo, a acumulação de terras era interessante às elites do país, pois determinava a capacidade de uma fazenda em manter seus escravos.

Contudo, com o fim do tráfico negreiro em 1850, criou-se uma crise de mão de obra nas fazendas, o que fez aumentar a preocupação da elite com relação à execução dos trabalhos nas grandes fazendas.

Diante desta conjuntura, criou-se uma lei, a Lei de Terras de 1850.

Os grupos dominantes escravistas retardaram quanto puderam a abolição do comércio de escravos, só decretada sob pressão da diplomacia inglesa em 1850. No mesmo ano, uma nova política de terras e de trabalho se estabelecia para regularizar a propriedade da terra e o fornecimento de trabalho, bem como o crédito: a Lei de Terras. (BECKER; EGLER, 1994, p.58).

Em síntese, esta lei determinava que a partir daquele momento (1850) todas as terras do Brasil eram devolutas, ou seja, de propriedade do Estado, com exceção feita àqueles que naquela data já estivessem de posse de alguma área, legitimada por documentos paroquiais.

Em tese, esta atitude regularizou as pequenas posses de terras, contudo, favoreceu, primordialmente, o latifúndio, cuja origem, em grande parte, era proveniente da concessão das sesmarias, ou seja, com esta lei se consolidou a concentração de terras.

Conforme Monbeig (1984): “A todos os que tivessem começado a cultivar o solo e pudessem justificar seu direito de primeiro ocupante, permitia essa lei que registrassem seus títulos de posse, num prazo de quatro anos” (p.144).

Além disso, daquele momento em diante, quem se dispusesse a possuir terra teria que pagar um preço ao Estado para conseguir a posse de uma área.

A terra tornou-se, então, de domínio público, patrimônio da Nação, só podendo ser adquirida mediante compra direta do governo. Eliminaram-se as formas tradicionais de adquirir terras através da ocupação (“posse”) e das doações da Coroa. (BECKER; EGLER, 1994, p.58).

Este processo abriu caminho para a possibilidade de se comprovar a legitimação de posse de áreas através de documentos fraudados, as chamadas terras griladas, onde fazendeiros forjavam escrituras de posse de terras com data anterior à promulgação da Lei de

Terras de 1850. O termo *grilagem de terra* surgiu da técnica de se colocar em uma caixa fechada o documento fraudado juntamente com um inseto, no caso o grilo, que ao urinar e defecar daria uma aparência de papel velho à documentação.⁸

Enfim, a promulgação desta lei atendeu a seu principal objetivo, qual seja, o de garantir a disponibilidade de mão de obra para os trabalhos nas fazendas, pois ao vincular o acesso as terras a uma condição de compra financeira, fez com que a maioria dos trabalhadores do campo fossem excluídos da possibilidade de se trabalhar em posses de terras próprias, obrigando estas pessoas a venderem para os fazendeiros a única coisa que lhes restavam, a sua força de trabalho. De acordo com Martins (1998):

Na iminência de transformações nas condições do regime escravista, que poderiam comprometer a sujeição do trabalhador, criavam as condições que garantissem, ao menos, a sujeição do trabalho (...) De fato, porém, independentemente das intenções envolvidas, a criação de um instrumento legal e jurídico para efetivar esse monopólio, pondo o peso do Estado do lado do grande fazendeiro, dificultava o acesso a terra aos trabalhadores sem recurso. (p.59)

Como afirma Becker; Egler (1994, p59) com a Lei de Terras “a terra passou a representar uma mercadoria e um poder econômico.” Com isso, institui-se a propriedade privada da terra no Brasil e criou-se a possibilidade de se explorar uma renda por monopólio de posse, ou seja, a renda da terra.

A propriedade privada repassa para a terra, dentre outras coisas, um caráter de reserva de valor, característica priorizada pela sociedade. Assim, mesmo que o proprietário nada produza em suas terras, continuará tendo o direito legal de usufruir da posse de uma área, ao contrário do que ocorria com as sesmarias, que caso não fosse produtiva, era passível de desapropriação pela Coroa portuguesa.

É neste contexto da terra como mercadoria que se deve analisar a forma como foi dada a ocupação do espaço agrário e a constituição territorial na região dos municípios de Andradina-SP e Castilho-SP.

Localizados a noroeste do estado de São Paulo, a aproximadamente 650 km da capital (conforme figura 1), possuem relevo de planícies com leves ondulações, clima seco no inverno e chuvoso no verão. Tiveram suas formações territoriais iniciadas no início do século XX e segundo o Instituto Brasileiro de Geografia no Censo Demográfico de 2010, atualmente

⁸ Sobre o conceito de grilagem de terra. Disponível em:
<<http://www.greenpeace.org.br/amazonia/pdf/grilagem.pdf>>. Acesso em : 15 ago. 2011.

Andradina possui 55 mil habitantes e Castilho 18 mil, sendo que este último foi patrimônio do primeiro até o ano de 1953 - quando conseguiu sua emancipação.

Por ser Andradina-SP o município sede de comarca, por vezes designar-se-á o recorte espacial desta pesquisa como sendo a região de Andradina.

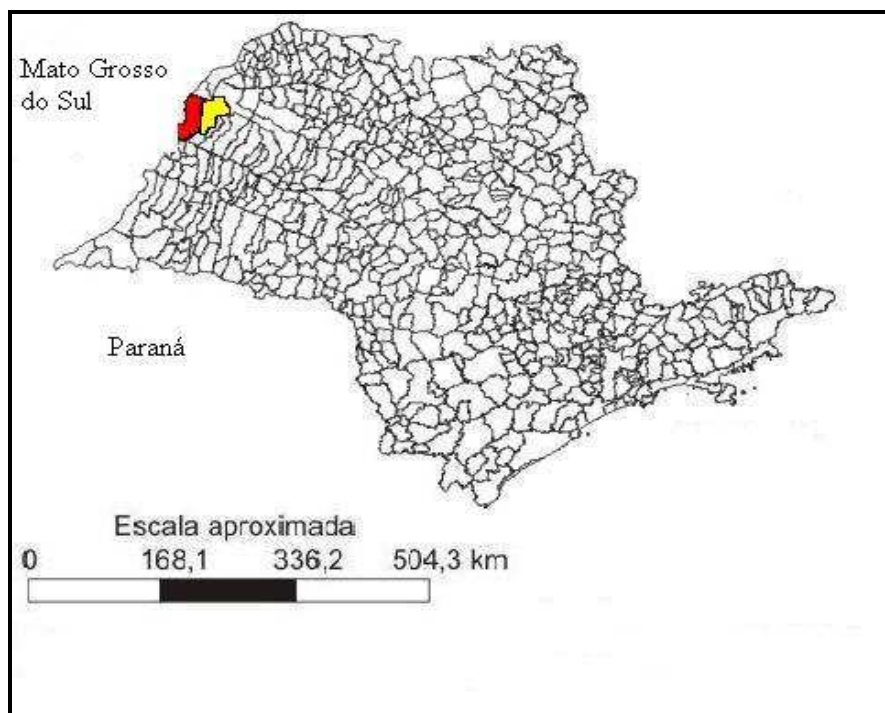


Figura 1 – Mapa do Estado de São Paulo. Em amarelo a localização do município de Andradina-SP e em vermelho, limítrofe a Mato Grosso do Sul, o município de Castilho-SP.

Fonte: Laboram/UFMS - Campus de Três Lagoas, maio 2011 org. LOPES, Dóri E. 2012.

4.1 O Tempo da Fronteira

Captar no pretérito a centelha da esperança só é dado ao historiador que estiver convicto do seguinte: se o inimigo vencer, nem mesmo os mortos estarão a salvo dele. Esse inimigo não parou de vencer. (BENJAMIM, 1991⁹ apud BEM, 2008 p.51).

Geralmente, a história oficial reproduz a história dos vencedores. Em uma sociedade dividida em classes isto significa que a história dos subalternos, ou dos menos favorecidos, quase sempre é ignorada, ou seja, supprime-se a voz dos que sofreram ou sofrem privilegiando-se ideologicamente os dominadores.

⁹ BENJAMIM, Walter. Teses sobre filosofia da história. In: **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1991.

Assim: “Na historiografia oficial, a vitória do dominador é destacada como uma grande “marcha triunfal”, a história é rememorada como patrimônio cultural, escondendo a barbárie contida no processo histórico.” (BEM, 2008, p.51).

Ideologicamente a história oficial da constituição dos vizinhos municípios de Andradina-SP e de Castilho-SP enfatiza o trabalho do pioneiro como sendo uma espécie de herói desbravador dos obstáculos que as condições naturais impunham. Nestes contos o pioneiro é aquele que traz o novo, o responsável pela marcha do progresso.

Na verdade o termo ‘pioneiro’ é uma das designações criadas durante o processo de avanço das fronteiras colonizadoras em várias partes do Brasil e que revela um olhar da história contada a partir de um determinado lugar social e de um momento histórico.

Conforme Martins, na obra “*Fronteira, a degradação do Outro nos confins do humano*” de 1997, um estudo sobre o avanço das fronteiras colonizadoras na Amazônia, observou que se desenvolve nestas zonas fronteiriças um cenário cuja realidade é altamente conflitiva, longe das aspirações humanistas de coexistência pacífica.

O autor define o que se revela nas fronteiras:

Longe de ser o território do novo e da inovação, a fronteira se revela, nestes estudos, o território da morte e o lugar de renascimento e maquiagem dos arcaísmos mais desumanizadores, cujas consequências não se limitam a seus protagonistas mais imediatos. (...) A fronteira é, no fundo, exatamente o contrário do que proclama o seu imaginário. (MARTINS, 1997, p.16).

Demonstra Martins (1997, 152) que existem diferentes designações que buscam explicar os fatos históricos ocorridos no ambiente das fronteiras. Designações estas que, segundo o autor, foram construídas a partir de observações feitas de lugares sociais distintos e de momentos históricos diferentes.

Criou-se assim, dois termos que em resumo analisam um mesmo processo, a saber: Frente Pioneira e Frente de Expansão.

Argumenta o autor que frente pioneira é uma denominação que foi muito utilizada por geógrafos como Pierre Monbeig,¹⁰ e que teve como referência, ou ponto de partida, o empresário, o fazendeiro, o comerciante, ou seja, o empreendedor de forma geral.

Por isso, adverte que: “Quando difundiram no Brasil a expressão “frente pioneira”, os geógrafos mal viam os índios no cenário construído por seu olhar dirigido” (p.153).

¹⁰ MONBEIG, Pierre. *Pionniers et Planteurs de São Paulo*. Librairie Armand Colin, Paris, 1952. et al.

‘Frente pioneira’ foi, assim, uma terminologia usada para dar ênfase às transformações radicais ocorridas nas paisagens, provocadas, principalmente, pelas construções de ferrovias, de cidades e pela constituição de uma agricultura de exportação em grande escala. Basicamente, resume a percepção de que está se criando um novo ambiente social, um local moderno, onde o tradicional deve ser superado.

Como afirma Martins (1997, p.153): “Ela constitui o ambiente oposto ao das regiões antigas, esvaziadas de população, rotineiras, tradicionais e mortas.”

Já a concepção de ‘frente de expansão’, muito utilizada por antropólogos, foi formulada a partir de um ponto de observação social distinto do empregado na concepção de frente pioneira, qual seja, o dos que foram atingidos de alguma forma pela marcha inexorável do progresso. Conforme Martins (1997, p.152), ‘frente de expansão’ expressa “a concepção de ocupação do espaço de quem tem como referência as populações indígenas”.

Por isso, ‘frente de expansão’ é um termo crítico utilizado para denunciar as condições observadas nas fronteiras, onde se constatou o esmagamento de povos indígenas e a exploração do trabalho de populações pobres como os garimpeiros, castanheiros, pequenos agricultores, dentre outros.

Portanto, o que se tem, são duas designações que expressam olhares diferentes sobre um mesmo acontecimento histórico. Os motivos para as disparidades verificadas nestes estudos são, conforme Martins (1997, p.156), os resultados de observações feitas em desiguais lugares sociais, mas corresponde também a própria realidade da fronteira em dado momento histórico, pois seus tempos de desenvolvimento são distintos.

Assim, de acordo com Martins (1997, p.157-158), quando se fala em “frente de expansão”, está se referindo à fronteira demográfica e quando se menciona “frente pioneira” está se falando da fronteira econômica.

À frente da fronteira demográfica estão os índios e as matas. Neste sentido, a frente de expansão é a chegada daqueles que irão “limpar” a área. Estes são representados por trabalhadores e camponeses vindos de outras partes do país, ou até mesmo estrangeiros, que se deslocam para as fronteiras de ocupação em busca de oportunidades de trabalho e de acesso a terra.

O tempo da frente de expansão é a preparação da terra para a chegada do tempo da frente pioneira com seus agentes de produção do capital representados por grandes fazendeiros, bancos, instituições públicas, comércio em geral, dentre outros.

Dessa forma, o período da frente pioneira, se refere a:

(...) uma das faces da reprodução ampliada do capital: a sua reprodução extensiva e territorial, essencialmente mediante a conversão da terra em mercadoria e, portanto, em renda capitalizada, como indicava e indica a proliferação de companhias de terras e negócios imobiliários nas áreas de fronteira em que a expansão assume essa forma. (MARTINS, 1997, p.156)

Já quando se fala em ‘frente de expansão’, se faz menção a uma forma de desenvolvimento do capital, mas que não pode ser classificada como tipicamente capitalista. Trata-se, essencialmente, do domínio econômico e social nas fronteiras efetivado por fazendeiros e empresas de especulação imobiliária, cerne em que se desenvolvem o arrendamento de terras por tempo determinado, a escravidão por dívida e a peonagem. Nestes locais o que existe não é a reprodução ampliada do capital, mas se está frente ao processo de produção de capital que foi concretizado com a limpeza das terras e as benfeitorias criadas pelo trabalho camponês na fase de avanço da fronteira, processo este que se deu na ocupação e configuração do território na região de Andradina-SP.

4.2 Frente de Expansão e Frente Pioneira na construção territorial de Andradina-SP e Castilho-SP

O objetivo deste item de pesquisa é discutir o histórico de construção territorial dos municípios de Andradina e Castilho a partir de uma leitura crítica da frente pioneira, portanto ir além do que é normalmente veiculado em meios de comunicação, em trabalhos historiográficos e no senso comum.

Objetiva-se questionar a noção de pioneirismo heróico que é largamente atribuída às pessoas mais influentes econômica e socialmente no período de avanço da fronteira nesta região noroeste do Estado de São Paulo, cuja história oficial assim se refere:

(...) Foram eles os primeiros a pisar o nosso chão trabalhavam o dia inteiro, com o machado na mão. A estes bravos pioneiros, que aqui chegaram um dia, juntando vários janeiros construíram Andradina. Obrigado Moura Andrade, obrigado Pioneiros. (MAINARD¹¹, 1987 apud OLIVEIRA, 2006).

Ou ainda:

As matas seculares cobriam a terra fértil, formando florestas indevassáveis da bacia dos rios: Tietê, Paraná e Aguapeí. Uma planície sem fim completava o panorama, à vista do Bandeirante destemido. Por toda parte, o

¹¹ MAINARD, Ronaldo. **O Jubileu**. São Paulo: Lua Nova Editora, 1987.

solo falava ao coração do homem, que sempre impulsionado pela conquista, deixa na sua passagem o imperecível marco do progresso. (SILVA, 2000, p.44).

O que se observa nestes autores é a ideologia do movimento pioneiro, este entendido como agente de transformação da paisagem, herói destemido que conquistou terras e trouxe o progresso à região de Andradina-SP.

Na maioria das vezes, quando se faz referência ao pioneiro, está se falando do influente homem de negócios, cujo poder financeiro e domínio de grandes extensões de terras exerciam forte controle sobre a vida social das comunidades que se formavam. Situação identificada por Monbeig (1984) quando classifica os líderes da Marcha Pioneira como sendo os grandes fazendeiros, o coronel, os vendedores de terras, dentre outros.

Sob esse prisma, considera-se que, ao se falar no desenvolvimento da ocupação territorial da região em questão como sendo um movimento efetuado pelos pioneiros, acaba-se por privilegiar uma parte do processo escamoteando outras facetas da história e outros sujeitos sociais também envolvidos.

Exemplo disto é o feito pela historiografia hegemônica quando refere-se a esta área como sendo desabitada e ociosa, dando ao movimento pioneiro a façanha de serem os primeiros a pisarem estas terras, o que contribui para livrar a história da marcha pioneira de qualquer aspecto bárbaro.

No entanto, consta que até o início do século XX esta era uma região habitada por povos indígenas, conforme se pode conferir a seguir:

No vale do Tietê e do Paranapanema estendendo-se, a leste, até o litoral, dominavam os Guarani, muitos deles em contato com povoações civilizadas; próximos ao rio Paranapanema, margem direita; numa região intermediária entre Guarani e Kaingang, estavam os Otí; e , de Bauru até o rio Paraná, em direção oeste, avizinhados ao norte pelos Guarani e ao sul pelos Otí e Guarani, até o rio Paranapanema, estavam os Kaingang “paulistas”, numa área ainda desconhecidas dos colonos. (PINHEIRO¹² apud OLIVEIRA, 2006)

Segundo Oliveira (2006), as terras desta região foram alvo de interesse desde o tempo de domínio da coroa portuguesa no Brasil. Mas, a vida de índios e de toda a diversidade animal e vegetal começa, de fato, a ser redefinida com a adoção de políticas de integração e homogeneização do território nacional.

¹² PINHEIRO, Niminon Suzel. "Terra não é troféu de guerra". In: **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História: História - Guerra e Paz** [CD-ROM], ANPUH, Londrina: Editorial Mídia, 2005.

Dentre as ações empreendidas por estas políticas territoriais estavam a construção de vias de acesso ao interior do país, como a da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil – NOB, que liga o interior do estado de São Paulo à Bolívia, passando por Andradina-SP e Castilho-SP.

Assim, o desenvolvimento técnico e de transportes e a implantação de programas governamentais como a conhecida “Marcha para o Oeste” de Getúlio Vargas nos anos de 1930, que objetivava intensificar o processo de integração nacional, valorizaram as terras e impulsionaram ainda mais o interesse de fazendeiros e investidores em adquirirem e ocuparem grandes extensões de terras.

Com isso surgiram empresas ligadas à especulação imobiliária. Estas negociavam terras do Estado, sendo que por muitas vezes agiam na ilegalidade, ou seja, na falsificação de escrituras, as chamadas ‘grilagem de terras’.

Por isso, ao estudar a história de formação e ocupação territorial do estado de São Paulo, relata Monbeig (1984, p.144) que:

As medidas legais de 1895 e 1900, exigindo a apresentação de documentos antigos, sugeriam a possibilidade de os forjar. Os falsários deram provas de imaginação e habilidade diabólicas: buscaram folhas de papel timbrado com as armas imperiais, imitaram escritas fora de uso, descolaram velhos selos, amareleceram propositalmente seus documentos, arrancaram páginas de registros dos tabeliães.

Portanto, um processo em que a região de Andradina-SP não ficou livre e que trouxe no início de sua formação a mesma dinâmica vista em outras partes do estado paulista, e até mesmo do Brasil, qual seja, a de uma relação puramente mercadológica para com a terra por parte dos chamados pioneiros.

Dessa forma:

Assinalou o ano de 1900, mais ou menos em todo o conjunto dos planaltos ocidentais, o fim da fase da pecuária pioneira e o início do período dos especuladores. Da especulação participavam os fazendeiros, seja como compradores dos grilos, seja vendendo suas próprias terras. À medida que se resolviam as demandas dos grilos, surgiam os negociantes de terras. (...) Havia também grandes proprietários de terras, os latifundiários, que conservavam para si uma parte do seu domínio e vendiam o restante. Assim, a firma **Moura Andrade**, reservando-se um grande domínio para a criação de gado, nas margens do baixo Tietê estava prestes a dividir seus 25.000 alqueires e se aprestava para fazer o mesmo com os 16.000, que reivindicava no vale do rio Feio (MONBEIG, 1984, p.146, grifo nosso).

Considera-se de suma importância a referência feita à firma Moura Andrade, pois se trata de um ícone da ideologia dos pioneiros a demonstrar como se deu a formação do espaço agrário nesta região.

A firma em questão era de propriedade daquele que ficou conhecido nacionalmente como “Rei do Gado”, cujo nome era o mesmo desta empresa, ou seja, Moura Andrade. A influência econômica, social e ideológica deste cidadão rendeu-lhe homenagem de pioneiro, uma vez que a comunidade em que residia recebeu o nome de “Andradina”, que vem precisamente de Andrade.

A figura 2 demonstra qual era a relação de muitos dos pioneiros desta região para com a terra, ou seja, uma relação de negócio.



Figura 2: Foto de placa de venda de terras da firma de Moura Andrade
Fonte: <www.andradinanews.blogspot.com> Acesso em: 14 mar. 2010.

Neste cenário o índio era uma espécie de estorvo aos investimentos, porque sua luta em defesa do território impedia o sentimento de segurança dos futuros compradores. Ou seja, a ideia de que não se poderia andar por esta região sem ser molestado por um nativo rebelde afastava a chamada civilização e desvalorizava estas terras.

Para resolver tal problema, fazendeiros e negociantes de terras promoveram a barbárie. Contratavam pistoleiros que na época também eram chamados de bugreiros, ou seja, aqueles que matavam os bugres, ou índios.

Assumiam técnicas de operação bélica. A expedição era precedida pelo grupo dos mantimentos e armamentos da tropa, que partia carregado de armas de fogo e munição. Muitas vezes o bugreiros se escondiam na mata

durante semanas, aguardando a realização das festas guerreiras e religiosas dos caingangues, nas quais estes se embriagavam com uma bebida que produziam. Os ataques costumavam ocorrer ao amanhecer, quando a tribo dormia. Matavam-se índios a tiros. Os cadáveres, depois de empilhados, eram incendiados. Os invasores às vezes envenenavam os alimentos e a água estocados pelos índios. (...) Outras vezes, ateavam fogo em todas as cabanas, arrasando a aldeia. (SILVA, 2000¹³ apud OLIVEIRA 2006).

Além disso, os bugreiros usavam táticas de extermínio como a disseminação de doenças como a varíola e o sarampo, doenças comuns entre os migrantes. Deixavam peças de roupas de doentes em pontos estratégicos para que os índios se contaminassem e espalhassem esta enfermidade para os demais indígenas.

De acordo com Oliveira (2006), com a extinção dos Kaingang, a preocupação na região passou a ser a limpeza das matas, já que: “Os pioneiros ansiavam lotear, vender, arrendar, lucrar com as novas terras”.

No entanto, o trabalho pesado da limpeza das áreas, ou seja, no preparo da terra, não tem relação alguma com a classe representada pelos ditos pioneiros.

(...) pensar esses pioneiros como atuantes braçais nesse processo é uma outra grande cilada tecida em representações. Tal ideia, formulada de cima pra baixo, é parte desse projeto de heroicização dos pioneiros “*guerreiros*”, “*de machado na mão*”, mas é facilmente desmentida, até por que muitos dos verdadeiros braços que derrubaram as matas ainda podem ser vistos pelas ruas da cidade. (OLIVEIRA, 2006, grifo do autor)

É fato que depois de decretado o fim do trabalho escravo no Brasil, a disponibilidade de trabalhadores para o campo ficou ameaçada. Uma das saídas foi a migração de colonos estrangeiros para trabalharem nas grandes fazendas, principalmente as de café no interior de São Paulo.

Para isso, o governo do estado paulista chegou a abrir linhas de crédito para que trabalhadores estrangeiros pudessem adquirir passagens para o Brasil. De acordo com Monbeig (1984, p.104), um grupo de grandes plantadores de café do final do século XIX montou uma “Sociedade Promotora da Imigração em São Paulo”, que teve atribuída pelo governo a missão de importar seis mil imigrantes.

Assim, a base de mão de obra nas fazendas do interior paulista foi se formando a partir de uma massa de trabalhadores vinda da região nordestina, de Minas Gerais e de países

¹³ SILVA, Célia Reis da. **Noroeste paulista**: Andradina, uma esperança de vida para nordestinos nas décadas de 30 a 50. Monografia da Especialização em História do Brasil e História Social da UFMS. Três Lagoas: UFMS, 2000.

como a Itália, Espanha, Portugal, Japão, dentre outros, como destaca Oliveira (2006): “Salvo a leva de imigração japonesa e espanhola, em sua maioria, esses homens eram oriundos no Nordeste, foragidos da seca, das dificuldades impostas pelo latifúndio, da miséria e da falta de trabalho e oportunidades. Eram os chamados nortistas”.

Em geral, os que chegavam à região de Andradina-SP, carregavam em si a esperança de oportunidades e de trabalho em uma região propagandeada como promissora. Com a chegada da *Marcha para o Oeste*, de Vargas, a região ganhou maior visibilidade, que fez impulsionar ainda mais as migrações para este local.

Na verdade, as oportunidades de trabalho que foram criadas à época se resumiram ao fardo da limpeza de terras alheias, cujos regimes de trabalho vigente naquele período determinava o tipo de arrendamento das terras que, em síntese, funcionava da seguinte maneira:

(...) o proprietário da terra, geralmente um latifundiário (já que um único proprietário arrendava para muitas famílias), cedia o uso da terra ao arrendatário, cujas prerrogativas compreendiam desde o desmatamento do lugar, os 25% da produção e a obrigação de servir-se dos produtos vendidos pelo proprietário (tal como insumos agrícolas, ferramentas e até empréstimos). (OLIVEIRA, 2006).

No entanto, o regime de arrendamento fazia parte de um sistema, cujo objetivo era formar uma estrutura voltada para o latifúndio da pecuária. Aqui, o arrendatário tinha acesso a terra por determinado período de tempo, tendo que, ao final deste, fazer a limpeza da propriedade e em seguida plantar capim. Posteriormente, o trabalhador camponês arrendava outra área e retomava o mesmo ciclo até o momento em que as pastagens dominaram os horizontes e as possibilidades de trabalho, forçando, assim, muitos a voltarem para suas terras de origem ou a irem se refugiar nas cidades que se formavam na região.

Banidos ao final de um ciclo que compreendeu a vinda maciça de “braços” que abriram e, limpavam a mata, plantaram o algodão, o milho, ou o amendoim (condição para o arrendamento), cultivaram pequenas roças e mantiveram, para a sua subsistência, pequenas criações, e, depois, para entregar a terra, plantaram o capim e viram o gado chegar. A terra se tornara exclusiva dos *reis do gado*, não havia mais espaço para “plebeus” da terra. (OLIVEIRA 2006).

Logo, quando os relatos oficiais se referem ao processo de ocupação e constituição territorial da região de Andradina-SP como resultado de um movimento pioneiro, estão na verdade misturando os diferentes sujeitos sociais deste processo: o pobre do campo e o homem de negócio.

Tais sujeitos tiveram distintos papéis no desenvolvimento histórico da região. Quando a história faz menção àqueles que com seus braços derrubaram as matas, construíram cidades, vilas, estradas, prepararam terras, abriram fazendas, etc., está na verdade, se referindo a um momento histórico cujos indivíduos estavam envolvidos naquilo que Martins (1997) classifica de frente de expansão, ou frente demográfica.

Era na frente de expansão que estava presente a força de trabalho, principalmente do migrante camponês que arrendava terras de grandes fazendeiros. Foi o migrante camponês despossuído de propriedade privada, vindo da região Nordeste do Brasil, e de outros países estrangeiros, que retirou a mata, cultivou a terra, para depois de um período entregá-la preparada com capim à pecuária.

Na frente de expansão criou-se capital o que permitiu ao chamado pioneiro, ou seja, aos fazendeiros que compunham a frente pioneira implantar a monocultura, principalmente a pecuária, e as negociações com terras, ou seja, foi depois de passada a frente de expansão que os pioneiros reproduziram seu capital.

Portanto, o processo de ocupação e constituição territorial dos vizinhos municípios de Castilho-SP e Andradina-SP apresentou características históricas que envolvem sujeitos de diferentes classes sociais, cujos interesses reproduziram na realidade disputas territoriais.

É um território formado a partir de um processo de luta de classes onde de um lado esteve presente o processo de territorialização do capital, representado principalmente por pecuaristas e negociadores de terras, donos de grandes propriedades, e de outro, trabalhadores, camponeses e índios. Pobres do campo que, mais tarde, iriam promover a resistência organizada e a territorialização da luta pela terra, tema do próximo capítulo.

Confirma-se, portanto que o processo conhecido como pioneirismo guarda grandes contradições que se assemelham mais com um negócio do que com algo heróico.

Evidencia-se também que o fator determinante desta conjuntura está no fato de a terra ter sido transformada em uma mercadoria como outra qualquer pela Lei de Terras de 1850. Lei esta que não determinou limite de posse o que abriu a possibilidade para o monopólio da propriedade privada da terra e conseqüentemente a exploração da renda da terra, principalmente em sua forma absoluta como no caso dos arrendamentos e das negociações especulativas da firma Moura Andrade.

5 EXPROPRIAÇÃO E LUTA PELA TERRA EM ANDRADINA-SP E CASTILHO-SP

A constituição do território agrário da região noroeste do Estado de São Paulo é semelhante ao do resto do Brasil, que teve no processo de territorialização do capital o germe da exclusão camponesa e da luta de resistência. Contudo, a região em questão guarda suas especificidades.

A conjunção dos processos de grilagem, monopólio de terras e regime de trabalho baseado em arrendamentos significou um grande movimento de expropriação de trabalhadores que, sem terra, viram comprometida sua capacidade de sobrevivência.

No entanto, nem sempre o desenvolvimento desta dinâmica se deu de forma linear, ou seja, sem resistência no meio do caminho. Por exemplo, assinala Fernandes (1999, p.145) que há antigos registros de conflitos por terra na região de Andradina-SP na década de 1950 citando o caso da Fazenda Pendengo¹⁴ de 4.160 hectares, localizada em Castilho-SP, que: “(...) na década de 50, havia sido disputada por posseiros e grileiros. Depois de vários conflitos, os posseiros foram expulsos.”

Mesmo diante de um longo processo de expropriações e constituições de grandes propriedades, há de se registrar que por muito tempo a população rural foi bem mais numerosa do que é atualmente no Estado de São Paulo.

No entanto, com o golpe de 1964, e a tomada de poder pelos militares, implantou-se no Brasil uma série de políticas que intensificou o processo de êxodo rural no estado paulista, conforme comprova a tabela 01:

Tabela 1 - População nos Censos Demográficos por situação do domicílio

Unidade da Federação = São Paulo							
Variável = População (Percentual)							
Situação do domicílio	Ano						
	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Urbana	52,59	62,81	80,36	88,65	92,79	93,41	95,94
Rural	47,41	37,19	19,64	11,35	7,21	6,59	4,06

Fonte: IBGE.¹⁵

¹⁴ *Pendengo* ou *pendenga* significa disputa. É provável que a origem do nome tenha relação com os intensos conflitos e disputas pelas terras da fazenda, entre posseiros e grileiros, durante a década de cinquenta. Os conflitos fundiários na região Sudoeste do Estado de São Paulo são históricos. Uma das razões desses conflitos é o processo de grilagem que marcou a forma de ocupação da região. (FERNANDES, 1999, p.145).

¹⁵ Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1288&z=t&o=3&i=P>>. Acesso em: 27 ago. 2011.

Em suma, tais políticas visavam criar condições melhores para o avanço do capital no campo, pois, segundo Fernandes (1999, p.33), a partir dos anos 1960 foram tomadas medidas que privilegiavam grandes empresas mediante incentivos financeiros.

Ideologicamente, a propaganda militar falava de um programa político de modernização do campo como a saída para a soberania alimentar brasileira. Mas que em São Paulo, conforme Fernandes (1999, p.43), significou a criação de linhas de créditos voltadas ao cultivo de produtos do tipo exportação como a cana-de-açúcar para a produção do álcool e do açúcar. Além disso, na sequência vieram os incentivos à industrialização de culturas do café, da soja e da laranja – está última para produção de suco.

O caráter concentrador e discriminatório na execução desta política de modernização da agricultura do país resultou em maior concentração fundiária no estado de São Paulo, tanto que: “(...) na primeira metade da década de 1970 houve uma redução significativa no número de explorações de menos de 100 ha. Em contrapartida, o número de estabelecimentos de mais de 100 ha sofreu acréscimos consideráveis.” (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p. 80).

Para o referido autor este processo representou um fenômeno de engolimento das pequenas explorações pelas grandes.

Na região de Andradina-SP esta conjuntura representou o estrangulamento do que ainda existia de produção diversificada na região.

Verificam-se as marcas desta crise em construções abandonadas que denunciam um tempo de diversificação na produção agrícola da região. Situação que é possível observar em Castilho-SP (figura 3), local em que se encontra um grande barracão onde funcionava uma usina de beneficiamento de algodão.

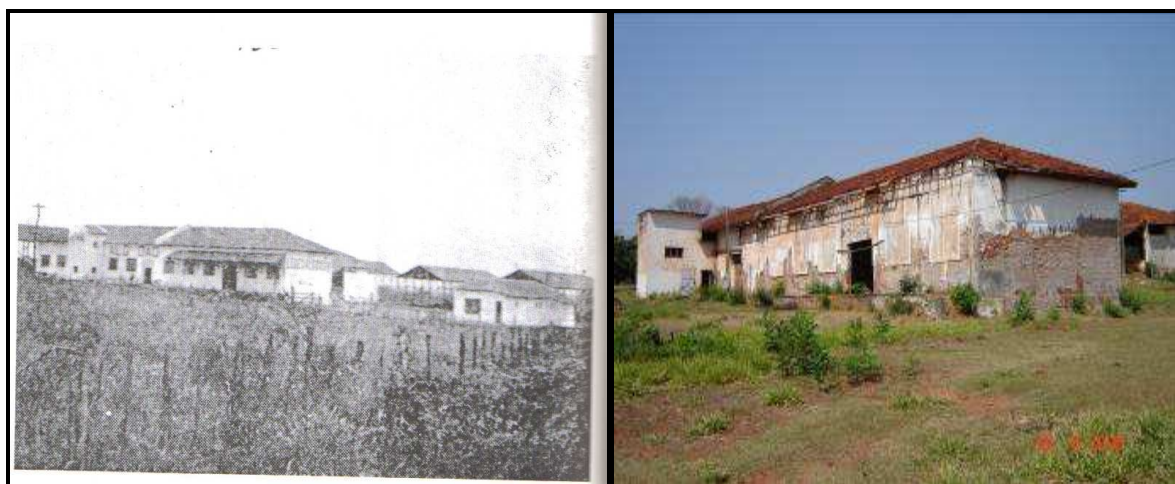


Figura 3 - Usina Ledex de beneficiar algodão, na década de 1960/70 e o abandono dos dias atuais.

Fonte: Lopes (2006, p.39)

Ou ainda em antigos registros fotográficos como o da máquina de beneficiar arroz Santo Antonio, que se localizava no centro urbano de Castilho-SP. (Figura 4).

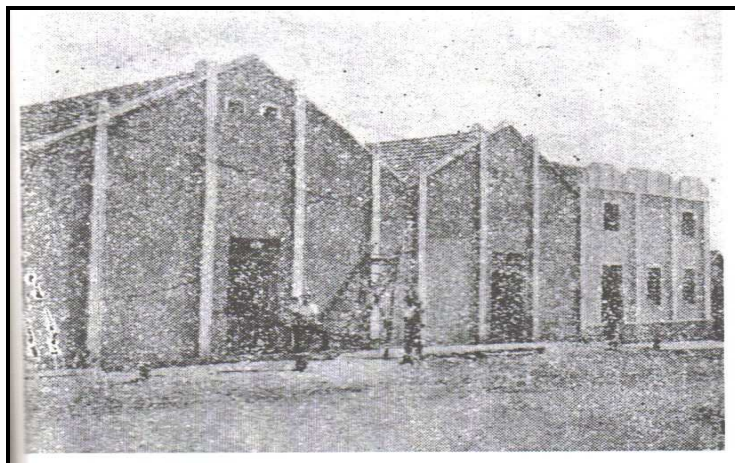


Figura 4 – Antiga Máquina de beneficiar arroz Santo Antonio, uma das que estavam instaladas no centro da cidade de Castilho-SP.

Fonte: Silva (2000, p.50).

Portanto, a política agrária do regime militar, e seu programa de modernização do campo, representou maior concentração de terras no estado de São Paulo, êxodo rural, expropriação de pequenos produtores do campo e constantes conflitos por terra, tudo isto fez com que os sujeitos prejudicados neste processo se organizassem e passassem a lutar pela permanência no campo. Conforme mostra Fernandes (1999, p.37, grifo nosso).

No Centro-Sul e Nordeste, desenvolve-se uma rápida industrialização da agricultura. A política de privilegiamento do capital monopolista, em diferentes setores da agricultura, acentua a concentração de terras, a expropriação e a exploração. **Diante dessa realidade, os conflitos por terra se multiplicaram.**

5.1 Espacialização e Territorialização da luta pela terra na região de Andradina-SP

Segundo levantamento feito pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, em fevereiro de 2012 havia no Brasil 8.790 projetos de assentamentos de Reforma Agrária, criados entre 1900 e 2011 e que beneficiam mais de 921 mil famílias distribuídas em uma área de mais de 85 milhões de hectares¹⁶.

A maior parte disto foi conquistada por meio de muita luta no período que se estende do final da ditadura militar (anos de 1980) até os dias atuais. A queda do regime

¹⁶ Dados disponíveis em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria>>. Acesso em: 04 mar. 2012

militar e a ascensão de movimentos sociais no/do campo abriram uma nova fase histórica da luta pela terra no Brasil, e que teve na região de Andradina-SP um dos principais focos reivindicatórios e de gênese desta nova etapa.

Segundo Fernandes (1999, p.56), é neste período que vai surgir um dos movimentos sociais mais representativos de luta por terra no Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST, tendo como principal marco de origem as ocupações das fazendas Macali e Brilhante, em Ronda Alta-RS no ano de 1979. Além destas ocupações, a constituição do MST se dá também por ações de ocupações de terras localizadas em outros pontos do Brasil. Fernandes (1999, p.66) cita, por exemplo, os casos de Campo Erê-SC e no estado do Paraná que reuniu 10 mil famílias atingidas pela construção de Itaipu, ambas em 1980.

Ainda assinala o autor que, no mesmo ano de 1980 teve início no estado de São Paulo um conflito por terra que seria responsável pelo surgimento do MST em terras paulistas. Tal conflito se deu na Fazenda Primavera localizada entre os municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência.

Em suas palavras:

A gênese do MST está registrada na luta dos posseiros da Primavera contra a expropriação e a exploração. Essa luta marcou o início de um processo de organização do Movimento no Estado, que continuou se desenvolvendo a partir de várias outras lutas construídas no decorrer do período estudado. (FERNANDES, 1999, p.88)

Na verdade, a história destes posseiros se confunde com a de muitas outras famílias desta região, ao cumprirem o ciclo no processo de arrendamentos que culmina na formação de pastagens e, em seguida, a expulsão dos trabalhadores.

“Ali era o mesmo ciclo. Limpar o mato, plantar algodão ou milho, fazer a colheita, entregar grande parte, e no ano seguinte, plantar capim, mudar, girar, tomar e retornar o processo quantas vezes preciso fosse.” (OLIVEIRA 2006)

A história desta fazenda começa em 1920 quando um grupo de migrantes, vítimas de expropriações de terras em outras regiões do país, se fixa na propriedade com a esperança de adquirir uma posse de terra.

Contudo, esta área, assim como muitas outras na região, havia sido grilada. Segundo Oliveira (2006), um empresário fazendeiro de nome José João Abdala se apresentava como dono das terras, “que estranhamente não havia registrado em cartório”.

O então grileiro procurava intimidar os posseiros residentes na área lhes cobrando renda por uso da propriedade. Com o passar do tempo o pseudo-proprietário foi

intensificando as formas de exploração de renda da terra com o propósito final de promover a expropriação destes camponeses, tendo inclusive contratado jagunços.

“(...) o fazendeiro contratou jagunços para controlar a entrada e saída dos posseiros que começavam a se sublevar, deixando de pagar a renda.” (FERNANDES, 1999, p.90).

Diante de toda esta situação, estes posseiros se organizam e passam a lutar para permanecerem na área. Neste processo, o apoio da Igreja católica e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo – FETAESP– foram fundamentais para a estruturação organizativa destes posseiros.

De acordo com Fernandes (1999, p.94), ao final de todo um processo de lutas e resistências, estes posseiros saíram vitoriosos, quando então em julho de 1980 foi assinado pelo Presidente da República o decreto de desapropriação declarando os 9.385 hectares para fins de reforma agrária e assentando, em definitivo, duzentos e sessenta e quatro famílias de camponeses.

Esta conquista acabou por abrir o caminho para outras reivindicações, pois possibilitou a conscientização dos sujeitos que haviam sido atingidos pelo processo de expropriação e expulsão camponesa da região.

Logo, a união de grupos organizados de luta pela terra em Andradina, Castilho e toda a região juntamente com o restante do Estado de São Paulo contribuiu para que, no ano de 1984, no município de Cascavel-PR fosse fundado o MST. Um movimento que passaria a unir e organizar as diversas reivindicações por terra espalhadas no Brasil.

Na região de Andradina-SP a força do movimento crescia na medida em que mais trabalhadores aderiam à causa e ganhava força com a troca de experiências de luta extraídas de outros pontos do estado paulista. É, portanto, neste mesmo período que vão surgir em Castilho-SP as ocupações de uma área da Companhia Energética de São Paulo – Cesp, realizada por ribeirinhos atingidos pela construção das hidrelétricas de Ilha Solteira e de Jupia.

Ao final da década de 1980, o MST ocupou a Fazenda Pendengo cujas terras griladas já eram alvo de luta dos pobres do campo para fins de reforma agrária. Na época, esta ação não saiu vitoriosa, mas, conforme relata Fernandes (1999, p.146), permitiu que se criasse um ambiente organizativo e de união entre os trabalhadores. Esse fator reforçou o movimento e desencadeou a ocupação da fazenda Timboré, de 3.393 hectares, localizada entre os municípios de Andradina e Castilho.

O histórico de luta desta fazenda, Timboré, guarda aspectos que demonstram a capacidade de ação reacionária que detinham aqueles que se diziam proprietários da área.

Os trabalhadores denunciaram ao então secretário de Segurança Pública do Estado, Antonio Fleury Filho, a presença de trinta e oito jagunços munidos de quarenta e uma armas: vinte e sete metralhadoras, três escopetas, duas cartucheiras calibre doze e nove revólveres calibre trinta e oito. (FERNANDES, 1999, p.146).

Os conflitos se estenderam, mas, em uma manobra ousada, os trabalhadores conseguiram adentrar a fazenda e lá permaneceram ao longo dos anos. Depois de longo período de resistência às diversas tentativas de despejo estes trabalhadores saíram vitoriosos, visto que a fazenda Timboré é hoje considerada um projeto fruto da Reforma Agrária.

Portanto, o acúmulo destas experiências de luta, desenvolvidas nas diversas ações empreendidas pelo MST, contribuíram com a construção de espaços de socialização política, possibilitando ao movimento espacializar suas teorias e práticas. O que gerou a constituição de novas ações coletivas, o desenvolvimento de outras formas de luta e, conseqüentemente, a conquista da terra.

Ou seja, o MST como sujeito coletivo, age de forma a espacializar suas experiências e suas práticas ao mesmo tempo em que territorializa suas conquistas expressas nos diversos assentamentos presentes nesta região.

Espacializar é registrar no espaço social um processo de luta. É o multidimensionamento do espaço de socialização política. É “escrever” no espaço por intermédio de ações concretas como manifestações, passeatas, caminhadas, ocupações de prédios públicos, negociações, ocupações e reocupações de terras, etc. É na espacialização da luta pela terra que os trabalhadores organizados no MST conquistam a fração do território e, dessa forma, desenvolvem o processo de territorialização. (FERNANDES, 1999, p.136).

As ações empreendidas pelos movimentos sociais de luta pela terra fizeram da região de Andradina-SP um dos principais focos da Reforma Agrária no Estado de São Paulo e, até mesmo, no Brasil.

Consta que, atualmente, a Unidade Avançada do INCRA de Andradina é responsável por 42 projetos de assentamentos da Reforma Agrária na região, abrangendo uma área de aproximadamente 60 mil hectares de terras e beneficiando mais de 3.800 famílias. Conforme o INCRA o município de Andradina responde por cinco destes projetos de assentamentos dos quais beneficiam 653 famílias em 16 mil hectares de terras desapropriadas. Já Castilho é o município que mais possui assentamentos, onze no total, que ocupam uma área de 16.281 hectares onde estão assentadas 955 famílias.

5.2 Censo agropecuário na microrregião¹⁷ de Andradina-SP: a territorialização do capital e a territorialização da luta pela terra em números

O objetivo desta parte do trabalho é verificar através dos números dos Censos Agropecuários (1995/6 e 2006) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o processo histórico de concentração e de luta pela terra na região de Andradina-SP. Ressalta-se que no caso do processo de luta pela terra e conquista dos assentamentos não há no IBGE dados específicos, logo faremos um exercício de aferir resultados a partir de um recorte de classe de área que se aproxima do tamanho dos lotes de Reforma Agrária, qual seja de 20 ha.

Para isso utilizar-se-á os dados disponibilizados pelo IBGE por microrregião. No caso, a microrregião de Andradina é composta por onze municípios, a saber: Andradina, Castilho, Guaraçaí, Ilha Solteira, Itapura, Mirandópolis, Murutinga do Sul, Nova Independência, Pereira Barreto, Sud Mennucci, Suzanápolis.

Historicamente a formação de grandes propriedades de terra na região em debate teve como tradição agrícola central o cultivo de pastagens para a prática da pecuária de corte e para fins especulativos.

No entanto, nos últimos anos vem se intensificando a implantação da indústria canavieira o que tem transformado muitas áreas, antes ocupadas por pastos, em monocultura de cana-de-açúcar.

De acordo com a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo¹⁸, no ano de 2011 foram registradas sete usinas localizadas em municípios que compõem a microrregião geográfica de Andradina. A maioria destas foram implantadas em período recente fruto do aumento da lucratividade deste tipo de atividade agroindustrial ocorrida, principalmente, a partir dos anos 2000.

O principal meio que os usineiros utilizam para aumentar a produção de cana-de-açúcar na região é a compra, o arrendamento de grandes propriedades e, ainda, a parceria. Sendo que a causa preponderante de atração deste tipo de capital para a região de Andradina-SP está no valor das terras, que costumam estar abaixo do que é praticado em outras partes do Estado de São Paulo.

Exemplo disto é o caso da usina de álcool e açúcar Virálcool, localizada em Castilho-SP e que começou suas atividades em 2006. Os proprietários são de uma família

¹⁷ Neste item estamos trabalhando com a definição de microrregião geográfica do IBGE.

¹⁸ Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/etanolverde/documentos/listaUsinas.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2012.

tradicional do ramo canavieiro da região de Ribeirão Preto-SP, região cujos solos são conhecidos nacionalmente por sua boa fertilidade, a chamada ‘terra roxa’. É também a região onde se concentra a maioria das usinas de álcool e açúcar do estado de São Paulo, situação que inflacionou as terras da região ribeirão-pretana.

Assim:

O paradoxo é que o berço do setor sucroalcooleiro no Estado não suporta mais expansões. A fértil terra roxa ficou cara demais para um plantio que agora exige custos cada vez mais baixos. O resultado é que as tradicionais usinas de Ribeirão Preto estão expandindo suas atividades fora da região. Calcula-se que mais de 15 projetos serão desenvolvidos no Oeste paulista, perto de Araçatuba. (STEFANO, F.3 dez. 2003 apud LOPES, 2006, p.57)¹⁹.

Portanto, era preciso expandir o negócio canavieiro para outras regiões do estado paulista, onde pudessem encontrar terras cujo acesso fosse barato, de boa qualidade, clima favorável, com grande oferta de mão-de-obra e acesso a redes de transportes. Neste sentido, estas são características encontradas na região de Andradina-SP, que faz parte da comarca de Araçatuba-SP.

Os números do IBGE confirmam o movimento de aumento da área plantada com cana nesta microrregião de Andradina-SP. No censo de 1995/96 havia pouco mais de 12 mil hectares de terra ocupadas com cana-de-açúcar, já no censo de 2006 foram computados mais de 23 mil hectares com este tipo de cultura.

O aumento mais significativo de áreas com plantação de canaviais neste período inter censitário foi registrado nos estabelecimentos com tamanho de 200 a 1.000 hectares, estes passaram de 3 mil hectares de terras com cana-de-açúcar para mais de 9 mil hectares. No caso dos estabelecimentos acima de 1.000 ha a expansão foi ainda maior, neste extrato de área que registrava pouco mais de 5 mil hectares no censo agropecuário de 1995/96 elevou-se para mais de 10 mil hectares de terras com esta cultura agrícola em 2006. Portanto, a maior quantidade de áreas plantadas com cana-de-açúcar foi registrada nas consideradas médias e grandes propriedades da microrregião de Andradina-SP.

Logo, a expansão da cultura da cana-de-açúcar representa a territorialização do capital como forma de reprodução capitalista do território e possibilidade de maior acumulação do setor agrário nesta região. Ou seja, é um negócio para com a terra, praticado numa aliança entre proprietários de grandes áreas de terra que viram na venda ou

¹⁹ Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/12139_OS+DOCES+CAMINHOS+DA+CANA> Acesso em: 15 jun. 2006.

arrendamento uma fonte de extração de renda, e dos capitalistas agroindustriais que de posse destas áreas poderão acumular renda e lucro.

Conforme o IBGE, a microrregião de Andradina-SP apresentava em 2006 uma estrutura fundiária concentrada, sendo que os grandes estabelecimentos, ou seja, aqueles com área igual e superior a 500 hectares²⁰ representam apenas 3,06% do total de estabelecimentos, mas ocupam 53,32% de todas as terras agrícolas disponíveis nesta microrregião. Em contrapartida, as consideradas pequenas unidades de até 200 hectares de área, e que representam 92,24% dos estabelecimentos rurais, são obrigadas a dividir entre si 29,09% das terras disponíveis.

Tabela 2 - Estrutura fundiária da Microrregião de Andradina-SP

<i>Classes de área por hectares</i>	Censo Agropecuário (1995/96)				Censo Agropecuário (2006)			
	<i>Nº de Estabel.</i>	<i>%</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>%</i>	<i>Nº de Estabel.</i>	<i>%</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>%</i>
<i>Pequena</i>								
<i>até 10</i>	973	21,49	4.891,786	0,85	1.605	27,58	6.202	1,37
<i>10 a 20</i>	1.199	26,45	17.598,686	3,09	2.134	36,66	29.483	6,47
<i>20 a 100</i>	1.492	32,92	67.504,397	11,84	1.357	23,31	57.871	12,71
<i>100 a 200</i>	334	7,37	47.525,690	8,34	273	4,69	38.891	8,54
<i>Média</i>								
<i>200 a 500</i>	280	6,18	91.156,082	15,99	251	4,31	80.097	17,58
<i>Grande</i>								
<i>500 a 1.000</i>	137	3,02	96.841,053	16,99	98	1,68	68.184	14,96
<i>1.000 e mais</i>	116	2,56	244.434,44	42,88	80	1,38	174.751	38,36
<i>Sem área</i>	-----	-----	-----	-----	23	0,40	-----	-----
<i>Total</i>	4.533	100	569.952,13	100	5.821	100	455.480	100

Fonte: IBGE – Banco de Dados Sidra²¹. Org. LOPES, D. E. 2011.

Na tabela 2 é possível observar que no Censo 1995/96 as pequenas unidades (até 200 ha) representavam 88,23% do total de estabelecimentos desta região, logo, em

²⁰ A divisão dos estabelecimentos em grandes, médios e pequenos segue o que está estabelecido na Lei nº 8.629, que classifica como pequena propriedade as que possuem de 1 a 4 módulos fiscais; médias propriedades de 4 a 15 módulos fiscais e grandes propriedades aquelas que possuírem de 15 e mais módulos fiscais. Sendo que, na microrregião de Andradina cada módulo fiscal é, em média, de 30 hectares segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/54472470/Tamanho-Modulo-Fiscal-IE03-110405>> Acesso em: 26 jun. 2011.

²¹ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>

comparação com os dados do censo agropecuário de 2006, percebe-se um aumento de 4,01% dos estabelecimentos com este extrato de área.

Contudo, verifica-se que o número de estabelecimentos de 20 a 100 hectares teve queda no período, passando estes de 32,92% em 1995/96 para 23,31% em 2006. Assim como as propriedades de 100 a 200 ha que diminuíram sua representatividade nesta região, caindo de 7,37% para 4,69%.

Portanto, o aumento do número dos pequenos estabelecimentos desta região se fez de fato nas unidades de até 10 ha, as quais tiveram aumento de 6,09% (em relação ao total), bem como nas unidades de 10 a 20 ha de terras, estas foram de 26,45% para 36,66% do total de estabelecimentos entre 1995/96 e 2006.

Em relação à área ocupada verifica-se que as pequenas unidades, ou seja, aquelas com até 200 hectares, passaram de 24,12% em 1995/96 para 29,09% em 2006, um aumento de 4,97% em relação ao total de áreas. Sendo que, o maior aumento foi observado naqueles estabelecimentos até 20 hectares de terras, onde em 1995/96 ocupavam 3,94% e, em 2006, passaram a ocupar 7,84% da área agricultável desta microrregião. Destaca-se que este extrato de área se aproxima muito do tamanho dos lotes de Reforma Agrária na região.

Todavia, pode-se afirmar que não há motivos para entender que houve desconcentração da terra (quiçá uma interrupção no movimento concentrador) porque em 2006 as pequenas unidades agrícolas, de até 20 hectares, representavam 64,24% dos estabelecimentos da microrregião de Andradina-SP, mas ocupavam pouco mais de 7% da área total.

Já as grandes unidades, aquelas com mais de 15 módulos fiscais, ou seja, de 500 hectares de terras para mais, tiveram queda de 2,52% no número total de estabelecimentos, passando de 5,58% em 1995/96 para 3,06% em 2006. Na proporção das áreas ocupadas, o IBGE registrou que em 1995/96 estas unidades dominavam 59,87% de todas as terras desta microrregião, sendo que em 2006, este número passou para 53,32%, uma diminuição de 6,55% em relação ao total.

Percebe-se que, enquanto as pequenas unidades de produção tiveram aumento no número de estabelecimentos e também um acréscimo de 4,97% de área ocupada, as grandes propriedades registraram queda no número de estabelecimentos, e também perda de área ocupada em 6,55%.

Sabe-se que o IBGE não apresenta em separado os dados dos assentamentos rurais, porém é possível deduzir uma vez que o crescimento mais vigoroso encontra-se nos extratos de área de até 20 hectares, tamanho que se aproxima do critério estabelecido pelo INCRA

para formação dos lotes dos assentamentos que é em média de 15 hectares. Acredita-se, portanto, que o motivo principal para a interrupção da dinâmica histórica de concentração das terras nesta microrregião relaciona-se ao fato desta representar um dos focos de luta por terra no estado de São Paulo e, até mesmo, no Brasil principalmente a partir do final da década de 1970 aos dias atuais.

Outro dado importante que corrobora nesta análise é que, segundo o INCRA, neste período censitário de 10 anos, entre o censo agropecuário de 1995/96 e o de 2006, foram criados 17 projetos de assentamentos nesta microrregião beneficiando 1.572 famílias em uma área de pouco mais de 24 mil hectares de terras desapropriadas nesta microrregião geográfica.

Portanto, é mais um fato que se pode vincular às estatísticas dos Censos Agropecuários e que, além do mais, evidencia que o campo na região de Andradina-SP é um território em disputa entre distintas classes. E essa marca se revela na própria paisagem, onde de um lado se observa as grandes propriedades com suas atividades monocultoras e, de outro, a economia camponesa que se estabelece em pequenas unidades de produção.

O assentamento Pendengo em Castilho-SP é um exemplo revelador desta dinâmica do território sob a luta de classes. Como informado anteriormente, é uma área que teve seus primeiros conflitos ainda na década de 1950, quando um grileiro expulsou diversas famílias camponesas daquelas terras. No entanto, em 2010 esta área foi desapropriada para fins de Reforma Agrária e está localizada exatamente ao lado de um grande empreendimento da agroindústria capitalista.

Na figura 5 observa-se na parte superior da imagem a localização do assentamento Pendengo e ao lado deste a usina de álcool e açúcar Virálcool, ou seja, terras de distintas classes sociais lutando pela reprodução no mesmo território com lógicas distintas: uma é terra camponesa e a outra de negócio.



Figura 5 – Imagem de satélite, onde, abaixo da linha amarela está localizada a propriedade da usina Virálcool e acima o assentamento Pendengo, ambos em Castilho-SP.

Fonte: Google Earth, 22 març. 2012.

Conforme relato de um dos assentados no projeto, a desapropriação da fazenda Pendengo causou irritação no dono da usina, visto que o mesmo planejava cultivar cana-de-açúcar na área. Entende-se que a existência do assentamento contrariou os interesses dos donos deste empreendimento e lhe impôs maiores deslocamentos no transporte da matéria-prima. Portanto, apesar da proximidade territorial não há complementação porque se trata de lógicas de reprodução do território distintas: a da usina inteiramente capitalista e dos camponeses assentados não tipicamente capitalista.

Outra comparação entre os dois últimos censos agropecuários mostra que houve mudanças também nos números relativos à quantidade de pessoal ocupado no campo (Tabela 3). Em 1995/96, as consideradas pequenas unidades ocupavam 12.728 pessoas, já em 2006, passou a ocupar 13.123, um aumento que talvez não tenha sido maior em função da queda observada nas estratificações de 20 a 200 hectares.

Nota-se que entre os dois últimos Censos Agropecuários este crescimento foi puxado pelos estabelecimentos até 20 ha que somados foram de 6.420 para 8.501 ocupações no campo desta microrregião, algo que pode estar relacionado ao aumento de projetos de assentamentos na microrregião.

Neste intervalo de tempo é possível notar que os estabelecimentos com mais 500 ha também registraram aumento nas oportunidades de trabalho no campo, sendo um crescimento por volta de 2.500 empregos a mais o que pode estar vinculado à expansão do trabalho braçal nos canaviais nesta microrregião de Andradina-SP. Verifica-se ainda que, somadas as unidades de até 200 hectares elas são responsáveis por gerar a maior parte das ocupações no campo desta microrregião.

Tabela 3 – Comparação de pessoal ocupado nos estabelecimentos rurais da microrregião de Andradina-SP entre os censos de 1995/96 e 2006.

<i>Áreas</i>	0 a 10 hectares		10 a 20 hectares		20 a 200 hectares		200 a 500 hectares		500 hectares a mais	
<i>Anos</i>	1995	2006	1995	2006	1995	2006	1995	2006	1995	2006
<i>Pessoal ocupado</i>	2.481	3.062	3.939	5.439	6.308	4.622	1.358	1.182	2.420	5.008

Fonte: Banco de Dados SIDRA/IBGE, Org. LOPES, D. E. 2011.

Pode-se ter na tabela 4, que compara a produção de leite nos dois últimos Censos Agropecuários, outro aspecto que a melhor distribuição de terras possa ter influenciado os registros do IBGE, pois, somando a produção deste item nas unidades até 20 hectares percebe-se que houve aumento de sua oferta passando de pouco mais de 9 milhões de litros de leite no censo de 1995/96 para mais de 17 milhões litros/leite no censo de 2006.

O Censo Agropecuário de 2006 indica ainda que houve considerado aumento da produção leiteira nas grandes propriedades, mesmo assim, as pequenas unidades de até 200 ha foram responsáveis pela produção de mais de 33 milhões de litros de leite, quase o dobro do que foi produzido naquelas acima de 500 hectares. No entanto, pode-se dizer que as pequenas unidades foram mais eficientes na produção deste item, tendo em vista que estas ocupam 29% das terras e as grandes propriedades 53%.

Tabela 4 – Comparação de quantidade de leite produzida por estabelecimentos na Microrregião de Andradina-SP entre 1995/96 e 2006, em mil litros.

	CENSO 1995/96	CENSO 2006
<i>Grupos de área</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Quantidade</i>
Até 10 hectares	1.792.437	3.366.000
10 a 20 hectares	7.565.694	14.467.000
20 a 200 hectares	21.718.527	15.366.000
200 a 500 hectares	6.465.480	3.378.00
500 hectares e mais	4.554.272	17.779.00
Total	42.096.410	54.356.00

Fonte: Banco de Dados SIDRA/ IBGE, Org. LOPES, D. E. 2012.

Outros itens da produção agrícola foram pesquisados nas estatísticas dos dois últimos Censos Agropecuários, principalmente o de 2006 e que demonstram a importância da agricultura familiar camponesa na produção de alimentos nesta microrregião. Como referido anteriormente não há como afirmar por meio destes números que os projetos de Reforma Agrária na região são os responsáveis diretos por esta produção ou qualquer mudança no aspecto produtivo, pois o IBGE não disponibiliza dados em separado, e sim por estabelecimentos em conjunto. No entanto, em alguns casos pode-se deduzir que os assentamentos criados tenham sim influenciado nestes registros.

A produção de mandioca pode ser um indicativo deste caso, pois foi constatado aumento considerado da área colhida com este item em estabelecimentos cujo tamanho coincidem com os criados pelo INCRA em seus projetos de distribuição de terras. O gráfico 1 mostra a produção de mandioca na microrregião de Andradina-SP.

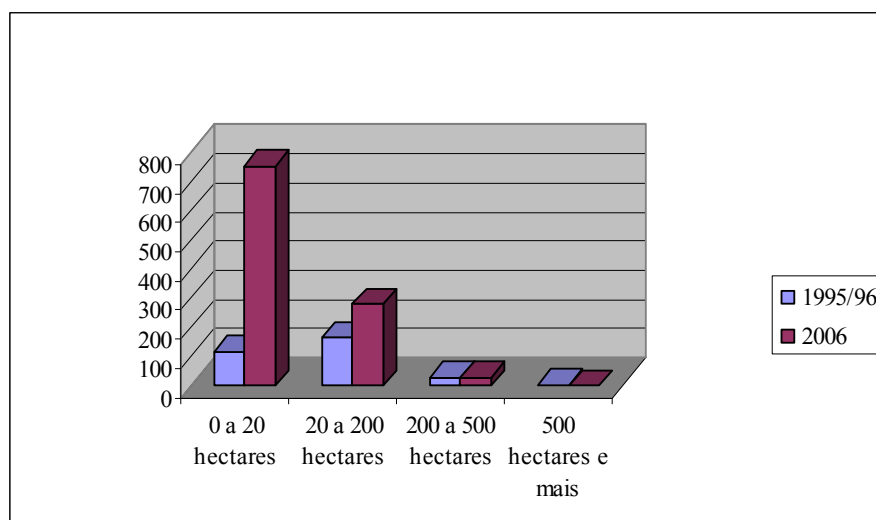


Gráfico 1 – Comparação da área colhida de Mandioca na Microrregião de Andradina-SP, entre os Censos de 1995/96 e de 2006.

Fonte: Banco de Dados SIDRA/ IBGE, Org. LOPES, D. E. 2012.

Ainda sob a perspectiva da produção de alimentos, na produção de ovos de galinha as pequenas unidades mostram mais uma vez sua importância nesta microrregião. Conforme o gráfico 2, os estabelecimentos de até 200 hectares foram os únicos responsáveis pela produção deste item, sendo que as unidades de até 20 hectares produziram entorno de duas mil dúzias do produto e as de 20 a 200 hectares um pouco mais de seis mil dúzias. Nas demais estratificações de áreas, nada foi registrado.

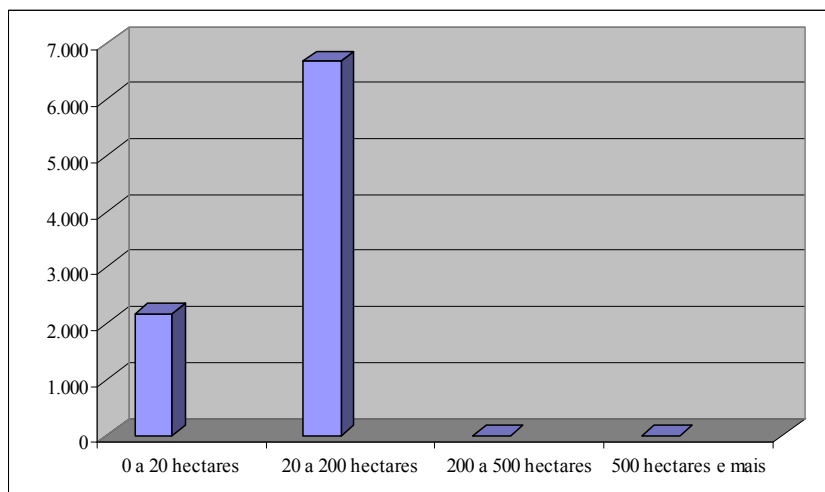


Gráfico 2 – Produção de ovos de galinha por estabelecimento na Microrregião de Andradina-SP em mil dúzias. Censo Agropecuário de 2006.

Fonte: Banco de Dados SIDRA/ IBGE, Org. LOPES, D. E. 2012

Igualmente ocorre no caso da produção de horticultura, onde as pequenas unidades foram responsáveis por toda a produção registrada na microrregião em questão.

As unidades de até 20 hectares produziram cerca de 40 hectares de horticultura, e nas unidades de 20 a 200 hectares se registrou uma produção de quase cinco hectares destes alimentos, conforme mostra o gráfico 3. O restante das estratificações de área não comparecem quando o assunto é horticultura.

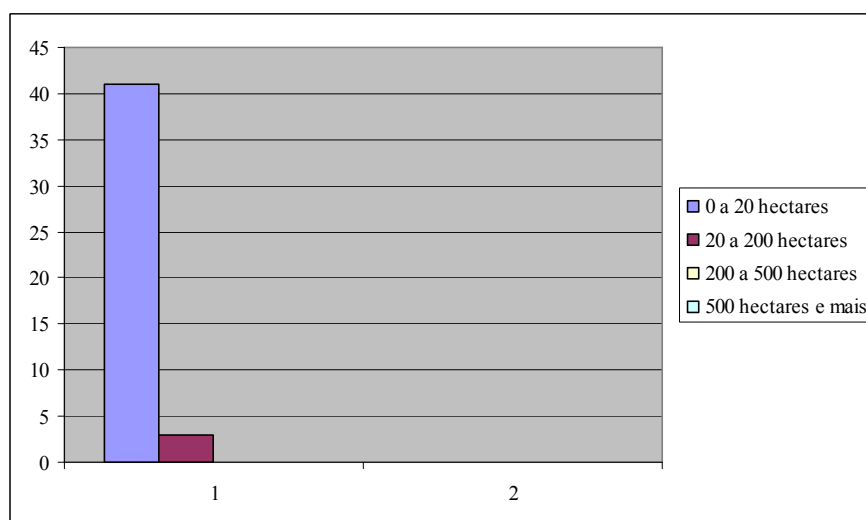


Gráfico 3 – Produção de Horticultura na Microrregião de Andradina-SP em hectares de área colhida. Censo Agropecuário de 2006.

Fonte: Banco de Dados SIDRA/ IBGE, Org. LOPES, D. E. 2012

O abacaxi é um fruto que tem destaque na microrregião, principalmente nos municípios de Guaraçaí-SP e Murutinga-SP. A distribuição produtiva desta fruta se concentra

mais nas unidades de até 20 hectares com quase 30 mil frutos, e nas unidades de 20 a 200 hectares com um pouco mais de 20 mil frutos, conforme segue no gráfico 4:

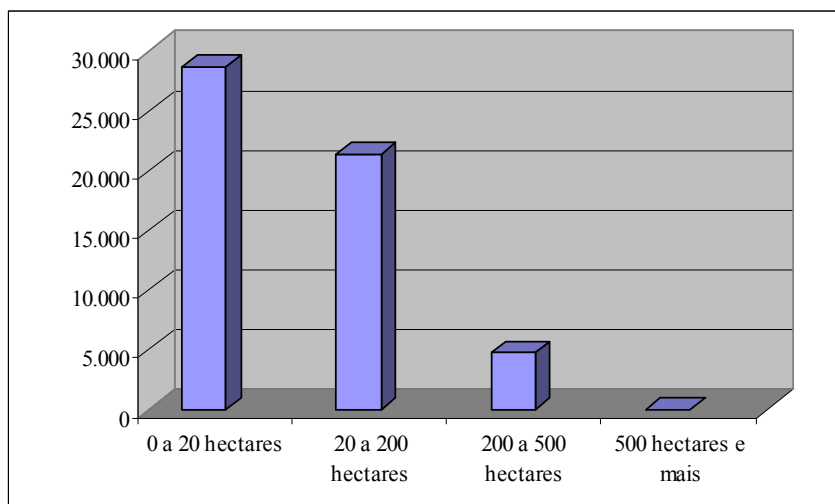


Gráfico 4 – Produção de Abacaxi na Microrregião de Andradina-SP (por mil frutos). Censo Agropecuário de 2006

Fonte: Banco de Dados SIDRA/ IBGE, Org. LOPES, D. E. 2012

Já no caso do feijão de cor²², o principal a ser produzido nesta microrregião, percebe-se maior equilíbrio na distribuição de cultivo, sendo que foi registrada produção de 82 toneladas do produto nas unidades de até 20 hectares, 712 toneladas nas unidades de 20 a 200 hectares, 463 toneladas nas de 200 a 500 hectares e 1.066 toneladas nas unidades acima de 500 hectares, conforme segue no gráfico 5.

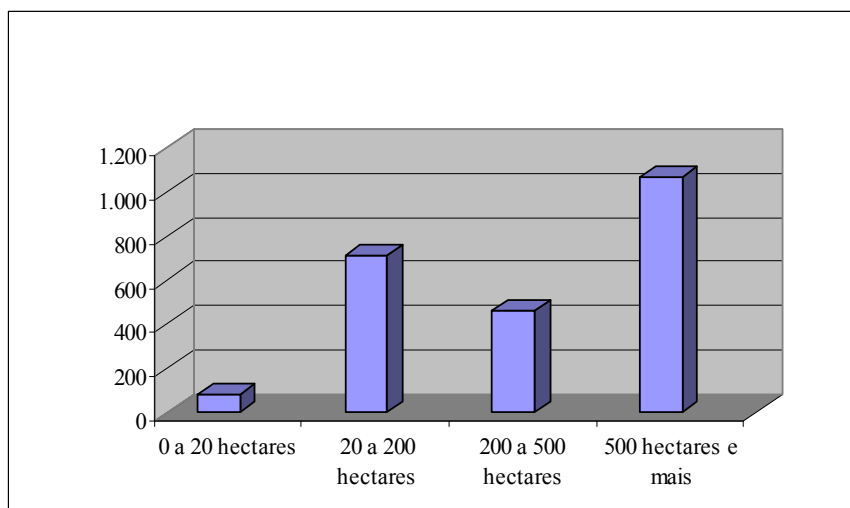


Gráfico 5 – Produção de Feijão de Cor na Microrregião de Andradina-SP (em toneladas). Censo Agropecuário de 2006.

Fonte: Banco de Dados SIDRA/ IBGE, Org. LOPES, D. E. 2012

²² Existem diversos tipos de feijão e o chamando 'Feijão de Cor' é apenas mais um tipo, sendo este o principal cultivado nesta região de estudo.

Estes são números que mostram parte do que se pode encontrar no campo da microrregião de Andradina-SP, sendo possível observar uma estrutura fundiária ainda bastante concentrada, mas que apresentou no último censo tendência de interrupção na concentração de terras. Provavelmente, isto se deve em muito ao processo de espacialização das experiências de luta e de socialização política promovida pelos movimentos sociais que lutam por terra – com destaque para o MST – que gerou a territorialização de dezenas de projetos de reforma agrária conquistados nas últimas décadas nesta microrregião.

Entendemos também que, embora a dinâmica da concentração de terras tenha sofrido ruptura, isso não significou desconcentração – porque o grau de concentração é muito alto e as áreas conquistadas muito pequenas. Por outro lado, este aumento dos pequenos estabelecimentos e diminuição dos grandes é símbolo da fragmentação da grande unidade resultado da luta pela terra e, portanto, da disputa que se dá no território.

Acrescenta-se a essa democratização da terra o fato de que as mudanças na estrutura fundiária pode ter influenciado em uma maior quantidade de pessoal ocupado nas pequenas unidades do campo desta microrregião e em parte de sua produção agrícola. Sendo que os números do IBGE demonstram uma maior eficiência da pequena unidade no campo em gerar emprego e produtos alimentícios com pouca terra.

6 – FORMAS DE RESISTÊNCIA CAMPONESA EM ANDRADINA E CASTILHO-SP

Antes de iniciar a avaliação das razões que levam o campesinato dos municípios de Andradina e Castilho-SP a formularem ações que buscam a permanência na terra, é necessário analisar a importância política dessas práticas no processo de luta de classes no campo.

Destaca Fabrini (2001) que, dentro do contexto de discussões sobre o papel da Reforma Agrária na sociedade muitos procuram justificá-la enfatizando o lado econômico, onde a melhor distribuição de terras levaria ao maior desenvolvimento das forças produtivas dentro do sistema capitalista.

Para o autor esta defesa da Reforma Agrária é técnica, feita a partir de um ponto de vista puramente econômico e carente de uma ideologia contestadora. “Concebida dessa forma, a reforma agrária não se constitui num elemento questionador da ordem estabelecida no campo.” (p.23).

No processo de luta pela terra se estabelecem relações sociais, políticas e econômicas de resistência entre os envolvidos, no entanto Fabrini (2001, p.25) lembra que “o acesso a terra coloca ao trabalhador uma nova condição (condição de produtor)”. E por este motivo alguns acreditam que haveria uma tendência à dispersão das lutas e reivindicações.

Entretanto, para o autor, tendo em vista a trajetória politizadora nos acampamentos estes sujeitos costumam conceber a produção agrícola de forma diferente de agricultores familiares que não passaram pela experiência de luta pela terra. Desta forma, diante os desafios impostos pela sociedade capitalista surgem entre os assentados que lutam pela Reforma Agrária experiências organizativas que buscam a permanência na terra para além do produtivismo.

Analisando as experiências das cooperativas do MST, Fabrini (2001) destaca que as estratégias camponesas de resistência ao buscarem a eficiência econômica contribuem pela viabilização da eficiência política do movimento dos sem terra. Logo, a importância das ações elaboradas por assentados para permanecer na terra podem ser vistas sob um aspecto tático no processo de luta de classes.

Neste sentido, Horácio Martins de Carvalho apud Fabrini (2001, p.32), esclarece que apesar de existir o entendimento de que a Reforma Agrária faz parte de uma tática reformista, esta possui um caráter revolucionário, pois, “(...) as reformas táticas que interessam aos socialistas revolucionários são aquelas arrancadas da burguesia, aquelas que contribuem para elevar a independência, a consciência de classe, a combatividade do proletariado e seus aliados populares.”

Desta forma, através, por exemplo, de uma cooperativa os trabalhadores podem “tirar vantagens com integração ao mercado, o que seria a garantia para permanência da terra nas mãos de quem nela trabalha.” (Idem, p.32).

Portanto, tanto a luta pela Reforma Agrária como a criação de cooperativas, e outras formas de resistência, têm para Fabrini (2001) um aspecto de contestação da ordem vigente no campo capitalista, pois colaboram para a permanência do campesinato na terra conquistada. E contribuem para o enfraquecimento político da burguesia, principalmente a agrária que tem na posse da terra o poder econômico que precisa para exercer influência política na sociedade. Além disso, estas estratégias contribuem para negar a lógica capitalista como um todo, lógica esta que procura se apropriar da renda criada em unidades de produção camponesa.

Assim:

Após a expropriação/expulsão e experiências urbanas, os trabalhadores sem-terra deixam de conceber a produção no campo de forma individualizada. Agora, não aceitam mais o prejuízo diante dos grandes esquemas econômicos que lhes subtraem a renda. A não aceitação à subordinação da produção familiar a estes esquemas é a evidência da visualização da dimensão política pelo camponês que geralmente não se interessa por esta questão. (FABRINI, 2001, p. 34)

Desta forma, concordando com Fabrini, destacamos que as formas de resistência camponesa que são desenvolvidas nos municípios de Andradina-SP e Castilho-SP representam ações com características político-econômicas. E, em geral, são influenciadas pela ausência do Estado, sendo também modos de enfrentamento às ações do capital que busca monopolizar o território conforme seus interesses.

A região de Andradina e Castilho tem certo destaque no cenário nacional e estadual com relação à Reforma Agrária, contudo esta política tem sido apenas de uma ação de distribuição de terras que busca apaziguar os ânimos, pois, pouco o Estado tem feito para ajudar na luta pela continuidade na terra. Exemplo disso são os números do Censo Agropecuário de 2006 que mostram que na microrregião de Andradina-SP 86,82% dos estabelecimentos que acessaram financiamento agrícola eram representados por unidades de produção de até 200 hectares. Todavia, estes estabelecimentos dividiram entre si 39,94% do valor do crédito destinado à agricultura nesta região do Estado de São Paulo.

Por outro lado, 5,4% dos estabelecimentos que obtiveram algum tipo de recurso financeiro eram representados por unidades com área a partir de 500 ha. Mas, estes 5,4% conseguiram ficar com 58,68% do valor utilizado no financiamento da agricultura da

microrregião em questão. Portanto, é um crédito muito mal distribuído e altamente concentrado.

Um fato interessante é que 54,37% dos estabelecimentos que obtiveram algum tipo de financiamento estão representados pelas unidades de até 20 hectares. No entanto, apesar deste extrato ter conseguido acessar algum tipo de financiamento agrícola, estas unidades obtiveram apenas 1,02% de todos os valores destinados à agricultura na microrregião de Andradina-SP em 2006.

Esta carência de maiores quantidades de recurso se revela na prática, uma vez que há assentamentos que há anos foram criados e ainda não receberam investimentos básicos de infra-estrutura como, por exemplo, o assentamento Pendengo em Castilho-SP. Este projeto teve sua criação decretada em março de 2010, sendo que só em janeiro de 2012 seus moradores recebiam recursos para a construção de casas (figura 6), entretanto, ainda sofriam com a falta de água e energia elétrica, problemas que não havia perspectiva de solução. Tem-se ainda como exemplo desta situação o assentamento Celso Furtado, também em Castilho-SP, que foi criado em dezembro de 2005 e só no ano de 2011 recebeu energia elétrica.



Figura 6 – Construção de casa no assentamento Pendengo em Castilho-SP, ao lado poço de água escavado por assentado.

Fonte: Trabalho de campo, jan. 2012.

Diante disso, camponeses e trabalhadores sem terra resistem e organizam suas lutas agindo em dois campos concomitantemente, o político e o econômico.

Agem politicamente com a organização de inúmeras mobilizações reivindicatórias que cobram dos governos federal, estadual e municipal suas responsabilidades em proporcionar melhores condições de vida e produção nos assentamentos. Exemplo são as manifestações em frente a bancos, prefeituras e também em ocupações realizadas no INCRA de Andradina-SP em setembro de 2011. Nesta ação, a pauta reivindicava habitação, água,

estradas, liberação de crédito, energia elétrica, pagamento das áreas improdutivas paralisadas em Brasília, novas vistorias para desapropriação de áreas, e assistência técnica (conforme anexo).



Figura 7 – À esquerda, manifestação em frente à prefeitura municipal de Castilho-SP, junho de 2009. À direita, ocupação do INCRA em Andradina-SP, setembro de 2011.

Fonte: Trabalho de campo e www.andranews.com.br

Por outro lado, a mesma situação força também à elaboração estratégias que se dão no campo da solidariedade e que buscam suprir a ausência do Estado. Neste sentido, observa-se a realização de leilões e festas populares com a finalidade de arrecadar fundos para a construção de poços d'água, compra de tanques de resfriamento, reformas de estradas, ou seja, melhorias na infraestrutura dos assentamentos.



Figura 8 – Quermesse no assentamento Josué de Castro (Timborezinho) em Andradina-SP cujo objetivo foi o de arrecadar fundos para a construção de poço artesiano.

Fonte: trabalho de campo, jul. 2011.

No campo econômico surgem formas de resistência e enfrentamento às ações do capital que, por meio do processo de monopolização do território, utiliza mecanismos de mercado que buscam sujeitar as relações de produção e comercialização da agricultura

familiar camponesa de forma a se apropriar da renda criada por esta classe. Estas formas serão estudadas mais a frente, todavia se expressam na construção de feiras, barracões, associações, cooperativas na busca de diminuir o domínio e sujeição da renda.

Como visto anteriormente, na produção camponesa estes mecanismos de sujeição são encontrados na incorporação de técnicas avançadas que exigem investimentos em insumos agrícolas (leia-se: pesticidas, adubos químicos e maquinários) produzidos por grandes indústrias do ramo. “É justamente a incorporação de tecnologia que o obriga a pagar um pesado tributo ao capital industrial e comercial, tributo esse representado pelo consumo das mercadorias que entram no processo produtivo.” (PAULINO, 2003, p.269).

A respeito dessa relação de dominação da agricultura, o agricultor Souza, que é militante do MST e também assentado no projeto Pendengo em Castilho-SP, considera que o agricultor familiar camponês não deve tentar produzir através do aparato tecnológico industrial que existe hoje. Segundo ele “isto faz com que o assentado quebre, não tem como”.

Neste sentido, o mesmo alerta para a difícil situação que se encontra o produtor assentado, visto que muitas vezes este recebe orientações de órgãos do Estado que influenciam o uso de insumos de grandes indústrias do ramo. Souza acrescenta dizendo que: “nestes cursos de agronomia o pessoal aprende a usar veneno. (informação verbal)”²³

Já na comercialização, estes mecanismos de sujeição da renda da agricultura familiar camponesa atuam no momento em que se submete a produção desta classe aos meandros do mercado capitalista, como no caso da venda dos produtos a preços desvalorizados pelas indústrias, supermercados, dentre outros. Processo este entendido como de “integração” entre capital e produtor camponês, mas que acima de tudo de dominação do segundo pelo primeiro.

(...) são as cadeias industriais que se sustentam por meio da matéria-prima fornecida por essa classe, como é o caso da integração; igualmente visível são os interstícios da acumulação de capital pelas indústrias que recebem o leite, os produtos da lavoura permanente e temporária. Por fim, a agressiva ação do capital comercial com as anteriores se confunde. (PAULINO, 2003, p.269)

A produção e comercialização do leite nos municípios de Andradina-SP e Castilho-SP é um bom exemplo desta dinâmica de monopolização do território.

O leite é considerado o principal produto de geração de renda das pequenas unidades de produção agrícola da região, tanto que, de acordo com o censo agropecuário de 2006 havia

²³ Informação fornecida por Souza, assentado do assentamento Pendengo em Castilho-SP em janeiro de 2012.

na microrregião de Andradina 1.921 estabelecimentos produzindo leite, sendo que destes 94,11% estavam presentes nas pequenas unidades agrícolas, ou seja, aquelas até 200 hectares. Destaque para os estabelecimentos até 20 hectares, estratificação onde estão concentrados os lotes de assentamentos, estes representavam 66,42% de todas as unidades que produziam leite na região, conforme tabela 5.

Tabela 5 – Estabelecimentos que produzem leite na Microrregião de Andradina-SP (em porcentagem). Censo Agropecuário de 2006.

<i>Áreas</i>	Até 10 hectares	Acima de 10 a 20 hectares	Acima de 20 a 200 hectares	Acima de 200 a 500 hectares	Acima de 500 hectares e mais
%	16,13	50,29	27,69	3,70	2,03

Fonte: Banco de Dados SIDRA/ IBGE, Org. LOPES, D. E. 2012.

No entanto, segundo Bem (2008, p.65), a Portaria 56 editada em 1998 pelo Ministério da Agricultura, regulamentou a produção leiteira no Brasil, proibindo a venda direta do leite in-natura diretamente ao consumidor. Tendo em vista a pouca condição técnica e industrial destes produtores em preparar o leite para a venda ao consumidor conforme as determinações desta portaria, pode-se dizer que a lei praticamente os obrigou a se integrarem com a indústria de laticínios.

A referida Portaria favorece a tendência de concentração na captação do leite. Para o DESER²⁴(2002), a PNQL, além de buscar a padronização e melhoria na qualidade do leite; impõe uma série de restrições à participação dos camponeses no processo produtivo, fortalecendo cada vez mais as indústrias de grande porte, bem como os grandes produtores, fornecedores de máquinas, equipamentos e insumos para a cadeia produtiva leiteira. (BEM, 2008, p.68)

Assim, voltando ao estudo de caso, esta portaria impõe que a maior parte da produção leiteira provinda da agricultura familiar camponesa dos municípios de Andradina e de Castilho seja negociada obrigatoriamente com indústrias privadas do ramo de laticínios.

Na prática isto se revela na venda do leite do produtor para a indústria a baixos preços como mostra A. Boaventura²⁵, filha de um tradicional produtor de leite de Castilho-SP, onde no mês de Agosto de 2011 o leite in natura, ou seja, aquele que não recebe nenhum tratamento e é depositado em galões, estava sendo vendido em média a R\$ 0,75 o litro. Já o leite que era depositado em tanques de resfriamento é vendido a R\$ 0,90.

²⁴ Departamento de Estudo Sócio Econômicos Rurais.

²⁵ Informação verbal em setembro de 2011.

No entanto, nesta época o mesmo litro de leite era vendido em supermercados da região por valores que chegavam a R\$ 2,20 em embalagem plástica, sendo que na embalagem longa-vida era negociado até R\$ 3,00, o que revela que parte da renda encontrada nesta mercadoria ficou com o industrial dono do laticínio e, outra parte, com o dono do supermercado.

Logicamente, esta é uma dinâmica que não está restrita ao leite, mas pode ser verificada também na comercialização de quase todo produto que está sujeito às ações dos intermediários e do sistema de integração produtor - indústria.

Portanto, é diante esta situação de apropriação capitalista da renda criada pelo produtor familiar do campo, e de ausência de apoio do Estado, que camponeses têm cada vez mais elaborado estratégias de resistência e enfrentamento a esta conjuntura. Exemplo disso é a criação de feiras, associações, cooperativas e de programas de comercialização direta com o Estado, experiências estas que serão analisadas a seguir.

6.1 – As experiências com a COAPAR

“Quando falamos em assentamentos, temos que pensar não somente na produção agrícola, mas também na infraestrutura, na habitação, na escola e no lazer, na necessidade de políticas públicas integradas e mais amplas”. É nesse contexto que Milton Fornazieri, o Rascunho, presidente da Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil (Concrab), coloca os desafios para a produção dos agricultores. (PERCASSI, 2011).

Dentre as principais estratégias elaboradas por camponeses da região de Andradina-SP que buscam minimizar as ações do capital, está a criação de associações e cooperativas, dentre elas se destaca a Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados e Pequenos Produtores da Região Noroeste do Estado de São Paulo – COAPAR.

Com sede em Andradina-SP (figura 9), a COAPAR foi criada em dezembro de 2000 por um grupo de 24 famílias de assentados da região, conta hoje com 600 famílias cooperadas provenientes de 19 assentamentos localizados nos municípios de Andradina, Castilho, Mirandópolis, Itapura, Ilha Solteira, Guaraçai e Pereira Barreto.



Figura 9 – Sede da COAPAR, em Andradina-SP, que divide espaço com a Secretaria Regional do MST.
Fonte: Trabalho de campo, mar. 2012.

A fundação deu sob orientação do MST que no final dos anos de 1980 passou a adotar uma política de incentivo à formação de cooperativas como forma de melhorar as condições de vida e permanência dos assentados na terra.

Assim:

(...) somente a partir de 1989²⁶, período em que o Movimento adota o lema: “Ocupar, Resistir e Produzir”, é que a organização do Movimento passa a desenvolver uma política cooperativista para os assentamentos. Isto ocorreu devido ao aumento do número de assentamentos rurais no país e à necessidade de viabilizá-los econômica e socialmente, bem como concretizar a idéia de que através da cooperação agrícola o assentado pode sobreviver na terra, produzindo em maior quantidade e com melhor qualidade. (SILVA, T., 2004, p.70-71).

Segundo o atual presidente da COAPAR, e também presidente da Secretaria Regional do Movimento do Sem Terra – MST, ela é uma cooperativa formada logo após o Movimento ter criado a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – Concrab. Ação esta que estimulou a construção de cooperativas locais e regionais com o intuito de facilitar a industrialização e comercialização da produção nos assentamentos. No caso a COAPAR tem caráter de cooperativa regional.

(...) o objetivo central era o de criar uma cooperativa regional para trabalhar principalmente a industrialização do leite (...) só que naquele momento o Governo Federal, Fernando Henrique, cortou todas as linhas de

²⁶ Segundo STÉDILE; FERNANDES (1999), na primeira etapa do Movimento, que vai desde as primeiras ocupações de 1979 até 1985, não havia uma política cooperativista definida para os assentamentos, isso só vai acontecer a partir de 1986. Neste período (1986) aconteceu a primeira luta do MST ligada à produção, foi uma luta por crédito subsidiado. Assim, somente a partir de 1989 é que começa a se esboçar uma política cooperativista no interior do MST, que mais tarde desemboca na criação do SCA (Sistema Cooperativista dos Assentados). (SILVA, T., 2004, p. 70).

financiamentos de assentamentos, principalmente créditos para cooperativa, (...) então tivemos muita dificuldade nos três primeiros anos, (...) só então conseguimos recursos para a compra de dois tanques de expansão, porque aí tinha caído uma lei que obrigava (...) nós tínhamos no Estado de São Paulo um recurso de projeto internacional que podia financiar alguns equipamentos na região e aí começou a comprar alguns tanques de expansão, porque daí tinha caído a lei do Ministério da Agricultura que não permitia mais o transporte do leite in-natura (...) aí os agricultores foram obrigados a comprar um tanque de expansão que hoje é caro, mas na época era muito mais caro.(informação verbal)²⁷

Na época que se criou a COAPAR, a Nestlé dominava a comercialização do leite na região e esta empresa começou a financiar a aquisição dos tanques, mas seus valores eram descontados nos ganhos dos produtores. E devido ao seu alto valor passou a comprometer quase que a metade da renda dos camponeses, logo foi neste contexto de exploração da renda dos produtores da região que se criou a cooperativa.

Além de buscar cumprir as exigências sanitárias de qualidade do Ministério da Agricultura, o objetivo da COAPAR foi também o de tentar eliminar a figura dos intermediários presentes nas indústrias, que agem no sentido de sujeitar ao máximo a renda camponesa.

Tem-se análise que onde mais se acumula capital é na indústria, então nossa ideia é agente ir substituindo todos os intermediários (...) depois substituir na indústria e os assentados, com a cooperativa deles, industrializar seu produto sua matéria-prima e entregar o produto no mercado (...) como uma forma de tentar ir pegando essa renda que teoricamente fica na indústria e distribuir ela entre os associados.(informação verbal)²⁸

Neste sentido, existe o projeto do laticínio desta cooperativa (em anexo) que deverá ser montado em Andradina-SP, sendo que já estão disponíveis as máquinas e equipamentos a serem utilizados neste tipo de indústria. Tendo, inclusive, dois caminhões tanques conquistados por meio de projetos de concessão junto ao Governo Federal. No momento a pendência maior para a implantação deste laticínio é quanto à adequação de um local que cumpra com todas as especificações exigidas em lei.

No momento as ações da COAPAR tem se dado, principalmente, no armazenamento e transporte de leite disponibilizando tanques de resfriamento de modo a melhorar as condições de comercialização deste produto junto a indústrias do ramo de laticínios da região.

²⁷ Informação fornecida por Lourival Plácido de Paula, Presidente da Coapar, em março de 2012.

²⁸ Idem, março de 2012.

A COAPAR tem sido responsável pela comercialização diária de uma média de 15 mil litros de leite, algo entorno de cinco milhões anualmente. Mantendo vínculos comerciais com os seguintes laticínios: Matilat, Tânia, Trevisan e Cacretupi²⁹, sendo a maior quantidade negociada com este último. É acordado que a COAPAR tem autonomia para negociar a venda de seu leite com outras indústrias que tenham melhor proposta, desde que avise com antecedência às atuais compradoras o fim do fornecimento.

Seguindo os padrões estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, e também as exigências da indústria de laticínios, a COAPAR passou a adquirir junto a órgãos de governo equipamentos de armazenagem do leite. Atualmente conta com 33 tanques de resfriamento distribuídos em vários assentamentos da região, além de dois caminhões-baú, uma caminhonete, e dois caminhões tanques para transporte do leite que permitem aos produtores melhores condições para o escoamento da produção leiteira de seus associados.



Figura 10 – Tanque de resfriamento da COAPAR instalado na sede no assentamento Cafeeira em Castilho-SP.
Fonte: trabalho de campo, mar. 2012.

Tendo como base a quantidade e a qualidade do leite oferecido, a COAPAR fica em condições de barganhar melhores preços pelo produto junto aos laticínios, o que um produtor individualmente e carente de infraestrutura teria muito mais dificuldades em conseguir. De acordo com a COAPAR, isto tem permitido, em média, um acréscimo de R\$ 0,10 no valor do litro de leite comercializado com as indústrias da região.

No entanto, os laticínios têm adotado um sistema de análise qualitativa na aquisição do leite que muitas vezes desvaloriza o produto. Portanto, antes de transportar o produto dos

²⁹ Interessante o fato de que a Cooperativa de Cafeicultores de Tupi Paulista – Cacretupi foi, no princípio, uma cooperativa voltada para a produção de café na região de Tupi Paulista-SP, mas passou para o ramo do leite tornando-se uma empresa de laticínio.

tanques para a sede das indústrias as empresas têm feito análises químicas, e conforme o nível de contaminação com bactérias e células somáticas se estabelece o preço pago ao produtor e que têm oscilado atualmente entre R\$ 0,70 e R\$ 0,90. Logicamente, que neste quesito está presente a questão de mercado onde oferta e procura se somam aos fatores de quantidade e qualidade.

Alguns produtores reclamam que basta uma vaca com problemas, ou a coleta de um dos produtores não tenha seguido as normas de higiene, para que isso comprometa a qualidade de todo leite estocado no tanque de resfriamento, e também a renda dos demais.

Para Almeida, produtor de leite do assentamento Timboré em Andradina-SP, atualmente as exigências de qualidade tem influenciado mais do que a quantidade no valor pago pelo produto, mas lamenta a falta de melhores condições de infra-estrutura e de conhecimento técnico por parte dos produtores para cumprir as exigências. Diante desta situação o produtor se mostra bastante pessimista e pensa em parar de produzir leite, visto que não tem compensado o trabalho

Logo, este é um fator que tem rebaixado os valores do leite comercializado na região. Explica Aragão, secretário da COAPAR, que a cooperativa tem tido problemas para atender as exigências dos laticínios e que nas análises feitas por estas indústrias o leite produzido na região é em geral de baixa qualidade com contagem de bactérias totais e células somáticas elevadas (Tabela em anexo). Portanto, a mesma situação encontrada por Bem (2008) em sua pesquisa nos assentamentos do Estado do Paraná, também se repete na região de Andradina onde as exigências na comercialização do leite abrem brechas para o controle e sujeição da renda camponesa.

Sobre as normas de participação na cooperativa, o estatuto da COAPAR permite que os produtores/fornecedores possam, a qualquer momento, deixar de comercializar seus produtos por meio desta cooperativa, pois não há contrato que obrigue a permanência.

Ao contrário do que ocorre em algumas cooperativas, na COAPAR não há obrigação contratual com os assentados no sentido de se pagar investimentos feitos em infraestrutura produtiva ou em logística de escoamento da produção, visto que, esta é uma cooperativa cujo patrimônio é quase que totalmente provindo de projetos elaborados junto a órgãos governamentais de concessão e uso de equipamentos.

Logo, em tese a preocupação é apenas de manutenção do capital existente que é em sua maior parte composto por equipamentos que permitem a comercialização da produção camponesa desta região.

A maior fonte de renda que mantém esta cooperativa está no desconto de parte dos valores contido nos produtos comercializados. Explica L. Paula que no caso do leite, a COAPAR retém em média valores que oscilam entre 3 a 8 centavos de Real por cada litro de leite negociado com os laticínios. A alternância se dá por conta do volume de produção ao longo do ano, sendo que no inverno a produtividade é bem menor do que no verão.

Ainda que suas atividades sejam majoritariamente destinadas a oferecer melhores condições de comercialização do leite, a COAPAR busca o escoamento de outros produtos como forma de estimular a diversificação e procura desenvolver projetos, cujo objetivo é contribuir com o aumento da renda dos agricultores de pequenas unidades da região.

Para isso, esta cooperativa elaborou ações que tem por finalidade eliminar a figura do intermediário que está presente em vários setores da economia. Exemplo disto são as duas lojas da COAPAR instaladas uma em Castilho-SP e outra em Andradina-SP, nestas são vendidos variados produtos agropecuários utilizados na produção no campo.



Figura 11 – Loja de produtos agropecuários da COAPAR em Castilho-SP

Fonte: trabalho de campo, jan. 2012.

Por se tratar de uma cooperativa, em tese, a taxa de lucro contida nas mercadorias vendidas nesta loja tende ser mais baixa que em estabelecimentos comerciais comuns, o que pode beneficiar o produtor com preços mais em conta.

Em breve pesquisa feita em algumas lojas do ramo de insumos agrícolas em Castilho-SP, verificou-se que em média o saco de milho de 50 quilos é na Coapar 9% mais barato que em outros estabelecimentos, assim como o saco de 40 quilos da ração de frango

7,57% mais em conta e o medicamento para tratamento de mastite, doença comum em vacas, que na loja da cooperativa custa R\$ 6,50 e em outro estabelecimento custa R\$ 8,00.³⁰

Mas, talvez a maior vantagem seja os prazos e as formas de pagamento, principalmente para quem é cooperado, que pode ter o valor dos produtos adquiridos descontados no momento em que a COAPAR for fazer o pagamento do leite comercializado pelo produtor. Além disso, o cliente pode dispor de orientação técnica-profissional.

Outra atividade desenvolvida por esta cooperativa é a fábrica de ração animal, instalada em novembro de 2010 no assentamento Terra Livre em Castilho-SP. O maquinário desta fábrica também foi conquistado por meio de projeto de concessão e uso junto ao INCRA, cujo objetivo de funcionamento é reduzir custos de produção dos associados oferecendo um produto com preço abaixo do praticado em lojas particulares da cidade.

Segundo Souza³¹, responsável pela fábrica, “o saco de 40 quilos custa R\$ 31. Se o assentado for comprar fora, vai pagar entre R\$ 38 e R\$ 40”. Segundo o mesmo, outra vantagem para quem vende leite para a cooperativa é o fato de que o valor da ração pode ser descontado no pagamento do leite com possibilidade de parcelamento em até três vezes, ou seja, condições que nem sempre podem ser encontradas em estabelecimentos comerciais comuns.

A ração fabricada neste empreendimento é uma mistura de milho, soja e núcleo (espécie de suplemento alimentar para o gado), sendo que boa parte destes ingredientes podem ser adquiridos dos próprios assentados. Exemplo de um deles que vendeu doze mil reais em milho para a cooperativa fabricar este tipo de ração que também pode ser encontrada nas lojas da cooperativa.

Mas, de todos projetos talvez o que mais traz esperanças aos produtores é o do Barracão do Produtor que deve ser instalado em Castilho-SP.

O principal objetivo deste projeto é promover a organização da distribuição da produção dos assentamentos da região, servindo como entreposto comercial. Neste barracão estará disponível toda uma estrutura voltada para a armazenagem dos produtos e agregação de valor como limpeza, separação e classificação para a venda em supermercados, para a merenda escolar e para os projetos governamentais de combate à fome.

O local já passou por reforma e está pronto, mas falta ainda receber os equipamentos necessários para o seu funcionamento. Conforme L. Paula (informação verbal),³² em breve

³⁰ Valores de maio de 2012.

³¹ Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=7909643>. Acesso em: 05 abr. 2012.

³² Informação fornecida por L. Paula, presidente da Coapar. Março de 2012.

deve haver uma chamada pública e a princípio a ideia é organizar uma espécie de conselho envolvendo representantes de diversas frentes de luta pela terra, associações de produtores e com representantes de instituições públicas para discutir a administração deste empreendimento. A intenção é dar condições para que haja uma inter-cooperação que agregue representantes de todos estes setores para contribuírem na administração deste empreendimento.



Figura 12 – Barracão do Produtor localizado em Castilho-SP.
Fonte: Trabalho de campo, jan. 2012.

Acredita-se que através deste projeto seja possível não apenas melhorar o escoamento, mas superar as exigências cada vez mais rígidas do mercado que na prática funcionam como armadilhas na captura da renda camponesa. Portanto, o projeto almeja melhor planejar a quantidade, a venda e a padronização dos produtos de acordo com a exigência dos consumidores, sendo possível com isso uma expansão do mercado consumidor baseado na venda direta.

Certamente, um dos principais alvos são as novas possibilidades que estão sendo criadas com as políticas públicas de incentivo à agricultura familiar como no caso do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e da lei que determina na merenda escolar deve haver ao menos 30% de alimentos provindos da agricultura familiar camponesa ³³.

Em fórum realizado em março de 2012, no município de Castilho-SP, para discutir o futuro do Barracão - evento este que contou com a presença do superintendente do INCRA, representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, da Conab, de dirigente da

³³ Sobre estes programas, mais a frente neste trabalho, analisar-se-á parte de seus resultados obtidos nos municípios de Castilho e Andradina.

CEAGESP e do Presidente da COAPAR - conclui-se que hoje existe mercado para os produtos da Reforma Agrária da região de Andradina-SP. Inclusive a CEAGESP propôs neste fórum a abertura de espaço para a comercialização das safras dos assentados em grandes centros urbanos como Campinas, Presidente Prudente, Bauru, dentre outros.

No entanto, durante o evento “os dirigentes informaram aos assentados que é preciso cumprir algumas exigências fundamentais como a padronização do produto, seleção por peso, tamanho e aparência, garantia de fornecimento na data estabelecida em contrato e manutenção da boa qualidade.” (CARMO, 2012, p.13).

Como dito, o projeto do Barracão busca cumprir as exigências destes mercados ao mesmo tempo em que estimula a diversificação produtiva nas pequenas unidades do campo na região e ainda possibilita que a renda que ficaria com o intermediário fique com o produtor.

(...) as pessoas só produzem aquilo que tem certeza que elas vendem (...) o Barracão vem pra isso, a gente vai diversificar (...) a gente sabe que só o leite é limitado, mesmo que fosse super bom, produzir leite, ter o laticínio, ganhar muito dinheiro; não seria o ideal porque as crises existem e pode acontecer em um momento desses produtos ficar sem mercado e a base passar fome (...) então a ideia é a diversificação ter várias atividades, o Barracão vem neste sentido (informação verbal)³⁴.

E ainda:

(...) a ideia é pegar o pouquinho que o cara tem lá. Às vezes o cara tem lá uma horta tem alguns pés-de-mamão, pés-de-laranja, de mexerica, tem lá algumas coisas, então, é pegar o que ta sobrando ali e colocar no mercado, organizar e por no mercado e ir incentivando a ele ir aumentando a produção (informação verbal)³⁵.

É pertinente destacar ainda que a COAPAR é uma cooperativa cujos projetos estão vinculados especificamente à distribuição e comercialização da produção da agricultura familiar camponesa da região de Andradina-SP e que, dessa forma, se difere de algumas outras experiências cooperativistas que com suas ações acabam influenciando na organização do trabalho e da produção nas pequenas propriedades camponesas.

Sobre este desvio do cooperativismo, Costa (1997) cita o exemplo da Cooperativa dos Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá Ltda. – Cocamar. Esta passou a atuar no ramo da sericicultura e ao financiar a compra de larvas e insumos necessários para a produção exigia do produtor, além do trabalho de cuidar do processo produtivo das larvas, também a

³⁴ Informação fornecida por L. Paula, presidente da Coapar. Março de 2012

³⁵ Idem, março de 2012.

entrega de toda produção para a referida cooperativa. Observa o autor que esta relação entre produtores e cooperativa, onde os segundos dominam os primeiros se aproxima mais de uma produção integrada nos moldes de uma empresa capitalista, do que propriamente no modelo de uma cooperativa.

Neste sentido, pode-se destacar ainda o caso da Cacretupi, cooperativa da região de Dracena-SP, que a princípio era voltada aos produtores de café, contudo, hoje possui um laticínio e adquire da COAPAR considerada quantidade do leite que é produzido na região de Andradina-SP. Situação que a COAPAR tenta superar com a criação de seu próprio laticínio.

Portanto, é nesta direção o alerta de Costa (1997, 78) “quanto à metamorfose da cooperativa em empresa capitalista”, pois tendo em vista se tratar de uma atividade econômica há sempre a possibilidade de acumulação de capital.

Está é uma hipótese que não deve ser descartada, mas entende-se que ainda não é o caso da COAPAR uma vez que a mesma respeita a autonomia do cooperado não exigindo contrato de entrega.

A conclusão é que a COAPAR, e seus projetos, são uma resposta do movimento de enfrentamento aos desafios lançados pelo capital e que, de certa forma, denunciam as contradições do sistema e a morosidade do Estado brasileiro em resolver problemas presentes na agricultura camponesa, em especial aqueles relativos a transferência de renda que empobrece os produtores. Assim, mesmo tendo o principal foco de suas ações na questão econômica acaba também por agir politicamente, organizando assentados e reivindicando dos governos ações e recursos que contribuam para por em prática projetos que podem contribuir na melhoria das condições de vida destes produtores. Em resumo, considera-se que é uma cooperativa que resulta da luta pela terra e para nela permanecer empreendida por camponeses.

Logicamente que estas estratégias não apontam para uma transformação na relação de trocas e nas condições de produção de forma a eliminar as preocupações presentes nos elementos do mercado capitalista e nem supera a insuficiência de um Estado nitidamente voltado para os interesses da burguesia. Mas, há de se considerar que são experiências que contribuem com o aumento da renda e com melhor qualidade de vida destas pessoas, por este motivo entende-se que devem ser apoiadas.

6.2 – As experiências com as feiras

A produção camponesa sempre combinou produzir para o auto-consumo com produção para o mercado. Este é um dos elementos da resistência camponesa ao longo da história do capitalismo. (GUIMARÃES; MESQUITA, 2009, p.4).

A realização de feiras livres é outra estratégia de resistência que camponeses, principalmente assentados da Reforma Agrária em Andradina-SP e Castilho-SP, vêm desenvolvendo frente às condições impostas pela lógica do mercado capitalista. Trata-se de um espaço conquistado junto ao poder público municipal, onde é feita a comercialização direta ao consumidor de parte da produção proveniente da agricultura familiar camponesa.

Popularmente estas feiras estão sendo chamadas de “Feiras da Reforma Agrária” e o motivo para a realização deste tipo de iniciativa está diretamente vinculado à necessidade de se criar novos mercados que proporcionem aumento da renda familiar. E que os produtos vendidos não sofram com os processos de desvalorização que ocorrem comumente nas ações dos atravessadores.

Estas feiras são uma experiência que primeiramente deve ser entendida como o resultado da organização política, produtiva e logística de assentados, da qual resultou, dentre entre outras coisas, no apoio dado pelo poder público. Trata-se de uma antiga reivindicação destes produtores rurais que cobravam a criação de um espaço público para a comercialização de seus produtos.

É uma ideia que foi aplicada primeiramente em Andradina-SP no ano de 2010, e posteriormente reivindicada pelos assentados do município de Castilho-SP – que passou a realizá-la em meados do ano de 2011. Para que este evento fosse realmente posto em prática contou-se com a colaboração de instituições públicas como o do Instituto de Terras de São Paulo – Itesp, das Prefeituras locais e do INCRA, além da contribuição organizativa da COAPAR e do MST.

As prefeituras destes municípios têm apoiado esta atividade cedendo espaços públicos como praças e ruas, sem a cobrança de qualquer tipo de taxa e nem da energia utilizada.

A princípio é um espaço que foi criado para uso exclusivo de assentados e produtores da agricultura familiar camponesa de toda a região, não sendo destinadas a feirantes e comerciantes comuns.

Nas Feiras da Reforma Agrária é possível encontrar variados produtos cultivados na própria unidade do assentado feirante, como: mamão, mandioca, melancia, quiabo, abóbora, frutas em geral, hortaliças e produtos da indústria doméstica, como os queijos, pães caseiros e doces feitos a partir do leite produzido nos lotes.

A realização deste tipo de iniciativa tem trazido algumas mudanças na vida dos assentados que participam desta atividade, além do aspecto econômico, como o aumento da renda familiar. Muitos relatam que há um constante acréscimo nas vendas e que isto tem aumentado a quantidade de mercadorias a serem produzidas.

Toda quarta-feira a produtora Geni, do assentamento Anhumas em Castilho-SP, se desloca até a cidade onde expõe produtos de seu lote em uma barraca na Feira da Reforma Agrária. Nesta barraca se vende abóbora, mandioca, algumas frutas, além de pimentas em conservas.

Para Geni, esta feira proporciona a oportunidade que precisava para vender parte do excedente de alimentos que fatalmente seria desperdiçado se não houvesse este espaço. “(...) Se não tivesse a feira? Tava perdendo (...) assim... não perdia totalmente porque abóbora, mamão, essas coisas, a gente ia dá para os porcos. Mas, tendo a feira a gente aproveita” (informação verbal).³⁶

Quando indagada se pretendia aumentar a produção e oferta de algum produto para sua barraca a camponesa, e agora também feirante, informa que deseja fazer uma ampliação de sua horta com a finalidade de cobrir a procura por este item. “(...) Mais verdura, inclusive tava comentando hoje aqui de aumentar minha horta, to comprando sombrite, porque o sol é muito forte para a horta.” (informação verbal).³⁷

A mesma informa que os ganhos com as vendas na feira têm oferecido uma renda razoável e que, no caso dela, é um complemento, pois a maior parte de sua renda ela conquista através da venda de leite.

A realização destas feiras na região revela também experiências interessantes como de trabalhadores que ainda estão lutando por terra como no caso de Fátima. Embaixo da lona há mais de dois anos no acampamento José Marti em Castilho-SP, vende doces caseiros nas feiras de apoio à agricultura familiar de Andradina, Castilho, Ilha Solteira e Itapura.

Em sua barraca são ofertados doces de leite, de frutas cítricas, de figo, cocadas, goiabadas, dentre outros, que são feitos graças à ajuda de um familiar residente em um dos

³⁶ Informação fornecida por Geni, assentada do assentamento Anhumas em Castilho-SP e que toda quarta-feira vai até a cidade comercializar produtos na Feira da Reforma Agrária do município. Março de 2012.

³⁷ Idem, março de 2012.

assentamentos em Castilho e que disponibiliza a infraestrutura necessária para que sejam feitos estes doces.

Conforme informa a produtora, a feira tem sido sua principal fonte de sobrevivência, “(...) Nós tamos vivendo disso. Às vezes meu marido arruma bico e tem os filhos que ajuda, mas o resto é daqui.” (informação verbal) ³⁸

Além disso, a produtora diz que um de seus potes de doces de leite é vendido a 8 reais e utiliza em sua fabricação pouco mais de um litro de leite que normalmente seria vendido ao laticínio por uma média de 80 a 90 centavos de real. Portanto, mesmo que tenha havido gastos com outros produtos no preparo deste doce verifica-se valorização do mesmo frente ao preço pago ao leite pela indústria.

Outro exemplo é o caso de Milena que também é acampada e produtora de hortaliças em Castilho. Ela aproveita a oportunidade oferecida pela feira para vender sua produção e garantir sua sobrevivência.

Ela mora há três anos no acampamento José Marti, em Castilho. Sua horta foi instalada há seis meses em uma área comunitária do assentamento Celso Furtado, com apoio dos assentados. Milena já tem mais de 15 anos de experiência com a horticultura. Ela trabalhava em Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, onde alugava terrenos para plantar. “Mas quando a horta estava formada, o dono pedia o terreno de volta e a gente tinha que começar tudo do zero”, conta. Foi por isso que ela resolveu entrar na luta pela reforma agrária como forma de conquistar seu próprio pedaço de chão³⁹.

Em relação ao histórico das feiras, quando implantada em Andradina no início do ano de 2010, a feira da Reforma Agrária contava com cerca de 20 barracas metálicas desmontáveis encomendadas e financiadas pela COAPAR e era realizada duas vezes por semana em bairros distintos da cidade.

³⁸ Informação fornecida por Fátima, sem-terra do acampamento José Marti em Castilho-SP e produtora de doces caseiros. Março de 2012.

³⁹ Disponível em: < <http://www.incra.gov.br/index.php/noticias-sala-de-imprensa/noticias/11944-assentamentos-fortalecem-feiras-livres-na-regiao-de-andradina-sp>>. Acesso em: 11 abr. 2012.



Figura 13 – Produtos encontrados na Feira da Reforma Agrária de Andradina-SP.

Fonte: Trabalho de campo abr. 2010

No entanto, segundo informa Aquino⁴⁰, secretário da COAPAR, a feira nestes bairros não recebia um bom público por ser mal localizada e distante do centro. Além de sofrer certo receio da população porque estava situada em bairros que na época sofriam violência fruto da guerra de gangues na cidade. Diante disso, os consumidores se afastaram e a feira foi desativada.

No início do ano de 2012 foi conquistado um novo espaço, trata-se de uma praça no centro da cidade que vem agregando não só produtores da agricultura familiar, mas também feirantes tradicionais contando com a participação de cerca de 40 barracas que se reúnem todas as quintas-feiras das 17 às 22 horas.

Em Castilho esta experiência tem sido realizada na praça central da cidade todas as quartas-feiras das 16 às 21 horas. No início apenas cerca de dez produtores aderiram a ideia, mas hoje a feira conta com mais de 30 barracas.



Figura 14 – Feira da Reforma Agrária em Castilho-SP.

Fonte: Trabalho de campo, jan. 2012.

⁴⁰ Informação verbal, março de 2012.

Tanto em Castilho quanto em Andradina o espaço da feira está aberto para camponeses de toda a região, sendo assim é possível observar a presença de produtores de Murtinga do Sul, Nova Independência, Itapura, dentre outros.

Isto ocorre porque é uma iniciativa que nasceu das reivindicações de camponeses organizados em movimentos como do MST e, neste sentido, não há fronteiras que delimitem a união destas pessoas, visto que a luta pela Reforma Agrária, e por melhores condições de vida nos assentamentos, é organizada em escala nacional.

Nos dois municípios estas feiras têm atraído um público considerável, onde após o dia de trabalho muitos se dirigem às feiras para compras de frutas, verduras, legumes, conservas de pimenta, queijos, dentre muitos outros produtos. Além disso, muitos aproveitam para fazer a refeição degustando os pastéis, coxinhas, caldo de cana, espetinhos e até milhos cozidos e pamonhas, ou seja, tornou-se também um ponto de lazer para os consumidores.

As feiras da Reforma Agrária é um tipo de evento que possibilita, dentre outros benefícios, o fornecimento de uma mercadoria mais nova e fresca ao cliente e, em geral, com um preço menor. Isto porque a venda direta elimina parte de um itinerário feito na circulação destes produtos, que em geral, são levados da região de Andradina para um centro de distribuição, como a Ceasa (Central de Abastecimento SA), para só depois voltar ao consumidor em algum ponto de revenda. Vejamos o depoimento de uma assentada feirante a respeito da questão:

No (Super) mercado, quando ele não pega na região, eles vêm do Ceasa. Imagina um quiabo que você colhe hoje pra ir pra lá, que nós entregava hoje, daqui três dias chegava, pra depois voltar para o consumidor? Chegava tudo murcho, né? A pessoa chega na barraca e eles admira de vê.” (Informação verbal).⁴¹

De fato, na opinião dos consumidores este é um dado importante, ou seja, a qualidade dos produtos oferecidos, como salienta um dos clientes da feira, “(...) Aí oh! Novinha. No (Super) mercado é murcha.” (Informação verbal).⁴²

Em conversas com produtores da feira em Castilho foi possível observar que, em geral, são disponibilizados produtos com pouco ou sem nenhum tipo de agrotóxico. Alguns relatam a necessidade de aplicar em hortaliças produtos químicos que repelem borboletas e

⁴¹ Informação fornecida por Leni, feirante e assentada no projeto Timboré de Andradina, através de trabalho de campo, em Andradina-SP, em Abril de 2010.

⁴² Informação fornecida por Edgar, cliente da Feira da Reforma Agrária de Andradina-SP, através de trabalho de campo, em Andradina-SP, em Abril de 2010.

outros dizem ter recebido orientação em cursos do INCRA para utilizar repelentes à base de citronela, uma planta com cheiro que afasta insetos.

A vantagem é que a maior parte dos alimentos vendidos nestas feiras não exige grande quantidade de produtos químicos em seu cultivo devido à preferência destes produtores em priorizarem a produção de alimentos que demandem poucos gastos.

Além de proporcionar mudanças com relação aos aspectos econômicos e de trabalho, as Feiras da Reforma Agrária tem proporcionado aumento na auto-estima destes produtores-feirantes. É possível notar que defendem perante a sociedade a identidade de sujeito assentado pela reforma agrária, levando para a população da cidade o orgulho de sua condição e afirmando os benefícios que os projetos de Reforma Agrária trouxeram para a região.

Para José Marcelino, do assentamento Timboré em Andradina, a Feira abre espaço para a divulgação da Reforma Agrária: “Venho aqui para mostrar pra todos nosso trabalho”. Revelando com suas palavras o orgulho que sente de sua condição de produtor de alimentos ao mesmo tempo em que defende sua identidade de assentado.



Figura 15 – Faixa e placa que lembram o orgulho e a defesa da identidade/condição de assentado.

Fonte: Lopes (2010, p. 9).

Em geral os participantes são unânimes em afirmar as vantagens que as Feiras da Reforma Agrária trouxeram, principalmente na geração de renda. Para muitos foi uma porta que se abriu, uma conquista para a comercialização de seus produtos, além de proporcionar a oportunidade de driblar a ação de atravessadores e empresas de revenda, como supermercados e laticínios.

A respeito deste assunto, vejamos o depoimento de L. Aparecida do assentamento Timboré em Andradina e que tem uma barraca na feira deste município, “Nós não estamos mais entregando para o supermercado. Agora nossa produção é pra feira, pra merenda escolar

(...) achamos melhor entregar direto pro consumidor do que ter um intermediário.” (informação verbal).⁴³

Além disso, a eliminação dos chamados intermediários permite a oferta de preços vantajosos não só para o produtor, mas também para o consumidor. Segundo Maria Gomes, do assentamento Primavera em Andradina-SP, os preços praticados na Feira da Reforma Agrária tem sido menores do que os de uma feira convencional da qual ela também participa.

Portanto, compreende-se que este tipo de evento tem cumprido com seus objetivos de apoiar a agricultura familiar camponesa na região, pois, apesar de, em geral, a realização da Feira da Reforma Agrária ser para a maioria uma fonte de renda secundária, ainda assim, possibilita maior qualidade de vida.

Mas, talvez, o principal mérito destas feiras esteja no fato de poder acrescentar uma nova possibilidade de mercado para os produtos do campesinato na região. Numa situação em que o consumidor diretamente estimula a diversificação produtiva contribuindo para que não haja a dependência financeira de um produto único por parte do assentado, como no caso do leite que é a principal fonte de renda da maior parte de agricultores familiares da região.

Pois: “É na combinação de diferentes atividades que se definem os níveis de sujeição da renda e, por conseguinte, a capacidade que cada família possui de retê-la.” (PAULINO, 2006, p.112)

6.3 – Avaliações da aplicação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e da Lei Federal 11.947 em Castilho-SP e em Andradina-SP

O objetivo deste subitem é avaliar parte dos resultados e de como vem sendo aplicados o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e a Lei Federal 11.947, esta última incluída no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Projetos governamentais que têm a peculiaridade de, na prática, agirem no combate à fome e à miséria ao mesmo tempo em que contribuem com o aumento da renda de agricultores camponeses.

Estes são programas governamentais que surgiram sob um contexto histórico de amplos debates e reivindicações populares que se arrastaram por muito tempo e que exigiam do Estado ações de combate à fome e também da criação de oportunidades para o aumento da renda nas pequenas unidades de produção camponesa.

⁴³ Informação fornecida por L. Aparecida, produtora do assentamento Timboré em Andradina-SP e uma das participantes da Feira da Reforma Agrária deste município. Abril de 2010.

A questão da fome não é nova na sociedade brasileira, no prefácio do livro “Geografia da Fome”, lançado em 1946, Josué de Castro denunciava o tabu que representava o assunto “fome” na sociedade de sua época e a falta de pesquisas científicas sobre este tema. “O assunto deste livro é bastante delicado e perigoso. A tal ponto delicado e perigoso que se constitui num dos tabus de nossa civilização” (CASTRO, 1967, p.9).

O autor credita o silêncio em torno deste tema, de suma importância para a humanidade, a preconceitos de ordem moral, pois na época muitos acreditavam que a fome era algo vinculado a determinadas condições naturais que envolviam o clima de algumas regiões do planeta. E também relacionadas a algumas etnias, consideradas atrasadas culturalmente e culpadas por sua própria condição de miséria.

Por outro lado, o autor denuncia que esta situação era grandemente estimulada por interesses políticos e econômicos que: “tornaram a fome um tema proibido, ou pelo menos pouco aconselhável de ser abordado publicamente” (p.10).

É que ao imperialismo econômico e ao comércio internacional a serviço do mesmo interessava que a produção, a distribuição e o consumo dos produtos alimentares continuassem a se processar indefinidamente como fenômenos exclusivamente econômicos – dirigidos e estimulados dentro dos seus interesses econômicos – e não como fatos intimamente ligados aos interesses da saúde pública. (...) Veja-se o caso da Índia, por exemplo. Segundo nos conta Réclus, nos últimos trinta anos do século passado morreram de inanição naquele país mais de vinte milhões de habitantes; só no ano de 1877 pereceram de fome cerca de quatro milhões. E, no entanto de acordo com a sugestiva observação de Richard Temple – “enquanto tantos infelizes morriam de fome, o porto de Calcutá continuava a exportar para o estrangeiro quantidades consideráveis de cereais. Os famintos eram demasiado pobres para comprar o trigo que lhes salvaria a vida”. (CASTRO, 1967, p.11-12).

Passado mais de meio século do lançamento deste livro, a fome ainda persiste para uma parte significativa da população mundial que não tem condições de sanar suas necessidades alimentares básicas do dia-dia. Muito disto deve-se ao fato de as condições políticas e econômicas que colocam uma parte do planeta na condição de famintos não terem sido superadas, dentre elas a dominação.

As inúmeras denúncias de casos de miserabilidade no Brasil, e no mundo, conscientizaram a sociedade da importância do tema ‘fome’ que, atualmente, deixou de ser tabu no Brasil e é discutido amplamente a tal ponto de ter sido transformado em plataforma política de governantes que em nome do combate à fome e à miséria têm criado programas como o Bolsa Família e o Fome Zero.

Contudo, programas que se propõem a combater a fome devem, necessariamente, estimular a produção de alimentos no campo. E neste quesito a agricultura familiar camponesa se destaca no Brasil, pois, conforme indica o Ministério do Desenvolvimento Agrário/ MDA, é a pequena unidade agrícola a responsável pela produção de 70% de feijão, 87% da mandioca e 58% do leite produzido no país.

Em virtude deste importante papel que exerce a Reforma Agrária, e a agricultura familiar camponesa, no combate à miséria e a desnutrição no Brasil, houve inúmeras reivindicações de movimentos sociais de luta pela terra por ações de Estado que melhorassem a comercialização no campo. Mudanças capazes de gerar renda e melhoria das condições de vida dos camponeses por meio de programas que auxiliassem nas duas pontas do processo: aqueles que vendem o alimento e aqueles que dele precisam.

Assim, em 2003, o governo federal lançou o Programa de Aquisição de Alimento – PAA que, de acordo com Grisa et al (2010, p.1) é um programa que veio reforçar ainda mais “o reconhecimento da agricultura familiar, que já havia ganho maior expressão com a criação do Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996”.

Dessa forma, o PAA, assim como a Lei Federal 11.947 do PNAE, devem ser entendidos como programas que foram criados no âmbito de amplas reivindicações de movimentos sociais de luta pela terra e pela própria sociedade como um todo que exigiam do Estado maior apoio à agricultura familiar camponesa e ações efetivas contra a falta de alimentação de parte da população.

Conforme o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, o PAA foi “constituído como uma ação estruturante no contexto da proposta do Fome Zero”. (BRASIL, 2010, p.3). É um programa governamental que procura contribuir com o aumento da renda para os produtores de pequenas unidades do campo, ou seja, a agricultura familiar camponesa, ao mesmo tempo em que visa o combate a fome e a miséria, consistindo assim, em uma ação dupla.

O PAA funciona principalmente através de recursos provenientes do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e Ministério da Educação. Além disso, em sua execução, o programa conta com o apoio da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, da qual é responsável pelo repasse dos recursos aos agricultores.

Por meio deste programa pode ser feita a compra direta de produtos da agricultura familiar camponesa sem a necessidade de licitações, apenas através de convênios firmados em

editais públicos entre o Estado e agricultores, podendo estes ser apresentados individualmente, ou como é mais comum, por meio de cooperativas e associações.

Os preços de cada produto são estabelecidos pela Conab em uma tabela que leva em consideração os valores praticados mais comumente em cada região do país. Os produtos adquiridos vão para entidades de assistência social que combatem a fome, para instituições públicas de ajuda aos mais carentes, para hospitais, dentre outros.

A aquisição da produção é feita através de modalidades que podem ser: compra direta do produtor, compra com doação simultânea, formação de estoque pela agricultura familiar, incentivo à produção e consumo de leite, além de aquisição de alimentos para atendimento a alimentação escolar.

O limite de ganhos a ser comercializado por cada agricultor depende de cada modalidade, podendo variar entre R\$ 4,5 mil a R\$ 9 mil por ano. De acordo com o MDS, a principal modalidade utilizada tem sido a de compra com doação simultânea, da qual se pode negociar até o valor de R\$ 4,5 mil agricultor/ano⁴⁴.

O MDS (BRASIL, 2010, p.4) revela que, de 2003 a 2010, foram investidos através do PAA mais de 3,5 bilhões de reais, o que dá em média, pouco mais de R\$ 400 milhões/ano, sendo que foram adquiridos 3,1 milhões de toneladas de alimentos. Ação que envolveu uma média de 160 mil agricultores em mais de 2.300 municípios de todo o país. Porém, segundo Grisa et al (2010), estima-se que os beneficiados do PAA em 2008 foram apenas 3,65% dos 4,3 milhões de estabelecimentos familiares que existem no Brasil.

Em comparação com outros tipos de investimentos feitos pelo Estado na agricultura brasileira, pode-se perceber que os recursos do PAA ainda são bastante pífios, pois, conforme Paulino e Almeida (2011), apenas o setor de papel e celulose foi agraciado com um montante de 9 bilhões de reais nos últimos dez anos, mais que o dobro dos valores do PAA em sete anos.

Mesmo com poucos recursos, o PAA tem trazido importantes resultados aos produtores da agricultura familiar camponesa, mostrando a importância estratégica que tem a intervenção do Estado na produção de alimentos no país.

Em entrevista para Ramos (2011), Egidio Brunetto da Coordenação Nacional do Movimento dos Sem-Terra – MST, avalia que o PAA contribui para estratégia de soberania alimentar, para a formação de estoque de alimentos e distribuição de vendas, pois “permite

⁴⁴ Dados de 2011.

aos agricultores e às famílias assentadas, ter garantia de venda de uma quantidade enorme de produtos, mas também de vender por um preço justo”.

Afirma Brunetto que o PAA também “viabiliza uma estratégia de autossuficiência na produção de alimentos, que nós chamamos de soberania alimentar, que envolve o direito de produzir, mas também de ser remunerado e ter um lugar para vender.” (RAMOS, 2011).

No entanto, existem alguns problemas vinculados a orientação, estrutura produtiva e logística, gargalos que atrapalham o melhor desenvolvimento deste programa.

Conforme Fornazieri, presidente da Concrab: “(...) tanto no PAA como na Alimentação Escolar, um número bastante baixo de assentados tem acesso”. Para o mesmo isto se deve à falta de informação para suprir requisitos burocráticos como o da Cédula do Produtor Rural – CPRs, “mas também e principalmente por falta de recursos.” (FORNAZIERI, apud PERCASSI, 2011).

Neste sentido, as associações e as cooperativas têm desempenhado importante função na execução destes programas.

Exemplo tem sido a Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados e Pequenos Produtores da Região Noroeste do Estado de São Paulo – COAPAR - que contribuí para sanar algumas destas dificuldades atendendo aos requisitos burocráticos que o programa exige, além de fornecer transporte e o beneficiamento de parte do leite negociado junto à Conab e às Prefeituras.

Por meio de convênio com um laticínio particular da região de Andradina-SP, a COAPAR repassa o leite comercializado com recursos do PAA para ser processado e embalado antes de ir para as instituições beneficiadas. Através deste acordo, o leite pode ser tanto pasteurizado e embalado (conforme figura 16) como também pode ser transformado em bebida láctea. Produtos que têm sido entregue em instituições de caridade e também em escolas.



Figura 16 – Imagem de leite processado por meio de convênio firmado com a COAPAR, pronto para ser entregue de acordo com os requisitos do PAA.

Fonte: Folha da Região.⁴⁵

Conforme consta na tabela de preços do PAA regulada pela Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, o litro de leite tem sido comprado por este programa em Andradina-SP a um valor de R\$ 1,10. No mercado livre este mesmo produto é comercializado por preços que atualmente variam de R\$ 0,60 a R\$0,90 o litro. Portanto, mesmo considerando que uma parte da renda do camponês continua sendo transferida para o laticínio, que processa o produto, e outra para a COAPAR que financia os custos de resfriamento e transporte, ainda assim visualiza-se que neste mercado criado pelo Estado o leite é mais valorizado que no mercado comum.

Somente entre os meses de junho a dezembro de 2010, a COAPAR comercializou por meio do PAA na região em questão mais de 490 mil reais em produtos como leite pasteurizado, coco verde, abóbora seca, mandioca e mamão formosa.

Conforme a Conab⁴⁶, nos municípios de Castilho-SP e Andradina-SP, no ano de 2011, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS adquiriu mais de um milhão de reais em alimentos da agricultura familiar camponesa por meio do sistema de doação simultânea do PAA. Tendo favorecido com estas doações entidades assistências como asilos, pastoral da criança, pastoral da terceira idade, o hospital de Castilho, associações de bairros, a APAE de Andradina, Casa de Apoio ao Morado de Rua, dentre outras, que juntas somam 34 instituições beneficiadas.

⁴⁵ Disponível em: <<<http://www.folhadaregiao.com.br/Materia.php?Canal=Arquivo&id=90946>> . Acesso em: 20 out. 2011.

⁴⁶ Disponível em:

<<http://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=abrirConsulta>>. Acesso em: 8 abr. 2012.

Consta na Conab que as vendas destes alimentos para o PAA em Castilho-SP e Andradina-SP foram intermediadas por entidades como: Associação da Agricultura Familiar – FAVE, Associação dos Trabalhadores Rurais 1º de Maio, Associação dos Agricultores do Projeto Jupiá e pela COAPAR, criando renda para 91 famílias.

Somando a quantidade de alguns dos alimentos que foram mais adquiridos neste sistema tem-se a seguinte situação demonstrada na tabela 6:

Tabela 6 – Quantidade de Produtos adquiridos por meio do PAA nos municípios de Castilho e Andradina em 2011

Produtos	Quantidade em Kg
Abóbora Paulista	13.000
Raiz de Mandioca com Casca	51.500
Batata Doce	12.000
Coco Verde	7.999
Feijão	15.900
Banana Nanica	12.000
Banana Maçã	4.000
Goiaba Vermelha	12.000
Mamão Formosa	5.400
Tomate	12.000
Bebida Láctea	282.530
Doce de Leite Pastoso	15.000
Farinha de Milho	23.000
Alface Crespa	28.120
Rúcula	19.500

Fonte: Conab, org. LOPES, D. E. 2012.

Importante aspecto a ser analisado no PAA quanto a seus resultados é que este programa permite que o Estado propicie ao produtor familiar algumas vantagens que o mercado comum por si só não é capaz de oferecer, como garantia de venda e também preços fixos, sem as constantes oscilações do mercado.

No Reassentamento Jupiá, em Castilho-SP, o produtor R. S. Silva, informa que tem comercializado, via COAPAR, parte de sua produção de hortaliças (figura 17) para o PAA. Ele afirma que o programa é uma importante contribuição que auxilia em sua renda, e revela um dado importante, que é o da garantia de comercialização, pois para este produtor “Tudo o que vem, ajuda, né!? (...) porque suponha, a gente não tem comércio, aí você pega uma oportunidade dessa, aí você vai embora.”

Além disso, R. S. Silva relata que teve de aumentar sua produção em função do programa. “Teve que aumentar bastante (produção). A área tava pouca, senão, não dá conta.”



Figura 17 – Plantação de hortaliças
Fonte: Trabalho de campo, Maio de 2011

No assentamento São Joaquim, também em Castilho-SP, o lote da família da dona de casa, e também produtora rural, conhecida como Nita, há uma produção diversificada. No local são produzidas hortaliças, mandioca, quiabo, mamão, leite, banana, dentre outros (figura 17). Muitos destes produtos são vendidos para supermercados e laticínios, mas depois da criação do PAA, este passou a ter também o destino com doação a instituições de caridade envolvidas com o programa. No caso das hortaliças, a produtora afirma que vem ampliando a produção deste segmento e que toda ela tem sido comercializada com a Conab, companhia institucional responsável por repassar os recursos do PAA aos agricultores.

Para a produtora, o teto anual estabelecido pelo PAA a ser comercializado por cada agricultor ainda é pouco, mas, ainda assim, tem ajudado. Em uma comparação entre os preços praticados pela Conab e os estipulados pelo mercado comum, a produtora rural considera que não há muita diferença, mas que, por vezes, os preços no mercado acabam sendo mais atraentes. Contudo, explica que a tabela de preços do PAA são fixados pela Conab tem, em relação ao mercado, uma considerável vantagem, já que esta tabela não está sujeita às oscilações de preços que, muitas vezes, acabam desvalorizando a produção camponesa.

“O mercado, ele sobe e desce, né?! E a Conab não, é um preço só o ano inteiro. Então, mesmo se seja ruim numa época na outra vai tá bom” .

E ainda cita o exemplo do quiabo: “O quiabo no mercado, senão me engana, tá R\$ 1,80, e na Conab é R\$ 1,75. Só que quando começou a colheita do quiabo (...) no mercado tava R\$ 0,70.”



Figura 18 – Plantação de hortaliças e de mandioca.
Fonte: Trabalho de campo. Lopes, Maio de 2011.

A tabela a seguir traz alguns preços praticados em Castilho e em Andradina. No entanto, estes são valores que a Conab costuma atualizar.

Tabela 7 - Produtos e preços do PAA/Conab em Castilho e Andradina – Novembro de 2011

Produtos	Preços
Raiz de Mandioca	R\$ 0,55- kg
Abóbora Paulista	R\$ 0,68 - kg
Feijão Anão tipo 1	R\$ 2,00 - kg
Maxixe	R\$ 1,28 - kg
Tomate	R\$ 1,35 - kg
Alface americana	R\$ 1,50 unidade
Goiaba	R\$ 1,55 - kg
Banana Nanica	R\$ 0,69 - kg
Quiabo	R\$ 1,80 Kg

Fonte: Conab; *org.* Lopes, novembro de 2011.

Outra importante conquista junto ao Estado que busca aumentar a renda nas pequenas unidades do campo refere-se à inclusão da Lei Federal 11.947 no Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE. Sancionada em junho de 2009, esta lei obriga que pelo menos 30% dos alimentos adquiridos para a merenda escolar sejam provenientes da agricultura familiar.

Sendo assim, é uma obrigação que recai, mais especificamente, sobre as prefeituras de todo o país, já que é esta esfera do poder público é a responsável pela aquisição dos alimentos da merenda escolar.

Com a criação desta lei abriu-se assim, uma nova opção para a comercialização da produção de assentamentos e pequenas propriedades do campo na região em questão. Situação que possibilitou, por exemplo, à COAPAR a expansão do mercado consumidor como demonstra o INCRA.

A possibilidade de fornecimento para a merenda surgiu com a promulgação da Lei 11.947/09, que estabelece um percentual mínimo de 30% de produtos da agricultura familiar na alimentação escolar, adquiridos com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O contrato mais recente firmado pela COAPAR sob o amparo dessa lei foi com a prefeitura de São Bernardo do Campo, no dia 2 de maio. Só esse município do ABC paulista, distante mais de 600 quilômetros de Andradina, passou a comprar 19 mil litros da bebida por mês. (INCRA, 2011).

Segundo o Ministério da Educação, somente no ano de 2011 foi destinado para Castilho-SP um total de 257 mil reais para a merenda escolar do município, deste total, 77 mil reais deveriam ser usados para a compra de alimentos da agricultura familiar. Já Andradina-SP recebeu do governo federal o valor de 679 mil para financiar a merenda de seus alunos, deste montante 679 mil reais era para a compra de alimentos junto à agricultura familiar.⁴⁷

No entanto, em 2011 o diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do município de Castilho informou que a administração municipal vinha enfrentando alguns problemas com relação à aplicação do que determinava a Lei 11.947/09 e que no primeiro ano de sua existência não havia conseguido cumprir a meta.

Em sua opinião, existiam carências de condições organizativas de produção, e de entrega de produtos, que impediam o cumprimento das necessidades que a merenda escolar exige “(...) porque não adianta eu fornecer hoje e amanhã não ter como fornecer, então não adianta (...) tem que escalonar a produção, para ter uma produção contínua” (informação verbal)⁴⁸.

Para o entrevistado, problemas como de infra-estrutura, transporte da produção, assistência técnica e orientação produtiva, entravam um melhor desenvolvimento deste

⁴⁷ Fonte: Site do Ministério da Educação em Fundo Nacional Desenvolvimento da Educação – FNDE. Disponível em: < https://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.liberacoes_result_pc>. Acesso em: 20 abr. 2012

⁴⁸ Informação fornecida por R. Borges, Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social de Castilho-SP. Março de 2011.

programa ligado ao PNAE. Contudo, havia a expectativa de que em 2011 cumprir a meta, visto que já existia melhor articulação entre produtores e prefeitura.

Conforme a responsável pela cozinha piloto do município de Castilho, a nutricionista I. A. Silva, no primeiro semestre de 2011 a prefeitura já tinha elaborado junto à COAPAR um edital de compra de mais de 62 mil unidades de bebida láctea, 500 dúzias de bananas, 4.500 quilos de goiaba, dentre outros. Produtos estes que serão destinados à merenda escolar do município.

Já em Andradina, a também nutricionista, e uma das responsáveis pela cozinha piloto daquele município, N. S. Gonçalves informou que no início da referida lei a administração municipal andradinense enfrentou problemas no cumprimento da compra de 30% da merenda escolar junto à agricultura familiar. Mas, garante que a partir de 2010 cumpriram o estabelecido pela lei e as metas foram atingidas.

Assim como em Castilho, o problema da sazonalidade na entrega dos produtos da agricultura familiar para a merenda escolar aparece na fala dos administradores. Para N. S. Gonçalves, o problema maior é que a merenda escolar é constante e a produção agrícola costuma ser pontual, “eles [camponeses] plantam a cenoura, mas na hora que dá a produção, dá todinha de uma vez, dali um mês não tem mais cenoura e a merenda escolar é uma coisa constante”. (informação verbal) ⁴⁹

Porém, segundo a entrevistada, em Andradina os responsáveis pela cozinha piloto têm adotado uma estratégia mais flexível, ou seja, substituem produtos que não estão disponíveis por outros que possam compor o cardápio da merenda escolar:

(...) Se o alface não está bonito, eles (COAPAR) falam que não tem alface. Então a gente tem que ser flexível, naquela semana a gente não pede alface, a gente substitui por outra verdura. (...) a gente se adequa com outras coisas que tem na própria tabela. (informação verbal) ⁵⁰

Desta forma, a partir de uma medida simples, a prefeitura de Andradina vai se adaptando a uma característica comum em todo agricultor, qual seja, a sazonalidade de sua produção.

Portanto, ainda que durante a elaboração deste trabalho tenha sido identificados problemas como escassez de recurso financeiro, a falta de infra-estrutura para que de fato estes programas sejam colocados em prática. E mesmo avaliando que a renda gerada mensalmente ainda é baixa, considera-se que a criação do PAA e da Lei Federal 11.947 no

⁴⁹ Informação fornecida por N. S. Gonçalves, nutricionista da cozinha piloto de Andradina-SP. Março de 2011.

⁵⁰ Idem, março de 2011.

PNAE têm trazido importantes resultados para a resistência da agricultura camponesa em Castilho e em Andradina.

Além da questão financeira, ou seja, do aumento da renda proporcionada por estes programas, há de se destacar que a lógica empreendida neste novo tipo de comercialização que se abre para os agricultores camponeses do Brasil é diferente da que é encontrada no mercado capitalista. Onde este último tem por finalidade o lucro através da extração da renda camponesa de um lado, e espoliação dos consumidores, de outro.

Para concluir, segue uma afirmação de Mendonça (2011, apud Frei Sergio Gorgen) que demonstra claramente a prioridade do Estado e, portanto, a necessidade de se valorizar a conquista de políticas públicas voltadas a produção e comercialização dos pequenos no campo - mesmo que isso não transforme completamente a realidade de exploração em que vivem:

No Plano Safra 2009/2010 foram destinados R\$ 93 bilhões para o agronegócio e R\$15 bilhões para a agricultura camponesa. Mesmo assim, sabe-se que, apesar da crescente oferta de recursos para a agricultura camponesa, apenas 1,2 milhões de estabelecimentos familiares têm acesso ao crédito, e na última safra utilizaram apenas 80% do que estava disponível. Isto significa que os camponeses utilizam apenas 14% do crédito agrícola total ofertado pelos bancos, através das normas e determinações da política do governo federal

Ou seja, apesar da nítida prevalência dos interesses capitalistas a influenciar a criação de políticas agrícolas que visam às exportações e os grandes lucros, observou-se nesta pesquisa que tanto o PAA como o PNAE têm sido exemplos que podem mostrar as possibilidades de um Estado voltado aos anseios populares, como na elaboração de políticas voltadas a garantir a segurança e a soberania alimentar do país e que, ao mesmo tempo, promovem melhores condições de vida para as pequenas unidades familiares camponesas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que se desenvolveu neste trabalho de conclusão de Mestrado em Geografia buscou primeiramente atingir o objetivo geral que é o de analisar as causas determinantes da existência de uma questão agrária nos municípios de Andradina-SP e Castilho-SP.

Em uma relação entre teoria e realidade compreendeu-se que os elementos condicionantes para a construção da atual conjuntura no campo destes municípios residem, primordialmente, na questão da propriedade privada da terra e de sua posse concentrada. São estes elementos sociais presentes na economia política da sociedade contemporânea que juridicamente dão direito aos possuidores de terras a cobrar de toda a sociedade um tributo pelo uso do solo, que é comumente chamado de renda da terra.

Conforme Marx (2003, p.102): “No sistema econômico sob o domínio da propriedade privada, o interesse que um indivíduo tem na sociedade encontra-se exatamente na proporção contrária ao interesse que a sociedade nele tem”.

Assim, residem na possibilidade de exploração da renda da terra a condição e a motivação para que haja o acúmulo de capital. Através de todo um processo histórico que teve como um de seus pressupostos a transformação da terra em mera mercadoria como quando da criação da Lei de 1850 e que, notoriamente este elemento passou a ser utilizado como reserva de valor a juros e fonte de negócios especulativos, fazendo com que a propriedade da terra se tornasse no Brasil fonte de capital primário e instrumento de ascensão social.

Logo, é no contexto da implantação de políticas como a ‘marcha para o oeste’ no início do século XX, e da posse indiscriminada da terra, que a historiografia oficial de Andradina-SP e Castilho-SP entendeu o papel histórico de fazendeiros e empresários do ramo imobiliário especulativo como sendo de heróis pioneiros. Entretanto, uma melhor análise histórica dá indícios de como ocorreu de fato o processo de ocupação do território nesta região, onde muitos destes tidos como pioneiros foram responsáveis pelo massacre de indígenas e pela exploração e expropriação de trabalhadores e camponeses migrantes que vinham para a região atrás de trabalho, pessoas que tinham uma relação de sobrevivência com a terra, onde este instrumento de trabalho era também o de morada.

A implantação de políticas como a conhecida ‘modernização da agricultura’ durante o regime militar intensificou no país o caráter capitalista da terra, sua concentração e o aumento do êxodo rural. Este período marcou o fim de um ciclo e levou à região de Andradina-SP o aumento das expropriações, o fortalecimento da monocultura da pecuária de

corte e alicerçou as bases do latifúndio para que, mais tarde, viesse receber também a monocultura da cana-de-açúcar.

Mas, este conjunto de acontecimentos de uma conjuntura resultante de políticas em escala nacional, produziu neste local sua própria especificidade. Foi assim que trabalhadores sem terra e camponeses da região contribuíram para dar origem ao que viria ser o maior movimento social de luta pela Reforma Agrária do país, e a partir deste ponto que se impôs um histórico de lutas e resistências de a terra e para nela permanecer. Ao longo dos anos este processo fez da região uma das mais atuantes do país contra a concentração fundiária.

Logo, é a partir do momento que se realiza o processo de territorialização da luta pela terra na região com a formação de vários projetos de assentamentos da Reforma Agrária que se buscou atingir o outro objetivo desta pesquisa. Qual seja, analisar como a classe daqueles que lutaram pela terra, e agora tem sua posse, passam a lidar com as dificuldades impostas por uma sociedade pautada por relações capitalistas.

Neste sentido, a realidade que se apresenta é de um capital que busca monopolizar territorialmente todas as relações de produção e de comercialização no campo de modo a sujeitar a renda da terra camponesa ao capital. E isto pode ocorrer em dois sentidos: no momento da produção com a compra a preços supervalorizados de insumos agrícolas fabricados por grandes indústrias do ramo e, no outro extremo, quando intermediários - representados por industriais e comerciantes em geral - buscam adquirir a produção a preços desvalorizados.

É para escapar deste círculo vicioso que camponeses da região de Andradina-SP vêm elaborando estratégias de resistência que têm como meta superar a figura do atravessador, criar novos mercados, diversificar a produção e agregar valor por meios próprios. Cujas finalidades principais são a de manter em posse do produtor a parte da renda antes apropriada por comerciantes e industriais. Deste modo, o objetivo foi estudar como estas experiências vêm se desenvolvendo, bem como os seus resultados.

Conclui-se que, o fim real das condições determinantes que impõem a concentração de terras, que é a possibilidade de auferir renda, só poderão ser superadas pelo processo de mudança da sociedade, da qual passa necessariamente pelo fim da propriedade privada da terra em sua forma capitalista. E, neste sentido, enfatiza-se o papel dos movimentos sociais de luta pela terra que reivindicam a democracia da terra por meio da divisão das grandes propriedades expondo as contradições presentes na propriedade capitalista da terra.

Quanto à validade das experiências estudadas, que buscam a diminuição da sujeição da renda camponesa imposta pelo processo de monopolização do território pelo capital, entende-se que embora não resolvam completamente o julgo do mercado, condição só possível com a transformação da sociedade, elas são necessárias por duas razões. Primeiro porque são ações estratégicas que tem resultado em experiências que trazem melhoria na vida das famílias camponesas. Segundo porque são embriões que demonstram a possibilidade de existência de outra lógica de reprodução do território, mais humana e justa. E, por isso, se constituem em entraves à supremacia da reprodução tipicamente capitalista.

Este trabalho demonstrou a existência da luta de classes no campo da região dos limítrofes municípios de Andradina-SP e Castilho-SP, portanto da continuidade da questão agrária. Desta forma, compreende-se que a luta pela terra, e a luta para nela permanecer, empenhada por trabalhadores sem terra e camponeses, além do aspecto material de posse da terra e econômico, ou seja, de sobrevivência, evidencia também, nesta conjuntura de luta de classes, sua importância política, pois impõe à classe dominante um obstáculo aos seus interesses de dominação e acumulação.

Portanto, é neste sentido que se conclui este trabalho:

A luta do campesinato constitui um obstáculo ao desenvolvimento da ordem burguesa. Ao lutar pela terra e pela posse da terra e pelo uso da terra e o produto do seu trabalho a seu modo, ele está se pondo como um obstáculo à ordem burguesa. E, nesse sentido, eu diria que essa luta frequentemente adquire conotação revolucionária, por duas razões: por uma lado, o camponês resiste à proletarianização no campo e na cidade e isto é contrário ao funcionamento do mercado da força de trabalho, aos fluxos e refluxos do exército industrial de reserva, à subordinação real do trabalho ao capital. Por outro lado, a luta pela terra impede ou dificulta a monopolização da terra pelo capital, a sua transformação em propriedade mercantil, o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo na agricultura. Nessas duas perspectivas, o movimento camponês adquire dimensão nacional e põe em causa os interesses prevalentes no Governo, no Estado.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rosemeire A. **Identidade, Distinção e Territorialização: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul.** (Tese). Presidente Prudente. UNESP. 2003.
- ANDRADE, Manuel C. **A Questão do Território no Brasil.** São Paulo-Recife: Hucitec, 1995.
- ARAUJO, F.G.B de; HAESBAERT, R. (Orgs). **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos.** Rio de Janeiro: Acess, 2007, 136 p.
- BECKER, K. B.; EGLER, C. A. G. **Brasil uma nova potência regional na economia mundo.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994, p. 37-88.
- BEM, Anderson. **Os produtores informais de leite: o lugar da reprodução camponesa no debate teórico da questão agrária.** Cascavel, PR: Coluna do Saber, 2008.
- BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento – Conab. Disponível em: <www.conab.gov.br>. Acesso em: 15 maio 2011.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/>
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome –MDS. **Programa de Aquisição de Alimentos.** 2010. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/eventos/seguranca-alimentar-e-nutricional/iii-seminario-nacional-do-paa/sobre-o-evento/arquivo/CADERNO%20DE%20TEXTOS_baixa.pdf/view>. Acesso em: 16 fev. 2011.
- CALABI, Donatela; INDOVINA, Francesco. **Sobre o Uso Capitalista do Território.** Tradutores: Liliana L. Fernandes e Moacyr Marques. São Paulo: USP, 1973. (mimeografado)
- CARMO, Antonio José. **Fórum discutiu funcionamento do Barracão do Produtor.** Jornal do Assentado. Andradina-SP, mar. 2012, p. 13.
- CORREA, Roberto L. Espaço, um Conceito-Chave da Geografia. In: CASTRO, Iná E.; CORREA, Roberto L.; GOMES, Paulo Cesar C. **Geografia: Conceitos e Temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p.77-114.
- COSTA, Edgar A. **O Cooperativismo visto em três estudos de caso: Cooperativa de Assentados, Produção Integrada e Cocamar.** UNESP - Presidente Prudente/SP: Revista Formação, 1997. n. 3-4, p.1-130.
- FABRINI, João E. **Assentamentos de Trabalhadores Sem-Terra: experiências e lutas no Paraná.** Marechal Candido Rondon/PR: LGeo, 2001.

FERNANDES, Bernardo M. **MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra: formação e territorialização em São Paulo**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

FILIPPI, Eduardo, E. **Reforma Agrária: experiências internacionais de reordenamento agrário e a evolução da questão agrária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro. Zahar, 1981.

GRISA, Catia et al. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate**. Disponível em: <http://oppa.net.br/acervo/publicacoes/Pesquisa_AABR-PA_Texto_PAA_versao_livro.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2011.

GUIMARÃES, Roberli R.; MESQUITA, Helena A. **Feira Camponesa: Instrumento de luta e resistência das mulheres camponesas em Catalão-GO**. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária – ENGA. São Paulo-SP, 2009, pp.1-15.

HAESBAERT, Rogério. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. In: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo**. 2005, p. 6774-6792. Disponível em: <http://www.planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert_multi.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2011.

_____. **O mito da Desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

IANNI, Octávio. A Utopia Camponesa. **IX Encontro Anual da ANPOCS - CT Estado e Agricultura – Aspectos Teóricos dos Movimentos Sociais no Campo**. 2004. Disponível em: <<http://www.coptec.org.br/biblioteca/Campesinato%20e%20Reforma%20Agr%20Elria/Artigos/A%20Utopia%20Camponesa%20Octavio%20Ianni.doc>>. Acesso em: set. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Banco de Dados Agregados (SIDRA). Disponível em: <www.ibge.gov.br>

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Unidade Avançada de Andradina-SP**. (2011)

LOPES, D. E. **O Processo capitalista de ocupação do território em Castilho-SP: suas contradições, conflitos e os novos desafios em sua reestruturação**. Monografia. Três Lagoas-MS, 2006, 70 p.

_____. A Feira da Reforma Agrária em Andradina-SP: uma estratégia de resistência camponesa. In: **Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos**. Porto Alegre- RS, 2010. Disponível em: <www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=1762>. Acesso em: 31 ago. 2011.

_____. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Castilho-SP e região. In: **Anais do IX Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia**. Goiânia-GO, 2011.

MARTINS, José S. **Os camponeses e a política no Brasil**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. **Fronteira. A degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **O cativo da terra**. 7ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução: Maria Helena Barreiro Alves e Carlos Roberto F. Nogueira. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

_____. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução: Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2003.

_____. **Trabalho Assalariado e Capital e Salário, Preço e Lucro**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MENDONÇA, Maria L. O monopólio da Terra e os Direitos Humanos no Brasil. **Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**. 20 abr. 2011. Disponível em: <http://www.social.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=124:o-monopolio-da-terra-e-os-direitos-humanos-no-brasil&catid=19:artigos-portugues&Itemid=19> . Acesso em: 03 maio 2011.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Tradução: Ary França e Raul A. Silva. São Paulo: Hucitec, 1984.

MORAES, Antonio C. R. **Geografia: Pequena História Crítica**. 20 ed. São Paulo: Annablume, 2006.

_____; COSTA, Wanderley M A Geografia e o Processo de Valorização do Espaço. In: SANTOS, Milton. **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1988.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. Geografia e Território: Desenvolvimento e Contradições na Agricultura. In: **Boletim de Geografia Teórica**. Vol. 25 nº 49-50, pp. 15-58, Rio Claro-SP, 1995.

_____. **A agricultura Camponesa no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1996.

_____. A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro. In: CARLOS, Ana. F. A. **Novos Caminhos da Geografia**. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. 1ª ed. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007. Disponível em: < <http://www.fflch.usp.br/dg/gesp>>. Acesso em: 15 out. 2008.

OLIVEIRA, Mariana Esteves de. **Memórias Subterrâneas: Repensar a História Regional entre lutas, práticas e representações. Interatividade**. Andradina (SP), v.1, n. 2, 2006.

Disponível em: <http://www.firb.br/interatividade/edicao2/_private2/oliveira.htm>. Acesso em: 26/01/2010.

PAULINO, Eliane T. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

_____. **A Geografia dos Camponeses no Norte do Paraná**. (Tese). Presidente Prudente. UNESP. 2003.

_____; ALMEIDA, Rosemeire A. **Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PERCASSI, Jade. **“Precisamos de cooperativas mais sólidas”, afirma presidente da Concrab**. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. jul. 2011. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/Precisamos-de-cooperativas-mais-solidas-afirma-presidente-da-Concrab>>. Acesso em: 09 abr. 2012.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, Lúcia. **Governo abandona de vez a Reforma Agrária**. Revista Caros Amigos. São Paulo, nov. 2011, p. 10-13.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SANTOS, Milton. **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SILVA, Tânia P. **As Formas Organizacionais de Produção dos Camponeses Assentados no Município de Baytaporã/MS**. (Dissertação). Presidente Prudente, UNESP. 2004.

SILVA, Vicente F. **Castilho: sua história, ascensão, descendência e origem**. Castilho-SP: [s.n.], 2000.

SOUZA, Marcelo J. L. O Território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. /In: CASTRO, Iná E.; CORREA, Roberto L.; GOMES, Paulo Cesar C. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p.77-114.

SOUZA, Suzane Tosta. Luta de Classes no Campo e a Construção do Território Camponês. In: **V Simpósio Internacional de Geografia Agrária**, 2009. Niterói-RJ. Disponível em: <<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completo/Suzane%20Tosta%20Souza.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2011.

STÉDILE, João P. **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Atual, 1997.

ANEXOS